

A importância estratégica do mar – contributos para o ensino da História

Renato Miguel Abreu Fernandes Tavares e Sousa

M

2021



Renato Miguel Abreu Fernandes Tavares e Sousa

A importância estratégica do mar – contributos para o ensino da História

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino da História, no 3.º ciclo do Ensino básico e secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

A vocês, que me apoiaram constante e incondicionalmente.

Índice

Declaração de honra	6
Agradecimentos	7
Resumo	8
Abstract.....	9
Índice de Figuras	10
Índice de Gráficos	11
Índice de Tabelas.....	12
Lista de abreviaturas	13
Introdução.....	14
Capítulo 1 – Enquadramento teórico e conceptual	20
1.1. – O mar como Desígnio Político Nacional.....	20
1.2. – Consciência Marítima	23
1.3. – Literacia oceânica.....	24
Capítulo 2 – Enquadramento estratégico – o valor do mar para Portugal.....	26
2.1. – O valor estratégico do mar para Portugal, <i>ontem</i>	26
2.2. – O valor estratégico do mar para Portugal, <i>hoje</i>	32
Capítulo 3 – Enquadramento normativo, o mar na educação	39
3.1. – Primeiro ciclo	41
3.2. – Segundo ciclo	43
3.3. – Terceiro ciclo	45
3.4. – Ensino secundário	49
Capítulo 4 – Estudo de caso.....	58
4.1. – Contextualização da amostra.....	58
4.1.1. – Escola Secundária de Penafiel.....	58
4.1.2. – Caracterização dos alunos	63
4.2. – Metodologia usada	67
4.2.1. – Aplicação do questionário prévio.....	68
4.2.2. – A aula sobre a importância do mar.....	72
4.2.3. – Aplicação do questionário posterior à aula	80
Considerações finais.....	88
Bibliografia	94
Anexos	99
Anexo 1 – Inquérito prévio	99

Anexo 2 – Plano de aula: a Importância estratégica do mar para Portugal	104
Anexo 3 – Esquema criado para finalizar a aula problematizada	110
Anexo 4 – Inquérito posterior à aula.....	110
Anexo 5 – Análise das Aprendizagens Essenciais 1.º, 2.º, 3.º ciclo e secundário.....	115

Declaração de honra

Declaro solenemente que o trabalho “A importância estratégica do mar – contributos para o ensino da História” é somente da minha autoria, e não terá sido usado noutra curso ou unidade didática, tanto nesta como em outra Universidade ou instituição. As citações, referências e alusões a outros autores respeitam escrupulosamente as regras da referenciação e encontram-se devidamente indicadas no texto, assim como nas referências bibliográficas. Conheço as implicações e a gravidade que concernem à prática de plágio, e que tal constitui um ilícito académico passível de ser punido como crime.

Porto, junho de 2021

Renato Miguel Abreu Fernandes Tavares e Sousa

Agradecimentos

Depois de findada mais uma etapa, eis que é chegada a altura de reconhecermos os pilares que, direta ou indiretamente, ajudaram a suportar o projeto que agora chegou ao fim.

Em primeiro lugar à minha família. À minha mãe, Amália de Fátima Abreu Fernandes; Ao meu pai, José Tavares de Sousa; Ao meu irmão, Rúben Tavares e Sousa, por me terem aturado durante todo este tempo e processo. O apoio foi sempre total, ao longo dos anos, das experiências profissionais e das etapas académicas. Um muito obrigado.

À Nadine Gonçalves, por ter tido a paciência e perseverança necessárias para compreender as vicissitudes e tempo pessoal dedicado ao presente trabalho.

Aos amigos, que estiveram presentes a meio do estágio e na etapa final de escrita a ferro e fogo. Com as suas capacidades de distração, fizeram com que eu pudesse melhorar a minha concentração: Álvaro Alves, João Amorim, José Miguel, José Fidalgo, Luís Viana, Rita Viana e Tiago Pinheiro.

Agradeço também à minha orientadora, a Professora Doutora Cláudia Sofia Ribeiro, pelos esclarecimentos estruturais e pela confiança.

Agradeço, igualmente, à minha orientadora de estágio, a Professora Maria de Fátima, que me foi aturando e acompanhando ao longo de todo o ano na Escola Secundária de Penafiel.

A todos estes e aos demais não referidos, mas não esquecidos, um muito obrigado.

Resumo

Desde 2004 que temos assistido ao recrudescimento da importância do mar/oceano como um grande Desígnio Nacional a atingir. Desde então que o mar passou a estar em voga na comunicação social e na agenda política, estratégica, científica e tecnológica.

Hoje, de acordo com a atual Estratégia Nacional para o Mar (ENM), os assuntos marítimos devem também constar na literacia e na educação, nomeadamente no ensino obrigatório, através das Aprendizagens Essenciais – os mais recentes documentos de orientação curricular com vista a desenvolver conhecimentos, competências e capacidades nos alunos. O desiderato é fazer com que estes conteúdos cheguem, de uma forma inclusiva e transversal, a todos os alunos.

Com efeito, a intenção do presente trabalho será aferir de que forma é que a Educação tem sido capaz de promover a consciência marítima nos alunos. De igual modo, pretende-se saber se os assuntos do mar, efetivamente, chegam a todos, inclusiva e transversalmente, bem como inferir se o mar como Desígnio Nacional é apenas uma conceção retórica por materializar, ou se, pelo contrário, já se consubstancia na educação.

Para isso, empreendemos uma profunda análise às Aprendizagens Essenciais em todos os ciclos escolares, e procedemos a um Estudo de Caso com duas turmas do ensino secundário em busca de consciência marítima nos alunos.

Abstract

Since 2004 we have witnessed the importance of the ocean as a great National Purpose to be achieved. Since then, the ocean has been in vogue in the media and in the political, strategic, scientific and technological agenda.

Today, according to the current National Strategy for the Sea (ENM), maritime affairs must also be included in literacy and education, specifically in all educational stages, through *Aprendizagens Essenciais* – the most recent documents of curriculum guidance to develop knowledge, skills and abilities in students. The aim is to make maritime affairs reach, in an inclusive and transversal way, to all students.

Therefore, the intention of this work will be to assess how Education has been able to promote maritime awareness in students. Also, it is intended to know if the ocean affairs in fact reach everyone, inclusively and transversally, as well as inferring whether the sea as a National Purpose is just a rhetorical conception to materialize, or if, on the contrary, is already embodied in education.

In order to do so, we undertook a deep analysis of *Aprendizagens Essenciais* in all school cycles and carried out a case study with two secondary school classes in search of maritime awareness in students.

Índice de Figuras

Figura 1- Mapa: "Portugal é Mar".	34
Figura 2 – Comunidade escolar e níveis de Ensino.	59
Figura 3 – Escola Secundária de Penafiel.	61
Figura 4 – Esquematização da aula problematizada	74
Figura 5 – Aprendizagens Essenciais selecionadas para a consecução da aula	74
Figura 6 – Conceitos estruturantes a desenvolver na aula	75

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – SALIÊNCIA DO MAR (METAS): 1.º CICLO.....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
GRÁFICO 2 – TEMAS ABORDADOS: 1.º CICLO.....	42
GRÁFICO 3 – SALIÊNCIA DO MAR (METAS): 2.º CICLO.....	43
GRÁFICO 4 – TEMAS ABORDADOS: 2.º CICLO.....	44
GRÁFICO 5 – SALIÊNCIA DO MAR (METAS): 3.º CICLO.....	47
GRÁFICO 6 – TEMAS ABORDADOS: 3.º CICLO.....	48
GRÁFICO 7 – SALIÊNCIA DO MAR (METAS): SECUNDÁRIO.....	51
GRÁFICO 8 – TEMAS ABORDADOS: SECUNDÁRIO.....	52
GRÁFICO 9 – REFERÊNCIAS/METAS PRESENTES EM TODOS OS CICLOS ESCOLARES.....	53
GRÁFICO 10 – NR DE ALUNOS DAS TURMAS: 10.º K E 10.º L	64
GRÁFICO 11 – RESPOSTAS GRUPO I – 1.º QUESTIONÁRIO.....	69
GRÁFICO 12 – RESPOSTA AO GRUPO II – 1.º QUESTIONÁRIO	70
GRÁFICO 13 – RESPOSTAS AO GRUPO III – 1.º QUESTIONÁRIO	71
GRÁFICO 14 – RESPOSTAS AO GRUPO IV – 1.º QUESTIONÁRIO	72
GRÁFICO 15 – RESPOSTAS AO GRUPO I – 2.º QUESTIONÁRIO	82
GRÁFICO 16 – RESPOSTAS AO GRUPO II – 2.º QUESTIONÁRIO	83
GRÁFICO 17 – RESPOSTAS AO GRUPO III – 2.º QUESTIONÁRIO	83
GRÁFICO 18 – RESPOSTAS AO GRUPO IV – 2.º QUESTIONÁRIO	85

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Análise das Aprendizagens Essenciais: 1.º ciclo	115
Tabela 2 – Análise das Aprendizagens Essenciais: 2.º ciclo	116
Tabela 3 – Análise das Aprendizagens Essenciais: 3.º ciclo	118
Tabela 4 – Análise das Aprendizagens Essenciais: Secundário	119

Lista de abreviaturas

AE.....	APRENDIZAGENS ESSENCIAIS
AMP.....	ÁREA MARÍTIMA PROTEGIDA
CEDN.....	CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL
CEO.....	COMISSÃO ESTRATÉGICA DOS OCEANOS
CNUDM.....	CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR
CPLP.....	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DGE.....	DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO
EMEPC.....	ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL
ENM.....	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR
ONG.....	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU.....	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PALOP.....	PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA
PC.....	PLATAFORMA CONTINENTAL
ROV.....	REMOTELY OPERATED VEHICLE
VAB.....	VALOR ACRESCENTADO BRUTO
ZEE.....	ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

Introdução

O presente estudo terá sido elaborado no âmbito do Mestrado em ensino de História do 3.º ciclo do ensino básico e secundário, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e decorre de uma investigação prévia realizada em 2014, na mesma casa.

Na sequência dessa investigação prévia – na qual tivemos oportunidade de analisar o valor estratégico do oceano no âmbito da política externa portuguesa –, ficámos também elucidados sobre o vasto potencial económico e científico, tecnológico, identitário e político que o mar/oceano encerra, desde o projeto de extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, aos recursos energéticos, biogenéticos e minerais presentes nos fundos marinhos, às potencialidades do transporte marítimo de mercadorias, às relações externas que os mares facilitam¹, à organização administrativa e logística de todas as atividades marítimas, de forma sinérgica e holística, em *Cluster*, entre outros. Com efeito, “o reconhecimento das potencialidades a nível económico, político e militar determina o valor estratégico do mar para os países e regiões em geral na perspetiva do bem-estar da Humanidade”², e todo este potencial marítimo representa para Portugal cerca de 3.4% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional. Em 2020, Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, apoiando-se na Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030, estimava um aumento de cerca de 30% do VAB até 2030, face ao peso atual³. Não obstante, para que este crescimento se materialize, tanto até 2030, como para além da data, serão necessárias ações no sentido de: aumentar as exportações e a capacidade de produção; apostar na industrialização e na inovação⁴; proceder à formulação de políticas públicas adequadas e acompanhá-las de proporcional financiamento; *mobilizar, traduzir e expandir os Assuntos do mar a toda a sociedade civil*, como nos mostram, perentoriamente, as áreas de intervenção prioritárias da recém-aprovada Estratégia Nacional para o Mar (ENM), no passado mês (maio), em Conselho de Ministros: “Para se desenvolver uma cultura marítima e uma economia azul, circular e sustentável, a educação e formação são fundamentais”⁵. Acreditamos ser necessário contribuir para a consciencialização marítima da sociedade civil, desde a menoridade, através da inclusão e da trans-

¹ Por exemplo na ligação e proximidade com o mundo lusófono da CPLP.

² (Gonçalves, 2015, p. 30).

³ (Silveira, 2020).

⁴ Idem.

⁵ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021).

versalidade do mar/oceano na educação, através de uma *literacia oceânica* que se considere capaz de fomentar a *consciência marítima* e a importância deste elemento nos nossos estudantes, que serão os decisores de ‘amanhã’.

O país terá despertado oficialmente para a renovação da importância do mar desde 2004⁶, altura em que os Assuntos do Mar terão sido, finalmente, transpostos para os programas de governo constitucionais – tendo sido acompanhados pela criação do Ministério do Mar, bem como por fortes intervenções por parte da Presidência da República e de vários intervenientes da classe política, que iam exaltando e apelando, através de uma retórica política carregada de emoção, a um *regresso nacional e estratégico do país ao mar*⁷. Hoje, de acordo com a nova Estratégia Nacional para o Mar (ENM), o mar/oceano como Desígnio Nacional vai para além da política, estando já, deliberadamente, introduzido na educação, através das *Aprendizagens Essenciais* que, assim, devem ser capazes de dar a conhecer os assuntos do mar de uma forma transversal:

“Para se desenvolver uma *cultura marítima* e uma economia azul, circular e sustentável, a *educação e formação são fundamentais*. Esta abordagem deve ser *inclusiva e transversal a todas as áreas*⁸ (...) a partir dos conhecimentos já previstos nas *Aprendizagens Essenciais* sobre esta temática e desenvolver-se *ao longo da escolaridade obrigatória*⁹.

É neste contexto que se estabeleceu a **questão-orientadora** do presente estudo: *De que forma é que a educação tem promovido a consciência marítima nos alunos?* Com efeito, o **desiderato** da presente investigação será obter a resposta, no final do trabalho, para a questão proposta. Para isso, tentaremos encontrar a resposta mediante a *análise* das *Aprendizagens Essenciais* (AE) em todos os ciclos do ensino obrigatório, onde iremos procurar pela saliência do mar nas várias disciplinas que os compõem, de forma a aferirmos o nível de consciência marítima e a consequente presença, inclusão e transversalidade do mar na educação, ou respetiva ausência. De igual modo, esperamos saber se o mar/oceano, como Desígnio Nacional, é apenas uma abstração retórica ou se, pelo contrário, já se consubstancia efetivamente na educação, de forma inclusiva, mobilizadora e transversal¹⁰. Para ajudar na análise das AE, procedemos à construção de

⁶ Abordaremos este ponto e consequentes metas políticas e pedagógicas com rigor no primeiro capítulo.

⁷ Este ponto será abordado com maior afínco já no próximo capítulo.

⁸ Também entendido como Consciência marítima. Este conceito será ‘traduzido’ já no próximo capítulo.

⁹ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 43)

¹⁰ Como refere a atual Estratégia Nacional para o Mar, conforme vimos no parágrafo anterior.

tabelas¹¹ e à criação de variáveis por domínios científicos, a saber: – Referência ao mar; – Ecologia do mar; – Economia do mar; – Estratégia, Soberania e Segurança; – Cultura histórica; – Relêvo, Geofísica, Ciência e Inovação.

Em relação ao estudo de caso, quisemos abordar os alunos em relação ao tema, antes e depois de uma aula pensada para o efeito. Quisemos saber: que ideia tinham sobre o mar? Que valências mais importantes lhe reconhecem? Os alunos possuem consciência marítima? Se sim, será que foi cultivada pela literacia oceânica inerente às reformas educativas que se deram nos últimos 17 anos¹² – Aprendizagens Essenciais?

Os *passos metodológicos*¹³ desta componente prática consistiram na:

1. *Aplicação de um questionário prévio aos alunos do 10.º ano* sobre a consciência marítima e respetivas valências antes da regência da aula problematizada;
2. *Regência sobre a importância estratégica do mar* para Portugal: na Soberania, na Economia e na proteção dos ecossistemas, de forma a abarcar uma amplitude multidisciplinar tão vasta quanto possível;
3. *Elaboração e aplicação de um inquérito posterior à aula*, aos mesmos alunos do 10.º ano, sobre o tema abordado.

Ainda no âmbito desta *componente prática*, estruturámos a aula de acordo com as temáticas presentes na obra: “Políticas Públicas do mar, para um novo conceito estratégico nacional”¹⁴, que reúne os contributos de notáveis especialistas dos ‘assuntos do mar’ em Portugal:

A) Ecologia do mar:

- A1) Aquacultura e riscos ambientais;
- A2) Recursos minerais e energéticos marinhos;

B) Economia do mar, atividades e atores

- B1) Transporte e serviços marítimos;
- B2) Pescas;
- B3) Eletrónica e robótica submarina;
- B4) Extensão da plataforma continental.

C) O mar, a estratégia e a segurança:

- C1) Soberania no mar;

¹¹ Poderão ser consultadas nos anexos.

¹² Aquando do renascimento marítimo em Portugal.

¹³ Todos estes passos e metodologia usada na componente prática estão descritos com rigor no capítulo 4.

¹⁴ (Matias, 2010).

- C2) Centralidade do mar nas relações internacionais;
- C3) O mar na política externa;

Em relação à **estrutura** do presente trabalho, optámos por estabelecer um projeto de 4 capítulos distintos, com complemento sinérgico e sequencial entre si, os quais apresentamos de seguida:

1. No primeiro capítulo optámos por um enquadramento teórico e conceptual, onde se contextualiza o mar como desígnio político e pedagógico, na governação e na educação, e onde explicamos os conceitos com maior rigor os dois conceitos mais abordados neste estudo: a *consciência marítima* e a *literacia oceânica*.
2. No segundo capítulo, será abordado o valor estratégico que o mar/oceano ofereceu e oferece para Portugal, ontem e hoje, uma Nação predominantemente marítima desde que se fez ao mar para atingir as suas metas nacionais. Consideramos pertinente a inclusão deste capítulo no trabalho, uma vez que partilha muitos dos conteúdos lecionados na regência problematizada da componente prática.
3. No terceiro capítulo, será realizada uma análise das *Aprendizagens Essenciais*, por serem os documentos normativos mais relevantes do currículo nacional publicados *desde 2004*, e por serem indicados como os principais instrumentos de literacia oceânica na educação, como foi já explicado pela atual Estratégia Nacional para o Mar. Mas porquê a escolha do espaço temporal de 2004 à atualidade? A resposta deve-se a *duas razões*: *primeiro*, porque em *termos nacionais* podemos considerar que o recrudescimento da importância do mar para Portugal, em termos estratégicos, políticos e comunicacionais começa oficialmente nesta data, com a publicação de: – relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos (CEO); – inclusão do mar em todos os programas de governo constitucionais desde 2004 até à atualidade; – criação de várias iniciativas e políticas públicas desde essa data¹⁵; *segundo*, porque nos termos da *Governance* internacional, assistimos também ao início do destaque, da comunicação, produção científica e de políticas públicas, também desde 2004, através

¹⁵ De que são exemplos: as Estratégias Nacionais para o Mar (ENM); a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) em 2005; o Relatório da Economia do Mar, publicado pela Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco (SaeR) em 2009; entre outras.

de: – criação da Política Marítima Europeia (PME), em 2005; – *criação do conceito oficial de literacia oceânica* em 2004, tendo-se alastrado em termos de *governance* internacional para várias iniciativas de âmbito educativo (Portugal incluído) depois dessa data¹⁶.

Por conseguinte, uma vez que os *programas* de História e de outras disciplinas foram formulados antes de 2004, optou-se pela *não-inclusão* destes instrumentos no estudo. Ainda no que concerne a este terceiro capítulo de estudo, falta, somente, explicar a *lógica de seleção das Aprendizagens Essenciais*:

- No *primeiro ciclo*, serão analisadas *todas as áreas de saber e anos escolares*, por uma simples razão: os projetos de *literacia oceânica* e aquisição de *consciência marítima*¹⁷ trabalham estes conceitos, especialmente, nos estudantes do primeiro ciclo, como afirma, de forma clarividente, a atual Estratégia Nacional para o Mar, nomeando, inclusivamente, os instrumentos em que deve estar presente: “Para se desenvolver uma cultura marítima e uma economia azul, (...) deve iniciar-se no primeiro ciclo do Ensino Básico, a partir dos conhecimentos já previstos nas *Aprendizagens Essenciais* sobre esta temática”¹⁸.
- No *segundo ciclo*, serão analisadas todas as AE que concernem às disciplinas de *História e Geografia de Portugal e Ciências Naturais*. Esta escolha deve-se a *duas razões* fundamentais: a *transversalidade* inerente às disciplinas escolhidas – principalmente entre História e Geografia –, e à *especificidade dos conteúdos* que se englobam nos assuntos do mar¹⁹, passíveis de adaptação educativa;
- No *terceiro ciclo*, pelo mesmo fundamento que explica a seleção das disciplinas a analisar no segundo ciclo, escolhemos as *Aprendizagens Essenciais* respeitantes a todos os anos das *disciplinas de Ciências Naturais, História e Geografia*, desta vez como disciplinas autónomas²⁰;
- No *ensino secundário*, estendemos a seleção a uma panóplia disciplinar mais vasta, tendo em conta a sua correlação com os conteúdos relativos

¹⁶ Esta questão estará desenvolvida com maior rigor no capítulo 1, secção da literacia oceânica.

¹⁷ Projetos educativos como a Ciência Viva e a Escola Azul.

¹⁸ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021).

¹⁹ Não é correlacionável encontrarmos conteúdos sobre a extensão da Plataforma continental, ou recursos dos fundos oceânicos, individualidade política do país nas disciplinas de Moral, Matemática ou Inglês.

²⁰ No segundo ciclo, História e Geografia encontram-se agregadas no mesmo ramo disciplinar, acontecendo a respetiva separação precisamente aqui, no 3º ciclo do ensino básico.

aos assuntos do mar. Com efeito, foram escolhidas as disciplinas: Geografia A, B e C; História A e B; História, Culturas e Democracia; Ciência política; Cidadania e desenvolvimento; Biologia e Geografia; Economia A e C²¹.

1. Por fim, no quarto capítulo, descrevemos a componente prática e pedagógica do estudo, em que elucidaremos o leitor acerca dos conteúdos didáticos elaborados durante o período de Iniciação à Prática Profissional na Escola Secundária de Penafiel, assim como inquéritos aplicados, tanto antes como depois dos conteúdos lecionados sobre o mar como elemento aglutinador de várias dimensões constituintes da consciência marítima/oceânica.

²¹ O mar é transversal a todas as disciplinas seleccionadas, como iremos observar no segundo capítulo.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico e conceptual

1.1. – O mar como Desígnio Político Nacional

Um grande desafio para Portugal é o de olhar para o território nacional, incluindo o mar, como uma imensa fonte de riqueza que precisa de ser trabalhada [...] o Governo compromete-se com a mudança de paradigma [...] que permita realizar o valor potencial do mar português²².

A assunção do mar como Desígnio Nacional, tanto a nível político como estratégico, é consideravelmente recente. Com a mudança de regime político em 1974, dar-se-ia, de igual modo, uma alteração de orientação estratégica nacional – Portugal deixou de ver utilidade no uso do mar para o seu desenvolvimento –, responsável pela relegação do elemento marítimo/oceânico para segundo plano, em detrimento da escolha da Europa como principal área de interesse estratégico. Usando uma expressão de Tiago Pitta e Cunha, Portugal virou “as costas à costa”²³. Desde 1974 até 1997, o mar caiu no esquecimento nacional, entrando numa fase de letargia estratégica, declínio dos setores marítimos e falta de investimento público, tornando-se um “não-assunto”²⁴. Durante este hiato de pensamento estratégico, ouviam-se bem alto as vozes de Virgílio de Carvalho que, *inconformado* com a situação de *conformismo* político, ia exaltando a necessidade de o país criar uma Estratégia Nacional de objetivos permanentes²⁵, capaz de visualizar o mar com olhos mais ambiciosos, em proveito estratégico e económico próprio²⁶.

Em 1997, porém, dá-se o início daquele que viria a ser considerado, anos mais tarde, como o ‘regresso de Portugal ao mar’. Trata-se da ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) por Portugal, convenção que ficou notabilizada, entre outros aspetos, por permitir aos Estados ratificadores aumentarem as respetivas Soberanias e direitos de jurisdição marítima, com a extensão das respetivas plataformas continentais para além das 200 milhas náuticas. Um ano depois, em 1998, Portugal organizou uma exposição mundial subordinada ao tema: “Os oceanos, um património para o futuro da humanidade”²⁷, que ficaria conhecida para a posteridade como

²² (Governo de Portugal, 2011, p. 52).

²³ (Cunha, 2011).

²⁴ *Idem*.

²⁵ (Carvalho, 1987).

²⁶ (Carvalho, 1995).

²⁷ (Cunha, 2011, p. 34).

Expo' 98.

De 1998 a 2004 vão apenas 6 anos, que, apesar de poucos, valeram de muito para o país. É em 2004 que se dá a primeira grande política pública marítima nacional, a publicação do relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos (CEO) – entidade criada um ano antes para a formulação do citado relatório –, e que tinha como missão: “destacar Portugal como uma nova Nação marítima”²⁸. Nesse relatório foram publicadas várias considerações do estudo levado a cabo pela CEO, tendo sido adaptadas, imediatamente, pela classe política no mesmo ano, como nos mostram as metas do XVI governo constitucional, na altura liderado por Pedro Santana Lopes, que pretendiam ter em conta as “conclusões apresentadas pela Comissão Estratégica dos Oceanos”²⁹. Desta forma, “ressuscitar a consciência coletiva e a importância estratégica dos oceanos para o país”³⁰ tornou-se um objetivo a cumprir, tendo evoluído, posteriormente, para outras políticas públicas de governação, como as Estratégias Nacionais para o Mar (ENM) que, desta forma, continuaram o seu legado, fomentando cada vez mais a dinamização do conhecimento marítimo.

Com efeito, considera-se este ano – **2004** – como o grande ponto de viragem na abordagem dos assuntos do mar em Portugal, a data que marca o *renascimento marítimo* e a valorização do *mar como desígnio nacional*, sendo, por esta mesma razão, que neste presente estudo selecionámos as Aprendizagens Essenciais como objeto de análise em busca da relevância do mar na educação. Até porque é a partir daqui que se começam a difundir frases da autoria da classe política e da Presidência da República, tais como: “O mar deve tornar-se uma prioridade nacional”³¹; bem como de Ministros do Mar: “A ambição é sermos cada vez mais, de novo, uma Nação marítima, um país que desenvolve e aproveita as suas capacidades económicas [...] Portugal deve virar-se cada vez mais para o mar, a vocação marítima está no sangue de todos” (Assunção Cristas, 2014)³²; bem como objetivos estratégicos de implementação do mar nos sucessivos programas de governo até aos dias de hoje, como:

- Fomentar o “debate político sobre as grandes questões oceânicas e marítimas que interessam a Portugal”³³;

²⁸ (Comissão Estratégica dos Oceanos, 2004, p. 20).

²⁹ (Governo de Portugal, 2004, p. 60).

³⁰ (Neves, 2013, p. 39).

³¹ (Silva C. , 2010).

³² (Cristas, 2014).

³³ (Governo de Portugal, 2004, p. 59).

- “Continuar os esforços relativos à extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas”³⁴;
- “Afirmar os portos nacionais como porta atlântica da Europa”³⁵;
- “Tornar o mar um vector essencial do desenvolvimento português”³⁶;
- “Afirmar a liderança na política do mar e no desenvolvimento da economia azul (...) Reafirmar o objetivo de, até 2020, passar a barreira dos 4% de contributo do PIB azul para o PIB português³⁷;
- “Promover o emprego na indústria naval (...) Aproveitar os recursos genéticos marinhos”³⁸.

Em suma, o mar é hoje um *inexorável desígnio político*, estratégico, económico e pedagógico a atingir. As metas governamentais e estratégicas são, hoje, mais claras do que antes, e não só explicitam que o mar deve ser ensinado nas suas mais variadas valências na educação, como também mostram exatamente onde e como deve ser ensinado: “Para se desenvolver uma cultura marítima e uma Economia azul (...) esta abordagem deve ser *inclusiva e transversal a todas as áreas* (...) deve iniciar-se no primeiro ciclo do Ensino Básico, a partir dos conhecimentos já previstos nas *Aprendizagens Essenciais* sobre esta temática”³⁹. Com efeito, neste trabalho, procurámos compreender precisamente a consecução, ou falta dela, destas metas estratégicas.

³⁴ (Governo de Portugal, 2005, p. 117).

³⁵ (Governo de Portugal, 2009, p. 22).

³⁶ (Governo de Portugal, 2011, p. 53).

³⁷ (Governo de Portugal, 2015, p. 53).

³⁸ (Governo de Portugal, 2015, p. 146).

³⁹ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 43).

1.2. – Consciência Marítima

Seria de elementar exigência que todo o cidadão português tivesse do seu País os conhecimentos mínimos que o levassem a valorizar o Mar com algum rigor – histórico, atual e prospetivo⁴⁰.

Is where it all begins. We cannot conduct the operations that we must if we don't have a good sense of what's out there, moving on, above or under the sea⁴¹.

Para a consecução do presente trabalho é fundamental procedermos à abordagem da consciência marítima, conceito que, muito sintética e genericamente, pode ser entendido como o conhecimento de tudo o que se relaciona com o mar/oceano⁴². Deve ser entendido, mais aprofundadamente, como a *capacidade* de o ser humano *entender o valor estratégico que o mar/oceano encerra*, nas suas mais *variadas características e valências*, e que devem ser, cada vez mais, encaradas de forma holística e sinérgica em detrimento das velhas abordagens sectoriais, para que se lhe possa, efetivamente, compreender o real valor estratégico, *rentabilizá-lo, desenvolvê-lo e protegê-lo*, nas suas “dimensões ambiental, de segurança, científica, económica, cultural e social”⁴³. Não podemos tentar entender o mar apenas do ponto de vista económico, uma vez que este aspeto se entrelaça, direta e indiretamente, com as alterações climáticas, nem podemos estudá-lo apenas do ponto de vista da sustentabilidade ambiental sem conhecermos, por exemplo, a sua importância administrativa, pois é esta que irá determinar uma maior sustentabilidade. O elemento marítimo/oceânico deve ser estudado como um todo, porque as dimensões e os setores da economia do mar estão interligados – cada vez mais –, e não é mais possível abordar determinada área ou dimensão marítima sem atender a uma visão sustentada e integrada sobre o mar, de forma a obtermos um entendimento geral mais profundo das grandes questões transversais aos assuntos do mar e inerente complexidade. É, por conseguinte, esta visão holística e agregadora que irá guiar o presente estudo, pelo que estarão em destaque todas estas dimensões⁴⁴ que compõem tanto a consciência marítima, como a economia do mar e a assunção do oceano como um ‘Desígnio Nacional’ a atingir. O desenvolvimento desta consciência marítima em Portugal poderá permitir “robustecer a

⁴⁰ (Nuno Vieira Matias apud. Blue school, 2021).

⁴¹ (Boraz, 2009, p. 1).

⁴² (Asiamah, 2018, p. 23).

⁴³ (Blue school, 2021).

⁴⁴ Dimensão “ambiental, de segurança, científica, económica, cultural e social” (Blue school, 2021).

identidade nacional e a individualidade do País; acentuar a sua afirmação internacional; promover o desenvolvimento sustentável; desenvolver a cooperação internacional”⁴⁵.

Com efeito, uma vez que o mar está estabelecido como ‘prioridade Nacional’ pelos governantes, torna-se premente a necessidade de o operacionalizar como tal. Para isso, “os jovens devem adquirir, designadamente, conhecimentos base de estratégia e geoestratégia, de política e de geopolítica, de economia e de geoeconomia, do quadro jurídico dos oceanos, da ecologia e do ambiente”⁴⁶. Por nos coadunarmos com esta necessidade, consideramos relevante dar a conhecer à futura sociedade de amanhã o mar volátil, dinâmico e polivalente, tanto de ‘ontem’, como de ‘hoje’, com um enorme potencial ao nível da História, da Estratégia, da Economia, da Soberania, da Política Externa, da investigação científica e da proteção dos ecossistemas marinhos. Foi este o nosso intuito, dar a conhecer e desenvolver a consciência marítima, nas suas mais variadas valências.

⁴⁵ (Blue school, 2021).

⁴⁶ (Idem).

1.3. – Literacia oceânica

Ninguém ama aquilo que não conhece! Num País de mar e marinheiros é necessário que o Mar vá para além da memória do passado e da frase repetida o mar como desígnio nacional e passe a fazer parte do nosso dia-a-dia real e do nosso imaginário de futuro. É, pois, fundamental a mobilização ativa da sociedade, em particular das crianças e jovens, promovendo gerações oceânicas⁴⁷.

No início do século XXI, mais precisamente em 2004, surgia, no seio da comunidade científica norte-americana, o conceito *Literacia oceânica*, com o fim de se proceder à *consciencialização dos futuros cidadãos acerca da importância do oceano* e incutir o elemento marítimo nos programas e currículos de ensino⁴⁸.

Este é, aliás, um tema fundamental e galvanizado pelo próprio Estado português:

Considerando a importância estratégica do mar para Portugal, com todas as suas implicações económicas, científicas, sociais, culturais e ambientais, torna-se imperativo conceber uma estratégia integrada de desenvolvimento de literacia do oceano, capaz de incluir e alcançar diferentes setores e toda a sociedade⁴⁹.

A criação deste conceito decorre de um conjunto de problemas da ação humana que tem deteriorado o oceano, de que são breves exemplos: o decréscimo da biodiversidade, o aumento da poluição, a acidificação dos oceanos, a pesca ilegal ou a sobrepesca⁵⁰. Com efeito, “mais do que sensibilizar, é preciso incentivar todos os cidadãos e setores da sociedade a assumirem atitudes informadas e responsáveis sobre o oceano”, sendo que “o cidadão deve saber comunicar, agir e decidir”⁵¹. Assim, um indivíduo literato no oceano, como pretendemos que os nossos alunos o sejam, deve conhecer a importância do oceano, reconhecer-lhe o valor estratégico, saber comunicar sobre ele, mas também agir, intervir e argumentar sobre as questões do mar. *A análise holística e polivalente do mar, numa perspetiva multidimensional⁵²* será fundamental. Em relação aos agentes, todos podem e

⁴⁷ (Ministério do Mar, 2019).

⁴⁸ (Costa, 2020, p. 5).

⁴⁹ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 44).

⁵⁰ (Costa, 2020, p. 5).

⁵¹ (Idem: 2)

⁵² Como abordámos brevemente no subcapítulo anterior.

devem proceder no âmbito desta consciencialização. Na verdade, “para atingir diferentes sectores da sociedade precisamos de estratégias diferentes, de entidades diversificadas e de profissionais de diferentes áreas do saber”⁵³, embora o docente assuma, neste âmbito, um papel absolutamente preponderante, sendo que em 2020, e cada vez mais, “as iniciativas de Literacia do Oceano têm privilegiado o setor da educação. É globalmente reconhecida a urgência de criar uma geração capaz de assumir mudanças de atitude necessárias para continuarmos a ter o oceano que necessitamos”⁵⁴. Foi por acreditarmos nesta máxima que escolhemos o tema em questão, por acreditarmos que *o Professor tem um papel fundamental na divulgação, transmissão e problematização da perceção, importância e compreensão do mar nas suas mais diferentes valências*, contribuindo para o desenvolvimento da consciência marítima na sociedade desde o início, a altura em que são estudantes e em que melhor formam a respetiva consciência cívica.

Em relação às *iniciativas extracurriculares de literacia oceânica*, em Portugal existem algumas ações de sensibilização, principalmente de consciencialização ambiental, protagonizadas por entidades públicas e/ou científicas e ONG’s ligadas ao mar, de que são exemplos: a Docapesca, Mare, Ciimar, Oceano Azul, Oceanário de Lisboa e Ciência Viva⁵⁵, constituindo-se a comunidade mais jovem como o público-alvo destas ações. Mas o processo parece comportar limitações, uma vez que são as escolas quem tem de concorrer para adotar os projetos nas respetivas comunidades escolares⁵⁶. Isto faz com que estas ações de literacia não cheguem a todas as escolas, favorecendo provavelmente as comunidades escolares localizadas em zonas costeiras – cujas atividades profissionais estão muitas vezes ligadas ao mar – tornando-se expectável que as do interior do país sintam, evidentemente, menos conexão, empatia ou interesse em acolher estas questões pouco proveitosas em termos regionais.

É por isto que acreditamos que *a literacia oceânica deve ser representada ao mais alto nível no ensino obrigatório*, espaço em que o mar/oceano deve ser assumido numa perspetiva multidimensional e multidisciplinar. A escola pública tem aqui não só uma responsabilidade, mas também uma oportunidade para fomentar a consciência marítima em toda a comunidade escolar. Como vimos na Estratégia Nacional para o Mar, tal deve ser feito através das *Aprendizagens Essenciais* e das respetivas disciplinas.

⁵³ (Idem: 5).

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ (Idem: 7-8).

⁵⁶ (Ibidem).

Capítulo 2 – Enquadramento estratégico – o valor do mar para Portugal

No seguimento do que foi exposto até aqui, consideramos importante avaliar a que níveis se reflete a importância do mar para Portugal, tanto *ontem*, como hoje. O mar/océano, especificamente o Atlântico, sempre teve um papel fundamental para Portugal, tanto a nível estratégico, como económico, como ao nível da soberania e identidade nacional. Não se pretende neste capítulo abordar tudo sobre este elemento e a sua relação com o país, até porque isso seria impossível dado o limite de páginas e as tarefas programadas para o presente trabalho. Pretende-se, por um lado, tecer uma breve resenha com algumas das principais ideias-chave sobre o valor estratégico que o mar encerrou para Portugal ao longo da História, e, por outro, inferir sobre o valor que o mar possui atualmente para o país (e continuará a ter no futuro). Cremos que este capítulo será relevante, uma vez que a componente prática – que se apresentará no capítulo 4 – foi concebida de forma a integrar o conteúdo do presente capítulo.

2.1. – O valor estratégico do mar para Portugal, *ontem*.

Como forma de compreender e organizar os conteúdos da presente secção, abordaremos brevemente o valor que o mar teve para Portugal ao longo da História da política externa portuguesa, pelo facto da divisão estrutural do estudo desta Política nos permitir abarcar os conteúdos a lecionar, de uma forma breve, lógica, sequencial e organizada. Para isso, valemo-nos da estruturação proposta por Nuno Severiano Teixeira⁵⁷, que nos dá a conhecer os três momentos de inserção internacional da política externa do país, aos quais correspondem três períodos históricos distintos, a saber:

- 1.º Modelo de inserção internacional, o Medieval (1143-1415), cuja orientação estratégica nacional incidiu, geograficamente, sobre a Península Ibérica, marcada por um equilíbrio geopolítico básico de relações externas entre os reinos espanhóis.
- 2.º Modelo de inserção internacional, o Atlântico (1415-1974), iniciado pela expansão marítima portuguesa, pela consecução do comércio externo de especiarias

⁵⁷ (Teixeira, 2010).

e produtos coloniais, pela luta pela preservação da metrópole e das colónias, bem como a aquisição de poder naval.

- 3.º *Modelo de inserção internacional, o Europeu* (1974-atualidade) iniciado com a Revolução dos Cravos e a consequente descolonização, abertura de Portugal aos mercados externos e adesão à CEE.

2.1.1. – A opção Medieval (1143-1415)

2.1.1.1. – A Individualidade política

Em relação ao uso do mar durante o 1.º *modelo de inserção internacional* da política externa portuguesa, é de notar que, devido ao contexto de instabilidade política na época, esta relação ficou marcada pela reconquista e posterior *preservação da Soberania*. A maior parte dos conflitos que sucederam com Castela ocorreu pela via continental, salvo algumas exceções⁵⁸. No entanto, a articulação entre o uso do mar e a criação da individualidade política nacional estão articulados, uma vez que, segundo H. V. Livermore⁵⁹, o processo de reconquista dos territórios ocupados pelos ‘mouros’ não teria sido possível sem que o país fosse agraciado com a posição geoestratégica de que usufrui, o que terá permitido a chegada de contingentes vindos de toda a Europa⁶⁰.

2.1.1.2. – Comércio externo

Não obstante, nem só de individualidade política se faz o uso do mar neste período. Também é aqui que Portugal inicia o seu comércio externo com os reinos do Norte da Europa, bem como, especificamente, aqueles que viriam a ser designados de ‘velhos aliados’ de Portugal, os Ingleses. Os primeiros registos do comércio externo português

⁵⁸ Veja-se o caso da III Guerra Fernandina e a batalha marítima de Saltes no final do século XIV.

⁵⁹ (Livermore apud. Carvalho, 1995: 68).

⁶⁰ As conquistas de Lisboa e Alcácer foram fortemente impulsionadas pela ajuda dos Cruzados que se encontravam, naquela altura, ancorados no Estuário do Douro.

efetuado na esfera externo-peninsular remontam a 1194, altura em que os primeiros navios portugueses começaram a rumar às águas da Mancha⁶¹, embora tenha sido somente no século XIII que “os nossos mercadores começaram a ter força bastante para iniciar, neste sentido, uma competição com os estrangeiros”⁶². Apesar de nesta altura Portugal ainda não ter consumado a sua partida oficial para o mar, através da expansão marítima, já o usava, porém, para ampliar as suas áreas de influência comercial, como indicia a outorga de privilégios concedidos pelo rei inglês – Henrique III – aos mercadores portugueses⁶³.

2.1.1.3. – Identidade e homogeneidade cultural

Também a transformação da heterogeneidade em homogeneidade étnica no território português por influência do mar deve ser relevada, como forma de diminuir assimetrias, conflitos, choques culturais e aumentar o sentido de pertença à Nacionalidade portuguesa dos povos cá estabelecidos. No território português, habitaram desde fenícios a cartagineses, romanos a suevos, visigodos a muçulmanos, judeus e cristãos, diferenças que, segundo Crespo, terão sido atenuadas e até transformadas em “unidade a partir da diversidade”⁶⁴, com a mobilização de toda a sociedade em torno dos objetivos do Estado, com a partida para o mar que se daria em 1415, com a conquista de Ceuta. Tal influência e peso da ‘maritimidade’ na conversão das várias culturas e povos mostra que o mar funcionou como elemento aglutinador de várias dimensões, ainda na própria Idade Média, ao permitir a Portugal garantir vetores essenciais como o desenvolvimento da economia e da defesa, mas também a mobilização do povo em torno dos objetivos e cultura nacionais, forjando, assim, uma identidade própria, uma identidade marítima a nível nacional.

2.1.2. – A opção Atlântica (1415-1974)

Estes três vetores – a aquisição da individualidade política, a consolidação do comércio externo e a conversão da identidade marítima nacional, foram-se engrandecendo

⁶¹ (Albuquerque, 1986, p. 13).

⁶² (Idem).

⁶³ (Gama Barros apud. Albuquerque, 1986: 13).

⁶⁴ (Crespo apud. Tavares, 2015: p. 20).

durante o 2.º modelo de inserção internacional da política externa portuguesa – a opção Atlântica – que terá durado, sensivelmente, desde 1415 até ao último quartel do século XX. Este período de meio milénio – designado por Adriano Moreira como “Projeto da Dinastia de Avis”⁶⁵ – é um dos mais estudados e é inegável a obtenção de poder que o país terá aferido durante esta orientação estratégica focada no mar, em que Portugal esteve sempre mais virado para o Atlântico do que para a Europa no que toca às suas áreas de interesse estratégico, pese embora, muito por responsabilidade das colónias que detinha. Ao longo do tempo, foram mudando os objetivos e prioridades nacionais, não tendo, porém, mudado a alavanca de concretização desses objetivos até ao século XX. O mar manteve-se como o elo entre os binómios: Portugal-África, Portugal-América, Portugal-Ásia, sem o qual o país não resistiria aos constantes movimentos de anexação peninsular por parte dos reinos vizinhos. Durante esta opção estratégica, Portugal, para além das ligações atlânticas que estabeleceu, aprofundou também a sua posição na esfera de influência de Inglaterra, que cresceu com a Guerra da Restauração⁶⁶, fazendo com que Portugal passasse a “depende da protecção naval inglesa para a manutenção do seu Império Ultramarino e do respectivo comércio, que beneficiava sobretudo os ingleses. O apoio inglês era necessário para conter as ambições de anexação da Espanha, quase sempre apoiada pela França”⁶⁷. É precisamente este apoio que provoca um dos mais tensos episódios da sobrevivência política nacional no século XIX – as invasões napoleónicas – pelo incumprimento português do bloqueio continental ordenado pelo poder francês. É neste sentido que o oceano desempenha outro papel fundamental – a manutenção da Soberania portuguesa – através da transferência da corte portuguesa para o Brasil, continuando, assim, a manter todas as diretrizes e estruturas de uma Nação Soberana, permitindo uma governação ‘à distância’ em território, também ele, considerado português. Sem colónias, poder naval e mar, seria impossível para Portugal ser, nos dias de hoje, um país Soberano. Já no século XX, O Estado Novo demonstra reconhecer a importância estratégica do oceano para a prossecução das aspirações de Estado e reforça o poder naval português com o programa *Magalhães Correia* e o *Despacho 100*⁶⁸, programas adotados pelo Estado para dinamizar o poder da Marinha e da frota mercante nacional, dotando-as com cerca de 73 navios e 3 submarinos, o que atesta bem a importância do uso do mar para o país em

⁶⁵ (Adriano Moreira apud. Neves, 2013: 20).

⁶⁶ (Cruz, 2002, p. 14).

⁶⁷ (Idem).

⁶⁸ (Correia, 2017).

pleno século XX, bem como a política de continuidade da Opção Atlântica mesmo 500 anos depois da adoção dessa orientação estratégica, mostrando o quão axial era ainda o uso do oceano para a própria sobrevivência do regime. Em suma, todo o uso que o país deu ao mar e tudo o que o oceano deu de volta a Portugal demonstram uma enorme interdependência, com alterações sociais e identitárias nos padrões portugueses, cuja vontade de alcançar melhores condições nacionais através da ‘Atlantização’ foi inexorável, garantindo “as melhores condições para a realização de objectivos, na defesa dos interesses próprios do Estado”⁶⁹. Com a Revolução dos Cravos e inerente alteração política e estratégica, evidentemente, tudo muda, “Portugal assume claramente, a partir de 1976, a ‘opção Europeia’. Agora não mais com uma perspectiva estritamente económica e pragmática, como o Estado Novo, mas enquanto opção estratégica e projecto político”⁷⁰. O pensamento estratégico na época é fácil de entender nos dias de hoje: com a perda das colónias decresceu o fundamento para manter a aposta no mar.

2.1.3. – A opção Europeia

*Hoje – não duvidemos disso – o nosso lugar é na Europa [...] temos de saber activamente contribuir para o sucesso da União, ajudando a desenvolver as suas virtualidades*⁷¹.

Com a opção europeia, o elemento marítimo/oceânico foi alvo de um esquecimento por parte dos sucessivos governos pós-1974. O fulgor da pertença à Europa e o consequente plano de investimentos com os fundos europeus em infraestruturas continentais fizeram com que poucos desses fundos fossem investidos no desenvolvimento estratégico do país pelo mar, como havia acontecido no passado. *O mar deixou de ser uma prioridade nacional*, a área de interesse estratégico português mudou do Atlântico para a Europa⁷², e as árduas condições de trabalho nos setores marítimos começaram a ser asso-

⁶⁹ (Cajarabille apud Rocha, 2009, p. 69).

⁷⁰ (Teixeira, 2010, p. 284)

⁷¹ (Soares, 2001, p. 24).

⁷² (Neves, 2013, p. 23).

ciadas às velhas condições de vida do Estado Novo, numa democracia bebé, ainda bastante vulnerável e mergulhada numa profunda instabilidade político-social: “o mar desapareceu [também] da geopolítica e do pensamento estratégico português”⁷³. Tudo isto provocou uma letargia nos assuntos do mar, um afastamento da população ativa deste elemento, uma acentuada falta de políticas públicas e um profundo desinvestimento nos setores marítimos⁷⁴. Aludindo à metáfora de Gil Vicente, “o velho do Restelo é o que não quer embarcar, o velho do Restelo é o continentalista, o velho do Restelo é o que acha que o mar é uma incógnita que não se deve enfrentar”⁷⁵.

Portugal abandona a costa na década de 1970, e assim terá sido até sensivelmente 1997, data a partir da qual o ‘renascimento marítimo’ se iniciou muito progressivamente até 2004. Ainda assim, o afastamento nacional em relação ao oceano acabou por implicar sérias consequências, principalmente a nível económico, pela diminuição do transporte marítimo de mercadorias em relação ao transporte rodoviário⁷⁶, pela drástica redução da frota pesqueira nacional⁷⁷, entre outras consequências que originaram uma representação menor do que 2.5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional a partir do mar no início do segundo milénio, pese embora a situação tenha começado gradualmente a mudar – com o *despertar nacional* para os assuntos do mar – tendo-se conseguido chegar à geração de 3.7% de VAB nacional nos dias de hoje (2020)⁷⁸. A opção europeia foi, assim, um hiato que feriu, mas não matou a importância do mar para Portugal.

⁷³ (Cunha, 2011, p. 30)

⁷⁴ (Idem).

⁷⁵ (Adriano Moreira apud Bessa, 2008: p. 46).

⁷⁶ (Afonso, 2010: 53).

⁷⁷ (Neves, 2013, p. 23).

⁷⁸ (Silveira, 2020).

2.2. – O valor estratégico do mar para Portugal, *hoje*.

*Na dotação de recursos naturais dos espaços económicos nacionais, o mar é, sem dúvida, o mais importante, o menos explorado, e aquele que, presumivelmente, irá ter um desenvolvimento mais relevante em termos de criação de valor na economia mundial*⁷⁹.

Depois do renascimento do mar como desígnio nacional e do enorme esforço feito por várias entidades, estrategistas, investigadores, estruturas de missão e ONG's, o mar voltou ao discurso de elemento estratégico para o país. Melhor do que isso: tem sido acompanhado de grandes iniciativas, de mobilização social, e de um investimento que, apesar de não ser avultado⁸⁰, é já preponderante para permitir o aumento da geração de VAB. Na verdade, temos assistido a uma espécie de repetição da história no que toca ao aproximar nacional a este recurso. Isto pelas óbvias perspetivas de desenvolvimento económico, tecnológico e científico, mas também pelas perspetivas de alargamento do território de forma legítima, através do processo de extensão da plataforma continental portuguesa, que será abordado de seguida.

2.2.1 – A extensão da plataforma continental portuguesa

*Para nós, este processo é tão importante como foram os descobrimentos, são os descobrimentos do século XXI*⁸¹.

Muito do vigor com que o país encara o mar atualmente, não mais unicamente através de uma perspetiva poética e saudosista do 'Quinto Império', mas através de uma visão orientada para um futuro auspicioso, potenciada pela ciência e pela tecnologia, deve-se ao processo de extensão da plataforma continental portuguesa para além das 200 milhas náuticas. Trata-se de uma oportunidade única para Portugal dobrar o seu território,

⁷⁹ (Fonseca & Duarte apud. Matias, 2010: p. 216).

⁸⁰ O Ministério do Mar teve um investimento, em 2021, de 127,7 M€, de acordo com o Orçamento de Estado de 2021 (Ministério das Finanças, 2021).

⁸¹ (Mira, 2009).

em termos de soberania legítima⁸². Tudo começou em 1997, ano da ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) por Portugal, cujo artigo 76.º prevê a possibilidade de os Estados ratificadores estenderem a respetiva Soberania sobre novos territórios, desde que sejam capazes de provar a esta entidade que existe um *prolongamento natural dos seus territórios*, por mar, até ao limite solicitado⁸³:

*1 – The continental shelf of a coastal State comprises the seabed and subsoil of the submarine areas that extend beyond its territorial sea, throughout the natural prolongation of its land territory, to the outer edge of the continental margin, or to a distance of 200 nautical miles from the baselines, from which the breadth of the territorial sea is measured where the outer edge of the continental margin does not extend up to that distance.*⁸⁴

No texto das Nações Unidas fica claro que o território a estender diz respeito aos fundos oceânicos e não à coluna de água, como acontece com a Zona Económica Exclusiva (ZEE). Para isso, Portugal precisava de elaborar uma proposta de extensão de elevada complexidade técnica, suportada por prospeções dos fundos oceânicos, com levantamentos batimétricos e suporte de direito internacional do mar para legitimar a proposta. A entrega da proposta portuguesa teve lugar em 2009, em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, e o processo foi levado a cabo pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), entidade criada em 2005, em Conselho de Ministros, precisamente para o efeito. Apesar da proposta ainda se encontrar em avaliação pela CNUDM – uma vez que existem numerosas propostas de extensão de plataformas continentais de vários países costeiros em avaliação –, é expectável que a resolução venha mesmo a acontecer, com proveito para a proposta portuguesa, o que, a acontecer, dotará Portugal de uma área marítima tão grande que cerca de 97% do país será composto pelo oceano, e apenas 3% equivalerá à representação terrestre, sendo que com a aprovação da proposta, Portugal irá angariar mais 2 150 000 km², o que irá totalizar cerca de 3 877 408 km²⁸⁵.

⁸² Cedida pelas Nações Unidas.

⁸³ (Pinheiro, 2012: p. 107).

⁸⁴ (ONU, 1982).

⁸⁵ (Barriga, 2012, p. 131).

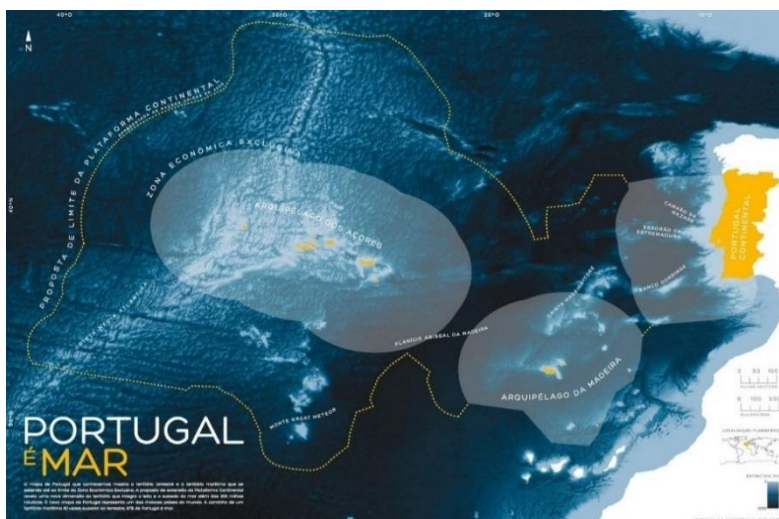


Figura 1 – Mapa: "Portugal é Mar".⁸⁶

Este processo de aumento territorial é considerado como vital para o país pelo alargamento da soberania e pela expectável obtenção de novos recursos. Mas, afinal de contas, de que recursos falamos?

2.2.2. – Os recursos dos fundos marinhos

2.2.2.1. – Recursos energéticos

Estima-se que, atualmente, estejam a ser explorados no mundo cerca de 65% de hidrocarbonetos, estando cerca de 30% localizados em plataformas continentais⁸⁷. A exploração destes hidrocarbonetos (petróleo, gás natural, carvão, hidratos de metano...) terá duplicado entre 1995 e 2012, o que atesta a atribulada corrida aos recursos energéticos ainda hoje existentes no globo. Calcula-se que em Portugal existam algumas reservas de petróleo e de gás natural, embora não se conheçam, ainda, jazigos dotados de uma quantidade de recursos em número suficiente para se iniciar a respetiva exploração⁸⁸. Não obstante, a extensão da plataforma continental portuguesa poderá trazer novas áreas geográficas com recursos nela presentes, daí revelar-se estratégica.

⁸⁶ (Teresa Firmino, 2014).

⁸⁷ (Silva J. , 2012, p. 49)

⁸⁸ (Barriga & Santos apus Matias, 2010: 86).

Tiago Pitta e Cunha crê que há bastantes possibilidades de Portugal encontrar petróleo e “gás natural na bacia do Algarve”⁸⁹. No entanto, nem só de gás e petróleo se constituem os hidrocarbonetos, e não podemos deixar de referir a importância dos *hidratos de metano*, pelo facto comprovado de existirem em quantidades abundantes nos oceanos: “um recurso energético de 1.^a grandeza, com reservas superiores à da totalidade de petróleo, gás natural convencional e carvão”⁹⁰. Estes recursos, descobertos há cerca de 30 anos, contrariam a tese de que os recursos fósseis acabarão no próximo século e a existência destas substâncias é conhecida a sul do Algarve, ao largo do golfo de Cádiz, zona em que Portugal possui Soberania sobre 6 dos 29 vulcões de lama lá situados, entre os 400 e os 3200 metros de profundidade⁹¹. Não obstante, a exploração segura deste *gelo que arde*, revela-se, ainda, de elevada complexidade técnica por serem, por um lado, substâncias muito instáveis e, por outro, possuírem uma densidade entre 60 e 70 vezes mais elevada do que o dióxido de carbono⁹². Apesar dos riscos, está já a ser desenvolvida tecnologia para a consecução da exploração destes recursos⁹³, e há já países que terão iniciado a sua exploração económica, como a China⁹⁴, bem como outros países que estão a pensar iniciá-la, como o Japão⁹⁵. Certo é que a existência numerosa destas substâncias na plataforma continental portuguesa é já conhecida, podendo ainda aumentar após a extensão da plataforma para além das 200 milhas náuticas, sendo que, após ser comprovada a capacidade de exploração deste recurso com segurança, Portugal poderá revolucionar a sua situação económica.

2.2.2.2. – Recursos biogénicos

O mar tem oferecido grandes potencialidades também ao nível da exploração das enzimas de microrganismos que habitam os fundos marinhos com grande valor científico

⁸⁹ (Cunha apud. Tavares, 2015).

⁹⁰ (Barriga & Santos, 2010: 91).

⁹¹ (Silva J. , 2012, p. 66)

⁹² (Idem: 51).

⁹³ (Barriga, 2012: 123).

⁹⁴ (Notícias, 2021).

⁹⁵ (Euronews, 2013).

e económico, pela sua aplicação em áreas como: “alimentação, cosmética, farmácia, biologia molecular, detergentes”, entre outros⁹⁶. De todos os microrganismos, os mais peculiares são talvez os que habitam os ambientes inóspitos das chaminés hidrotermais, sujeitos a elevadas pressões, a temperaturas de 400°C, alimentando-se de enxofre, com muito pouco oxigénio e sendo, por todos estes fatores, designados como Extremófilos⁹⁷. Portugal possui na sua área de jurisdição marítima dezenas de campos hidrotermais com a presença destes organismos, estando a prospeção, estudo e aplicação ao cargo de entidades como Universidades, Estruturas de missão e centros de pesquisa.

2.2.2.3. – Recursos minerais

Os recursos minerais são outra possível fonte de rendimentos e de evolução científica e tecnológica, cuja origem se situa também nos fundos oceânicos, nomeadamente nos campos hidrotermais. Estes minerais são o resultado do contacto entre os fluídos quentes vulcânicos e a água fria do oceano. É comprovada a abundância destes campos hidrotermais e depósitos minerais no centro do Atlântico⁹⁸, a Sudeste dos Açores, entre Portugal continental e o arquipélago da Madeira. Os minerais que se destacam são o manganês, o cobalto, o níquel, o cobre, mas também outros metais como o ouro, a prata, o zinco e o estanho e a aprovação da extensão da PC portuguesa, pela ONU, poderá permitir alcançar novos compostos minerais e jazidas com elevada valia económica⁹⁹.

2.2.3. – O fomento da ciência e da tecnologia

Também a ciência e a tecnologia estão a ser alvo de uma revolução, com o desiderato de se continuar a demanda da prospeção dos fundos marinhos para sustentação e melhoria da proposta de extensão da plataforma continental¹⁰⁰, bem como a pesquisa de novos recursos e biodiversidade marinha. Pelo ambiente altamente corrosivo da água do

⁹⁶ (Barriga & Santos, 2010: 90).

⁹⁷ Microrganismos sujeitos a condições *extremas*.

⁹⁸ (Silva, 2012: 48).

⁹⁹ (Idem).

¹⁰⁰ É permitido ir melhorando a proposta com novas descobertas geofísicas e, consequentemente, novas ‘emendas’ ao processo de legitimação.

mar, difíceis comunicações subaquáticas e elevadíssimas pressões, tornou-se necessário desenvolver o setor da robótica e dos sistemas de comunicação para que o Estado pudesse atingir os objetivos a que se propôs, tal como o fez no século XV. Perante a inexistência de capacidade tecnológica para tal fim, foi necessário criar condições para o efeito. Para além da robótica, Portugal desenvolveu tecnologia no que concerne à computação, aos sistemas de informação geográfica (SIG) e comunicações¹⁰¹. Todo este esforço conjunto obrigou à criação de *hubs* tecnológicos no país em conjunto com a contribuição de entidades como a FEUP, o INESC, o Instituto Hidrográfico, o UPTEC, entre muitos outros. Atualmente, Portugal já é capaz de produzir a sua própria capacidade em alguns dos setores, e possui uma frota tecnológica de veículos de superfície, submarinos, submersíveis, *drones* e *gliders*, sendo disso exemplos o ‘Medusa’ – capaz de mapear os mares e cooperar com outros equipamentos em missões de prospeção oceânica – e a ‘joia da Coroa’ portuguesa – o Luso – um *robot/drone* marítimo, capaz de mergulhar até 6 kms de profundidade, algo que, à data de 2009, apenas 5 veículos destes em toda a Europa o conseguiam fazer¹⁰², tendo sido graças a esta tecnologia que Portugal foi capaz de fundamentar e preparar a proposta de alargamento de Soberania.

Este setor emergente da alta tecnologia possui um valor de mercado extremamente elevado, pelo que o desenvolvimento deste tipo de tecnologias para comercialização será, sem dúvidas, um ponto a favor na geração de VAB nacional a partir do mar, mas também será útil para servir outros setores marítimos em Portugal sem que haja a necessidade de importar tecnologia, poupando custos e fomentando a interação entre vários setores – como, por exemplo, o apetrechamento da Marinha mediante a capacidade de produção científica e tecnológica existente no país, como já tem sido feito¹⁰³.

2.2.4. – A restituição do triângulo estratégico

*Portugal vai muito para além do território geográfico, porque é também a língua e o mar que o definem.*¹⁰⁴

¹⁰¹ (Pascoal apud. 2012: 115).

¹⁰² (Público, 2009).

¹⁰³ (INESCTEC, 2019).

¹⁰⁴ (Fonseca & Duarte apud. Matias, 2010: 207).

Com a Revolução dos Cravos e a tensa descolonização na década de 1970, Portugal e as ex-colónias acabaram por se ressentir nas suas relações comerciais e diplomáticas, que terão sido subaproveitadas e até negligenciadas durante cerca de duas décadas, tempo que, curiosamente, terá coincido com o afastamento de Portugal em relação ao mar. Não obstante, com a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, acabou por se consubstanciar a restituição das relações perdidas com o mundo lusófono e o ressurgimento do vetor atlântico em termos de orientação estratégica nacional: “se à opção Europeia e ao vetor atlântico acrescentarmos o estabelecimento de relações de amizade e cooperação com os novos países africanos da língua oficial portuguesa [PALOP] e com o Brasil, encontraremos aquelas que são as linhas de orientação estratégica da política externa da democracia”¹⁰⁵.

Com efeito, 25 anos depois da criação desta Comunidade, é notório o peso comercial dos países lusófonos na economia portuguesa, principalmente do *Brasil* e de *Angola*, sendo que este último, no início da década de 2010, tinha reforçado “o seu peso nas exportações portuguesas, sendo já o maior comprador fora de Portugal”¹⁰⁶. E como pode o mar articular-se e servir esta triangulação euro-atlântica? A expectativa de crescimento económico – tendo em conta a relação com os países lusófonos – “reforça-se na visão de que o comércio marítimo irá triplicar na próxima década”¹⁰⁷ e, neste sentido, sendo Portugal um país marítimo localizado no centro de várias rotas marítimas a nível global e “sendo a CPLP multisectorial, pluridisciplinar e global, lembramo-nos de outro elemento que nos liga: o Mar”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ (Teixeira apud. Freire, 2011: 284).

¹⁰⁶ (Fonseca & Duarte apud. Matias 2010: 209).

¹⁰⁷ (Idem: 215).

¹⁰⁸ (Murargy, 2012).

Capítulo 3 – Enquadramento normativo, o mar na educação

O presente capítulo apresenta a análise da relevância do mar nos documentos normativos, emitidos desde 2004, para conhecermos a situação na educação em Portugal, e aferirmos o nível de consciência marítima e literacia oceânica incutidas nos documentos normativos, de forma a conferirmos se o ‘mar como Desígnio Nacional’ é uma apenas uma conceção retórica, ou, se pelo contrário, se materializa já nas políticas públicas do país, neste caso, no que se refere à educação.

Reiterando o que já foi afirmado na introdução do presente trabalho¹⁰⁹, os documentos mais adequados para a citada análise são as **Aprendizagens Essenciais**, a que os docentes recorrem para a preparação das respetivas aulas. Excluímos os programas, uma vez que foram formulados antes de 2004.

Com efeito, e para ajudar na análise das Aprendizagens Essenciais, foram construídas tabelas relativas às referências multidisciplinares que incidem sobre o mar nestes documentos¹¹⁰. Tendo em conta a exploração da consciência marítima nas aprendizagens essenciais, procedemos à **criação das variáveis** de análise:

- Referência ao mar/oceano;
- Ecologia do mar;
- Economia do mar;
- Estratégia, Soberania, Segurança;
- Cultura histórica;
- Relêvo, geofísica, ciência e inovação.

Assim sendo, **pretendemos saber**:

- Quais são as áreas mais e menos abordadas nos diferentes ciclos escolares?
- Serão suficiente para dinamizar a consciência marítima nos alunos?
- O mar como Desígnio Nacional constitui-se como conceção retórica ou já se materializa nas políticas públicas de educação?

¹⁰⁹ Escolhemos a introdução deste trabalho para explicar a estrutura e as opções metodológicas relativamente a este capítulo em análise.

¹¹⁰ As tabelas podem ser consultadas nos anexos do presente trabalho.

Tentaremos responder a estas questões no final do presente capítulo, depois de analisadas todas as Aprendizagens Essenciais a que nos propusemos.

3.1. – Primeiro ciclo

Relativamente ao primeiro ciclo, recordamos que foram analisadas *todas as disciplinas e anos escolares*, uma vez que os projetos de literacia oceânica e de consciência marítima trabalham muito com estudantes nestas idades. Como as iniciativas da autoria de Organizações Não Governamentais (ONG)’s e outras entidades pedagógicas¹¹¹ são numerosas para alunos do primeiro ciclo (com o intuito de transmitir ideias-chave e noções-base), esperávamos saber em que moldes estavam presentes, em que disciplinas o mar poderia ser trabalhado e de que forma.

Aferimos que a disciplina de *Português* do primeiro ciclo, do 1.º aos 4.º anos, não faz menção ao elemento marítimo, nem o trabalha em textos de literatura infantil relacionada com o mar, pelo menos descritos nas Aprendizagens Essenciais. O mesmo se verifica em relação às disciplinas de *Inglês*, *Matemática*, *Moral* e *Educação física* relativas a todos os anos do 1.º ciclo.

Não obstante, e conforme as expectativas, a situação muda relativamente à disciplina de *Estudo do meio*, em que o mar é abordado através de diferentes perspetivas, desde o 3.º ano. Neste momento, a alusão ao mar é indireta, em que é estudada a interferência do oceano “na vida humana” (nomeadamente através da sua ação no clima e na temperatura, na alimentação...). No entanto, no ano seguinte, o 4.º, dá-se, por um lado, uma abordagem ecológica relacionada com a poluição marinha nas zonas costeiras decorrente da interferência humana, e, por outro, um enfoque na expansão marítima portuguesa, embora sem focar o poder naval, a estratégia, o comércio externo e a economia ou a Soberania.

Quanto à disciplina de *Cidadania e desenvolvimento*, não há qualquer preocupação, meta ou abordagem, direta ou indireta, ao elemento marítimo, sob nenhuma perspetiva de análise.

Com efeito, relativamente ao primeiro ciclo, constata-se que todas as abordagens que concernem ao estudo do mar, em diferentes valências, cabem à disciplina de *Estudo do meio*, perfazendo um total de três referências, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

¹¹¹ Como a Ciência viva, Escola azul, Oceanário de Lisboa, Mare, entre outras.

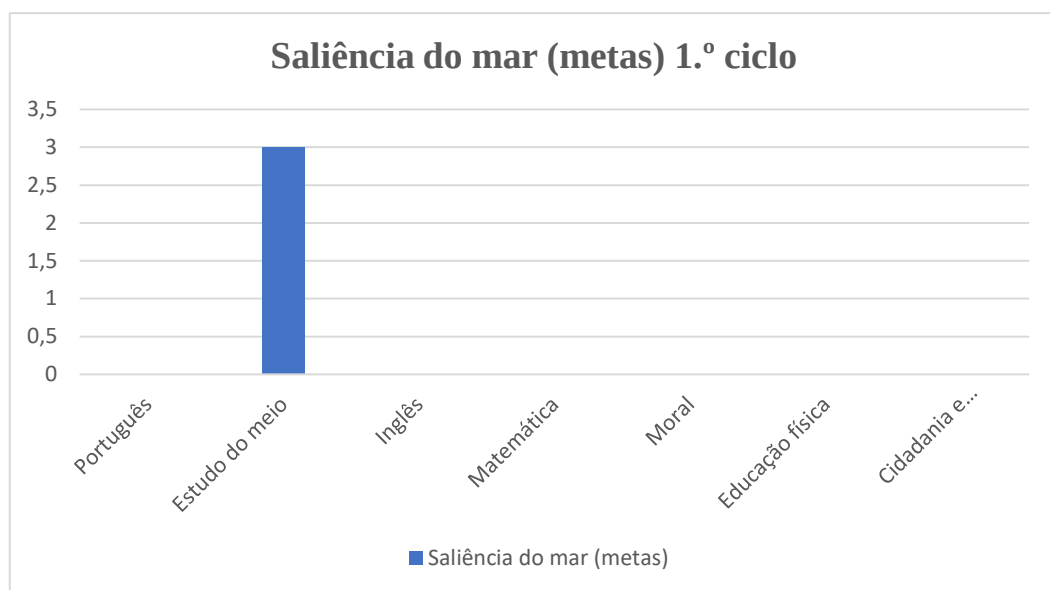


Gráfico 1 – Saliência do mar (metas): 1.º ciclo

Os temas mais abordados nestas idades são os relacionados com a ecologia do mar e ambiente, com um total de duas referências, e uma outra relativa à cultura histórica, como se pode ver abaixo.

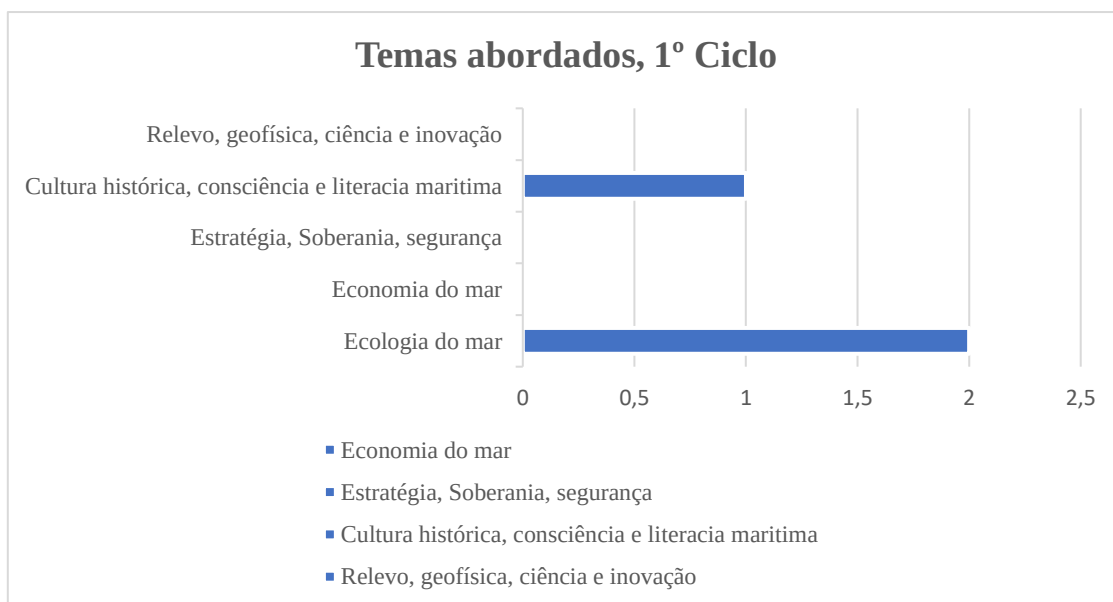


Gráfico 2 – Temas abordados: 1.º ciclo

3.2. – Segundo ciclo

No que concerne ao segundo ciclo, a análise recaiu sobre todas as Aprendizagens Essenciais (AE) das disciplinas de *História e Geografia*, e *Ciências Naturais*, devido à *transversalidade que as une* e à especificidade dos conteúdos lecionados.

Neste sentido, no que toca às *Ciências Naturais*, tanto do 5.º como dos 6.º anos, verificou-se não existir qualquer elemento de literacia ou saliência do mar, nenhuma atividade ou conceito geofísico com ele relacionados, não existindo, portanto, qualquer tipo de perspectiva de estudo associada ao elemento marítimo.

Quanto às AE de *História e Geografia* no 5.º ano, pelo contrário, afere-se que fomentam a *componente ambiental*, com a identificação do conceito de erosão marítima, bem como a *componente histórica*, com a visita aos Descobrimentos, através de estratégias de localização de “territórios do império português quinhentista”, a alusão às “grandes viagens para o conhecimento de novas terras, povos e culturas”, e a identificação de conceitos estruturais inerentes, tais como: expansão marítima, rotas, colonização, escravos, etnias e migrações. Já no que toca ao ano seguinte da mesma disciplina, constata-se a ausência ao elemento marítimo.

Assim, afere-se que a disciplina agregada de História e Geografia, no segundo ciclo, é a única a trabalhar as questões do mar, de acordo com as AE da disciplina, com 4 metas, como se poder ver no gráfico abaixo.

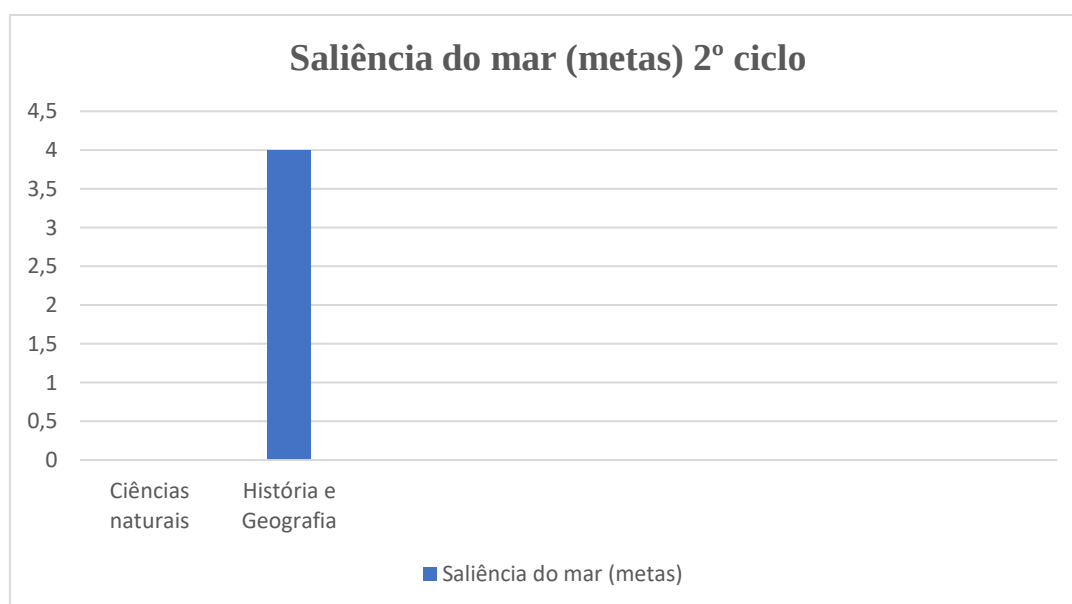


Gráfico 3 – Saliência do mar (metas): 2.º ciclo

Quanto aos temas mais abordados, pese embora só uma disciplina tenha evidenciado metas que trabalham o mar, há, no entanto, diversidade temática, uma vez que há uma meta de relevo e geofísica, duas de cultura histórica e uma relativa à ecologia marítima, como se pode ver no gráfico abaixo:

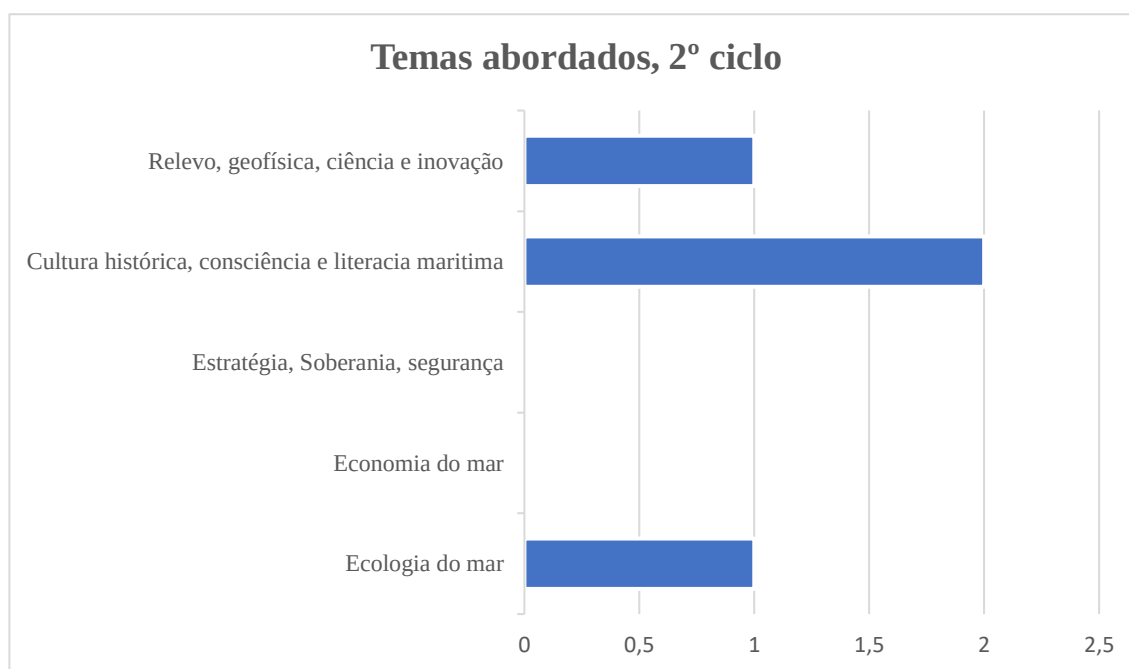


Gráfico 4 – Temas abordados: 2.º ciclo

3.3. – Terceiro ciclo

No terceiro ciclo, escolhemos as Aprendizagens Essenciais respeitantes a todos os anos das disciplinas de *Ciências Naturais*, *História* e *Geografia*, desta vez como disciplinas autónomas.

Constata-se que a disciplina de *Ciências Naturais* não dedica qualquer foco ou saliência do mar, ao contrário do que acontece com as Aprendizagens Essenciais relativas às disciplinas de *História* e de *Geografia*.

Já as AE da disciplina de *História*, abordam o mar segundo diferentes perspetivas da consciência marítima, relacionando, no 7.º ano, o crescimento de Lisboa “com o dinamismo comercial marítimo e urbano da Europa nos séculos XIII e XIV”¹¹², o que evoca já a importância económica e comercial do elemento marítimo, bem como a sua influência na expansão urbana do mundo europeu, ainda na Idade Média.

No 8.º ano, relativamente à mesma disciplina, a incidência vai mais longe, uma vez que aborda quatro tópicos passíveis de se incluírem no tema da Economia do mar, duas de Estratégia, Soberania e segurança, e uma de Cultura histórica, consciência e literacia marítima. Com efeito, as AE que identificámos pertencerem à Economia do mar são as seguintes:

- “Identificar as rotas intercontinentais, destacando os principais centros distribuidores de produtos ultramarinos;
- Distinguir formas de ocupação e de exploração económicas implementadas por Portugal em África, Índia e Brasil, considerando as especificidades de cada uma dessas regiões;
- Identificar conceitos: Capitalismo comercial; Companhia de comércio; Comércio triangular; Restauração; Monopólio comercial; Feitoria”¹¹³.

Já no que se refere às AE relacionadas com perspetivas de Estratégia, Soberania e segurança, destacamos:

- “Compreender que as novas rotas de comércio intercontinental constituíram a base do poder global naval português, promovendo a circulação de pessoas e produtos e influenciando os hábitos culturais;

¹¹² (Direção Geral de Educação, 2018).

¹¹³ (Aprendizagens essenciais: História, 8º ano, 2018).

- Identificar conceitos: Mare Clausum; Mare Liberum”¹¹⁴.

Também se destaca a identificação de alguns conceitos relativos à cultura histórica, tais como Navegação astronómica; Colonização; Capitão-donatário; Império colonial.

Relativamente ao 9.º ano, não foi encontrada qualquer referência, direta ou indiretamente, à perspetiva em análise do mar.

Quanto às Aprendizagens Essenciais de *Geografia*, constata-se que, no 7.º ano, o mar é estudado de um ponto de vista ambiental e das alterações climáticas, tal como elucidam os tópicos: “Demonstrar a ação erosiva dos cursos de água e do mar, utilizando esquemas e imagens; identificar conceito: Abrasão marinha”, mas também de um ponto de vista geofísico, como “Identificar o conceito de plataforma continental”¹¹⁵.

No 8.º ano, encontramos a abordagem de conceitos e de atividades socioeconómicas importantes da Economia do mar, tais como identificar: Zona Económica Exclusiva (ZEE); sobrepesca; quota de pesca; pesca (local, costeira, alto, longínqua); aquacultura; processos de criação de recursos piscícolas: intensivo e extensivo; *upwelling*; indústria transformadora; turismo balnear e sustentável”¹¹⁶, mas também ao nível da ecologia, como o “turismo balnear e sustentável”¹¹⁷, bem como ao nível do relevo e geofísica, como é caso da identificação de “corrente marítima”¹¹⁸.

¹¹⁴ (Idem).

¹¹⁵ (Aprendizagens essenciais: Geografia, 7º ano, 2018).

¹¹⁶ (Aprendizagens essenciais: História, 8º ano, 2018).

¹¹⁷ (Idem)

¹¹⁸ (Ibidem).

Por fim, relativamente ao 9.º ano, o mar é abordado muito indiretamente, uma vez que o enfoque recai sobre os “fatores climáticos – proximidade e afastamento do mar”, bem como a identificação de “correntes marítimas e climas temperados (Marítimo, Continental e Mediterrâneo)”¹¹⁹.

Constata-se que, no terceiro ciclo, História e a Geografia são as duas disciplinas que, de acordo com as respetivas Aprendizagens Essenciais, mais trabalham o mar, com oito referências, respetivamente, ao contrário das Ciências Naturais que não lhe dedicam qualquer atenção.

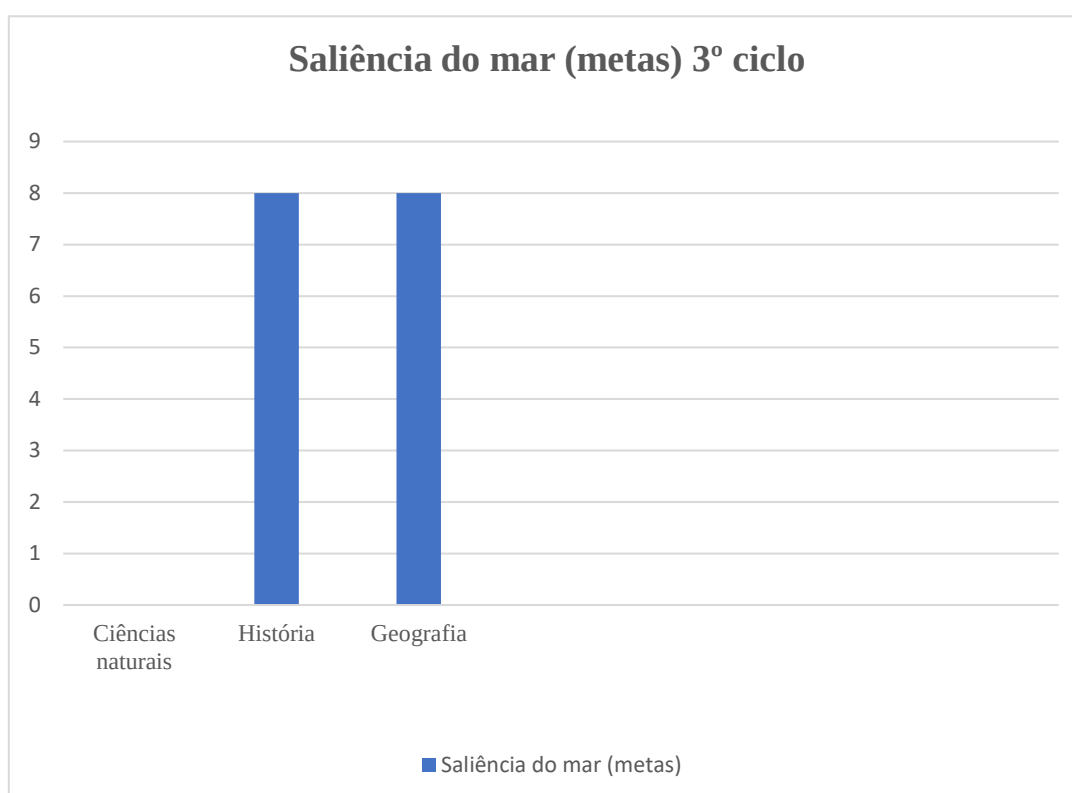


Gráfico 5 – Saliência do mar (metas): 3.º ciclo

Relativamente aos *temas* mais abordados no 3.º ciclo, afere-se uma prevalência da dos assuntos relativos à Economia do mar, com cinco referências, a maior parte inerentes à disciplina de Geografia, sendo seguido da Ecologia do mar, com quatro AE, e relevo e geofísica com três. As abordagens de cultura histórica e de Estratégia e Soberania são as que menos são focadas, com duas AE respetivamente.

¹¹⁹ (Aprendizagens essenciais: Geografia, 9º ano, 2018).

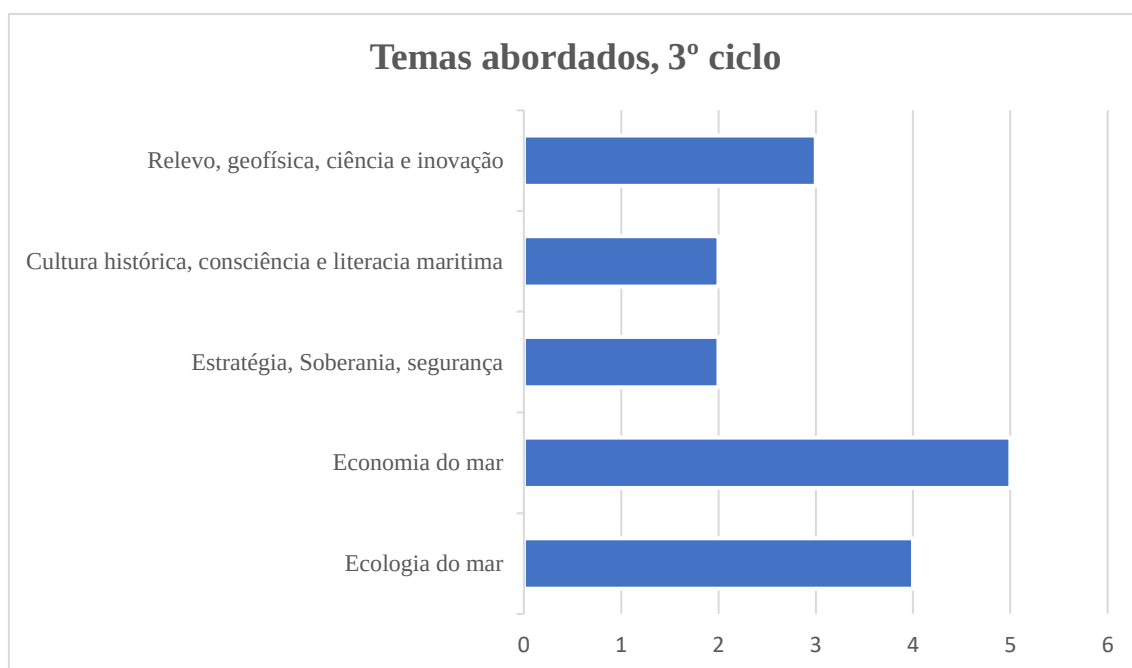


Gráfico 6 – Temas abordados: 3.º ciclo

3.4. – Ensino secundário

Relativamente ao Ensino Secundário, alargámos a seleção das aprendizagens essenciais a uma panóplia disciplinar mais vasta, tendo em conta a sua correlação com os conteúdos concernentes aos assuntos do mar. Com efeito, foram escolhidas as disciplinas: Geografia A, B e C; História A e B; História, Culturas e Democracia; Ciência Política; Cidadania e Desenvolvimento, Biologia e Geologia.

Aferimos que, no 10.º ano, a disciplina de *Geografia A* é, indubitavelmente, a que mais fomenta o desenvolvimento de consciência marítima nos alunos, dada a sua perspectiva multidisciplinar e polivalente, com objetivos que preenchem quatro das variáveis que estabelecemos para a análise destes documentos normativos¹²⁰. Destacamos a importância dedicada pelo citado documento à Economia do mar, com vetores fundamentais como:

- “Identificar as oportunidades para Portugal da Economia do mar;
- Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal (minerais, energéticos, hídricos e marítimos), evidenciando reflexão crítica;
- Discutir a situação atual da atividade piscatória;
- Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva, identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo;
- Relacionar a posição geográfica dos principais portos nacionais com a direção dos ventos, das correntes marítimas;
- Energia dos oceanos”¹²¹.

O mesmo documento vai mais longe e propõe aprofundar a posição geoestratégica de Portugal e o “potencial de uma localização periférica na Europa, mas central no contexto das grandes rotas intercontinentais”¹²². Para além de tudo isto, o documento foca ainda questões de relevo e geofísica, identificando “as características da costa e do relevo do fundo marinho”, traduzindo conceitos geofísicos marítimos importantes, como “águas territoriais, zona contígua, Zona Económica Exclusiva (ZEE), talude continental”, bem como Nortadas, recursos piscícolas, tipos de pesca, quotas de pesca, *upwelling*, aquicultura, ordenamento da orla costeira”¹²³.

¹²⁰ Ecologia do mar; Economia do mar; Estratégia e Soberania; Relevo e geofísica.

¹²¹ (Aprendizagens essenciais: Geografia A, 10º ano, 2018).

¹²² Idem.

¹²³ Ibidem.

No entanto, se analisarmos as AE da mesma disciplina nos 11.º e 12.º anos, constatamos que não existem mais menções a questões relacionadas com os assuntos do mar.

Em relação à disciplina de *História A*, no 10.º ano, o mar é abordado através de uma perspetiva histórica diferente das anteriores, de cunho mais humanista, uma vez que, aqui, interessam mais as inovações técnicas portuguesas e a consequente contribuição para o avanço do conhecimento do ser humano sobre o mundo. Ainda assim, o documento exalta a demonstração de “que o império português foi o primeiro poder global naval” e descreve as “rotas de comércio intercontinental”, como meio de promoção da “circulação de pessoas e produtos, influenciando os hábitos culturais à escala global”¹²⁴. Identifica também conceitos estruturantes como a “navegação astronómica; cartografia; experiencialismo; globalização”¹²⁵. Não obstante, fica a ideia de que as AE de *História A* poderiam promover um pouco mais a consciência marítima e que poderia ir muito além na sua correlação com o mar.

No ano seguinte, o 11.º, a disciplina de *História A* incita a uma abordagem de estratégia e Soberania, fomentando a interpretação das “políticas económicas portuguesas no contexto do espaço euro-Atlântico”¹²⁶, sendo esta a única AE passível de ser cruzada com o elemento marítimo.

A disciplina de *História A*, no ano seguinte, o 12.º, não faz qualquer alusão ao mar/oceano, nem o trabalha de nenhuma forma. O mesmo podemos afirmar para as disciplinas de *História B*, 10.º e 11.º, bem como para *História, Culturas e Democracia*.

Analisámos também a disciplina de *Biologia e Geologia*, de 10.º e 11.º anos em busca de saliência do mar, a título de curiosidade, na expectativa de encontrar uma perspetiva diferente, relacionada, por exemplo, com o estudo de rochas, minerais e outras substâncias geológicas nos fundos oceânicos nacionais ou internacionais, algo que seria bastante interessante dado o facto da fundamentação da proposta de extensão da plataforma continental ainda se encontrar em vigor. No entanto, as expectativas não coincidiram com a realidade.

Analisámos, inclusivamente, as disciplinas de *Economia A*, 10.º e 11.º, bem como *Economia C*, 12.º, esperando, francamente, encontrar perspetivas económicas diretamente ligadas às atividades da economia do mar, tais como a aquacultura, o comércio

¹²⁴ (Aprendizagens essenciais: *História A*, 10º ano, 2018).

¹²⁵ (Idem).

¹²⁶ (Aprendizagens essenciais: *História A*, 11º ano, 2018).

marítimo, a importância dos portos ou até práticas administrativas organizadas em formato *Cluster* e *Hypercluster*, de forma a poupar tempo e dinheiro na realização de negócios e a facilitar sinergias entre setores marítimos, como é intenção de Portugal realizar à semelhança de outros países europeus, como a nossa vizinha Espanha. Não obstante, não foram encontradas referências a qualquer atividade ligada ao mar, nem sequer à dimensão da Economia do mar no PIB português, algo verdadeiramente *desapontante*.

Igualmente surpreendente foi ter constatado que a disciplina de *Ciência Política* não trabalha, de forma alguma, as questões do mar, nem as políticas públicas marítimas, nem as metas marítimas presentes nos programas constitucionais, nem opções de orientação estratégica da política externa portuguesa, através das Aprendizagens Essenciais, o que considerámos como lamentável lacuna.

Com efeito, afere-se que, de toda a panóplia disciplinar escolhida para análise das AE, *só duas trabalham o mar*, a Geografia e a História, sendo que a disciplina de Geografia A é inexoravelmente a que mais aborda o elemento marítimo, com um total de 11 AE, sendo seguida da História A, com cinco, como se pode ver abaixo.

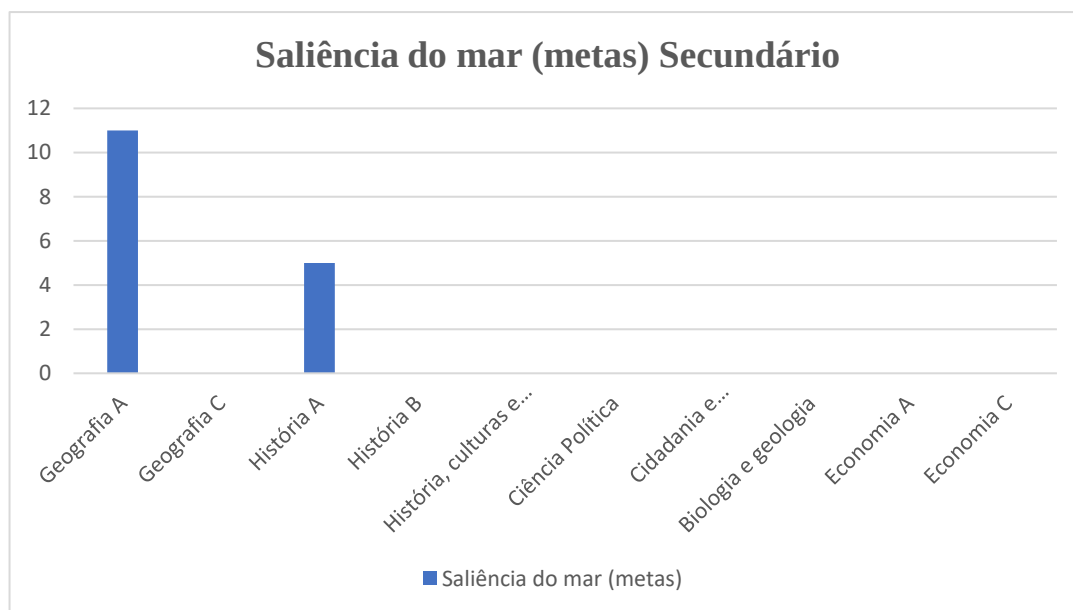


Gráfico 7 – Saliência do mar (metas): Secundário

Quanto aos temas mais abordados no Secundário, salienta-se a Economia do mar, sendo seguida pela área da Estratégia, Segurança e Soberania. Questões de relevo e geofísica também são abordadas neste ciclo escolar e, por fim, a ecologia do mar, com menor incidência, se comparada às outras perspetivas de análise dos assuntos do mar.

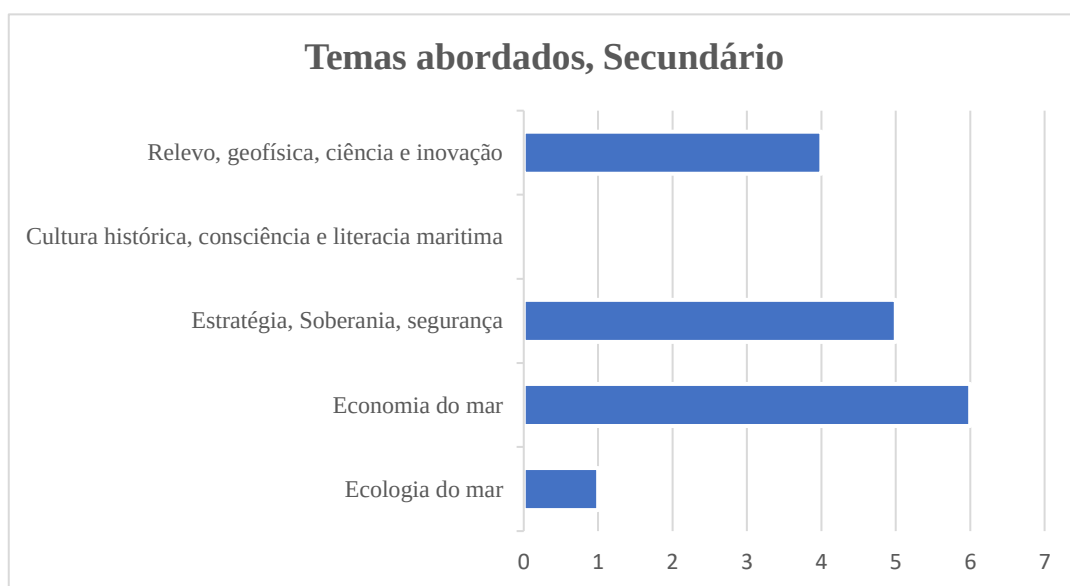


Gráfico 8 – Temas abordados: Secundário

Para concluir, eis que se aproxima o momento mais adequado para respondermos às questões propostas no início do presente capítulo. Mas, antes disso, relembremos as emanções da atual Estratégia Nacional para o Mar – que foram incluídas na introdução deste trabalho –, porque nos ajudam a obter as respostas que necessitamos:

Para se desenvolver uma cultura marítima e uma economia azul, circular e sustentável, a educação e formação são fundamentais. Esta abordagem deve ser inclusiva e transversal a todas as áreas e a sua implementação deve ter em atenção as realidades sociais e do território. A abordagem deve iniciar-se no primeiro ciclo do Ensino Básico, a partir dos conhecimentos já previstos nas Aprendizagens Essenciais sobre esta temática e desenvolver-se ao longo da escolaridade obrigatória¹²⁷.

Posto isto, eis que nos sentimos nas condições de responder às seguintes questões:

1. Quais são os assuntos do mar mais e menos abordados nos diferentes ciclos escolares?
2. O Mar como Desígnio Nacional constitui-se como conceção retórica ou já se materializa nas políticas públicas de educação?
3. Será esta abordagem¹²⁸, segundo as *Aprendizagens Essenciais*, realmente *inclusiva e transversal a todas as áreas*?

¹²⁷ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 43).

¹²⁸ (instada na ENM acima).

4. Será suficiente para dinamizar a consciência marítima nos alunos?

Em resposta à **primeira pergunta**, concluímos que as abordagens relacionadas com a Economia do mar, observando todas as disciplinas e todos os ciclos, foram as mais referenciadas nas Aprendizagens Essenciais, com 11 referências no total, muito devido à disciplina de Geografia e ao *boost* de abordagens ao tema desenvolvidas no 10.º ano. As questões relacionadas com o relevo e conceitos geofísicos reuniram no total oito AE, o que também é compreensível pela análise de vários conceitos estruturantes, geralmente pertencentes, também, à área da Geografia, como por exemplo: a Plataforma Continental, Zona Económica Exclusiva (ZEE), zona contígua e mar territorial. Ao mesmo tempo, aparece-nos a variável relativa a Ecologia do mar, também com oito referências, sendo mais abordada, como pensávamos, em alunos com idades mais jovens, desvanecendo-se um pouco à medida que os alunos progridem nos ciclos escolares. A variável de Estratégia, segurança e Soberania aparece em 4.º lugar, com sete referências, facto facilmente explicável uma vez que, tanto a História, como a Geografia, acabam por abordar temas transversais às questões de Soberania e Estratégia, seja de forma direta ou indireta. Curiosamente, a variável que menos parece ser abordada é, precisamente, a análise do mar sob o ponto de vista da cultura histórica, sendo essencialmente estudada nos primeiros anos escolares, pese embora, à semelhança da componente ecológica, acabe por perder importância à medida em que se dá a progressão académica.

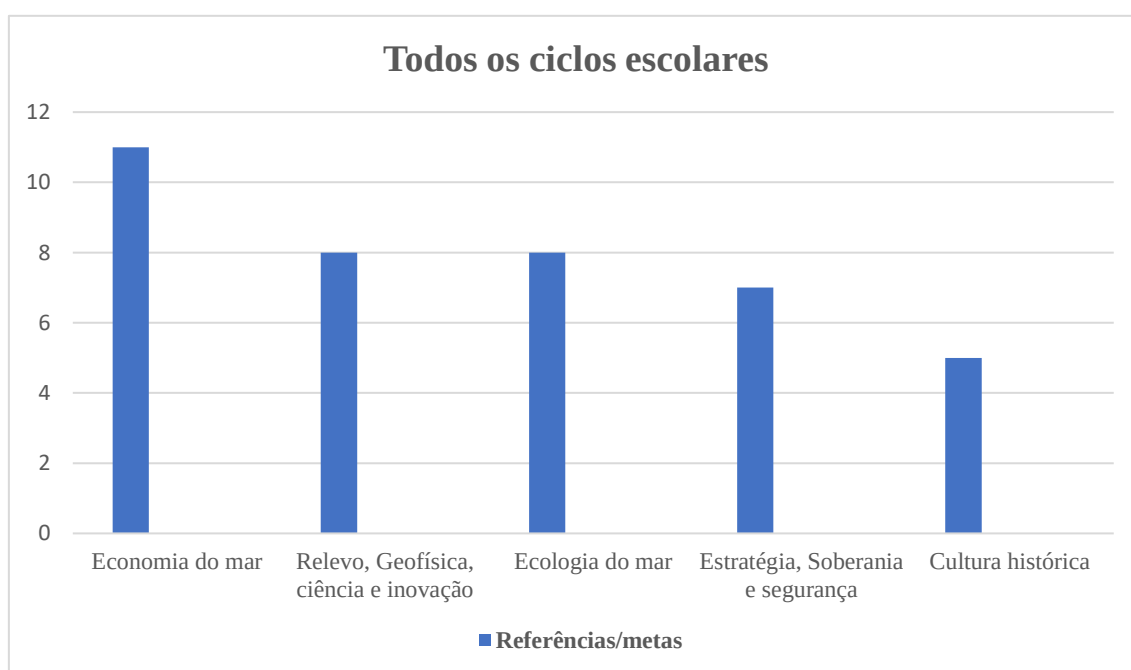


Gráfico 9 – Referências/metas presentes em todos os ciclos escolares

Respondendo à **segunda questão**, constata-se que o mar como Desígnio Nacional já não é uma mera assunção retórica, tendo já alguma repercussão e preocupações de inclusão de metas nas mais recentes políticas públicas destinadas à Educação – as Aprendizagens Essenciais. Estes instrumentos, ao contrário dos programas, transparecem já conteúdos atualmente em voga¹²⁹, e não podemos deixar de notar que o mar é já proposto nestes instrumentos como objeto de estudo analítico, segundo diferentes perspetivas em diferentes disciplinas, não tendo sido difícil encontrarmos várias referências presentes nas AE que concernem às variáveis de análise criadas para o efeito.

Relativamente à **terceira questão**, o parecer é negativo. Podemos afirmar, perentoriamente, que a *abordagem inclusiva e transversal* do mar *em todas as áreas*, segundo as AE, instada pela atual ENM, não se verifica. Pelo contrário, as abordagens ao mar estão praticamente *concentradas em duas disciplinas* – História e Geografia¹³⁰. Pior do que isso, *não são inclusivas*, uma vez que, à entrada no Ensino Secundário, estas duas disciplinas não serão mais acessíveis à maioria dos alunos do ensino obrigatório. Sendo mais concretos:

- Se determinado aluno escolher, por exemplo, o *curso de Ciências e tecnologias* no Ensino secundário, acabará por perder, inevitavelmente, todos os conteúdos inerentes à disciplina de *Geografia A*, de elevada importância em termos de literacia marítima, como vimos, pelas incisivas abordagens que tece em relação à Estratégia e Soberania marítima, bem como à Economia do mar.
- Semelhante problema terá determinado aluno que escolha o *curso de Ciências socioeconómicas*, e que, por isso, será privado de conteúdos relativos à cultura histórica, lecionados pela disciplina de *História A*.
- Pior situação concerne aos alunos que tiverem escolhido o *curso de Artes visuais*, e que, por isso, não terão, nem *História A*, nem *Geografia A*. Ou seja, estes alunos não contactarão com qualquer tipo de literacia marítima na adolescência (quando esta é desenvolvida com maior rigor), nem terão forma de cultivar a respetiva consciência marítima.

¹²⁹ Damos o exemplo claro da variável de Ecologia e das alterações climáticas, muito presentes atualmente, mas raramente incluídas durante o meu percurso escolar.

¹³⁰ Não são, portanto, transversais a todas as disciplinas.

Respondendo à **quarta questão**, atualmente, e dados os factos analisados nas AE, constatamos que o mar já se transpôs para a educação, mas, infelizmente, como a Consciência marítima é apenas fomentada pela História, pela Geografia e por Estudo do meio, e uma vez que, no Ensino Secundário, a maior parte dos alunos não terá acesso a estes conteúdos, concluímos que há ainda muito a fazer para que a Consciência marítima seja desenvolvida, e a literacia oceânica chegue a todos. Da forma como a literacia marítima foi concebida, a partir das AE, nas várias disciplinas que compõem o plano curricular, e tendo em conta as cisões programáticas aquando da escolha de cursos no Ensino Secundário, concluímos que nem todos os alunos terão conhecimento sobre as valências do mar, sendo que, muitos deles (como os alunos de Artes visuais), não contactarão com quaisquer questões que são inerentes ao mar.

Com efeito, não é compreensível que disciplinas como Ciência Política, Economia, bem como Biologia e Geologia não abordem, de todo, o mar. Segundo o atual plano, História e Geografia são as únicas que munem os alunos de capacidade de análise e abordagem ao mar segundo diferentes perspetivas, algo que, como já dissemos, é insuficiente para que a inferência e reflexão sejam desenvolvidas com rigor pelos alunos.

Não é nossa intenção propormos alterações ao plano curricular ou aos documentos programáticos, até porque o limite de páginas assente no presente trabalho não nos permitiria abordar com o afinho requerido este aspeto, e uma vez que este trabalho tem um carácter meramente descritivo e analítico. No entanto, não podemos deixar de propor **sugestões** para uma *literacia oceânica mais inclusiva* e reflexiva, capaz de desenvolver a *consciência marítima* nos alunos:

1. **Inclusão dos Assuntos do mar em Cidadania e Desenvolvimento.** Esta é, de longe, a forma mais exequível, inclusiva, prática e lógica de se administrarem estes conteúdos de forma a chegarem a todos os alunos do ensino obrigatório, mesmo para os alunos de Artes visuais, uma vez que a disciplina acompanha o percurso escolar do Ensino Básico e Secundário. Aliás, a própria Estratégia Nacional para o Mar dá a entender que “A Educação para a Cidadania e Desenvolvimento é também um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens transversais e interdisciplinares¹³¹. No entanto, analisadas as AE relativas a

¹³¹ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 43).

esta disciplina, não encontramos qualquer objetivo nem referência, direta ou indireta, à inclusão do mar. Com efeito, propõe-se uma redefinição/atualização das Aprendizagens Essenciais relativas à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que deve ser acompanhada de cuidadosa seleção do corpo docente para esse efeito. Segundo o enquadramento descrito na própria AE, esta reflete sobre “a relação entre o indivíduo e o mundo que o rodeia”¹³², e possui aprendizagens como: “Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Saúde (...) Sexualidade, Media, Instituições e participação democrática, Literacia financeira e educação para o consumo, Segurança rodoviária, Risco (...) Empreendedorismo, Mundo do Trabalho, Segurança, Defesa e Paz, Bem-estar animal, Voluntariado”¹³³. Com efeito, a *inclusão do mar sob diferentes perspetivas é coadunável e até desejável*, uma vez que a disciplina pretende formar cidadãos com espírito crítico e sentido de responsabilidade.

2. Para além da solução acima descrita – sem dúvida a mais exequível e abrangente para todos os ciclos escolares – propor-se-ia outra de aplicação plausível, que passaria pela adaptação de alguns assuntos do mar – nomeadamente a coadunável Economia do mar – à disciplina de **Economia A**. Esta adaptação, para além de lógica, permitiria que um aluno que frequentasse o curso de *Ciências Socioeconómicas*, pudesse contactar com o tema proposto. Segundo a Direção Geral de Educação, o aluno deste curso usufrui do seguinte plano curricular: Português (10.º, 11.º e 12.º anos); Língua Estrangeira I, II ou III – Alemão, Espanhol, Francês ou Inglês – (10.º e 11.º anos); Filosofia (10.º e 11.º anos); Educação Física (10.º, 11.º e 12.º anos); Matemática A. Como vimos, até aqui, não lhe é possível contactar com qualquer perspetiva ligada ao mar. No entanto, é neste momento que o aluno terá que *escolher duas disciplinas* de um leque de três, a saber: Economia A; Geografia A; História B. Com efeito, caso a disciplina de *Economia A* abordasse temas afetos à Economia do mar – como seria expectável – o aluno, de uma forma ou de outra, acabaria por contactar com o tema proposto.

¹³² (Aprendizagens essenciais: Cidadania e desenvolvimento, ensino básico e secundário, 2018).

¹³³ (Idem: 4).

3. Possível inclusão de alguns assuntos do mar na disciplina de **Biologia e Geologia**, nomeadamente o *estudo dos fundos geológicos oceânicos* (tão vitais para a fundamentação da proposta de extensão da Plataforma Continental), bem como o estudo e as *prospecções dos recursos energéticos, minerais e biogénéticos* dos fundos marinhos. Segundo o currículo nacional, para além da disciplina de *Cidadania e Desenvolvimento*, a disciplina de *Biologia e Geologia* é a única cujos conteúdos sobre o mar poderiam ser abordados por alunos do *curso de Ciências e Tecnologia*¹³⁴.

¹³⁴ (Curso de Ciências e Tecnologia - Currículo Nacional, 2021).

Capítulo 4 – Estudo de caso

4.1. – Contextualização da amostra

4.1.1. – Escola Secundária de Penafiel

O presente trabalho foi desenvolvido na Escola Secundária de Penafiel, instituição situada na Rua Dr. Alves Magalhães, na cidade de Penafiel, tendo sido uma das várias instituições protocoladas no âmbito dos estágios do Mestrado em Ensino de História, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O que começou por ser uma escolha desencadeada pela conveniência geográfica, acabou por se revelar uma ótima opção em termos formativos. Nesta secção, iremos abordar aspetos fundamentais com ela relacionados, onde daremos a conhecer, muito brevemente: a respetiva fundação; a comunidade escolar; o contexto sanitário que encontrámos; a forma como a Escola Secundária de Penafiel lidou com a pandemia de Covid-19; a visão da instituição; os objetivos, valores e missão.

4.1.1.1. – Fundação

Segundo o Projeto educativo de 2018, a Escola Secundária de Penafiel foi a primeira instituição do concelho a tecer “uma oferta educativa virada para o 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário”¹³⁵. Trata-se de uma instituição nascida da fusão entre outros estabelecimentos escolares, nomeadamente o antigo Liceu de Penafiel e a antiga Escola Técnica da referida cidade, por força do “Decreto-lei n.º 80/78, de 27 de abril”¹³⁶, de 1978, entrando em funcionamento já como Escola Secundária, no dia 1 de outubro do citado ano.

4.1.1.2. – Comunidade escolar

¹³⁵ (Escola Secundária de Penafiel, 2018, p. 4).

¹³⁶ Idem.

Quanto à comunidade escolar, a Escola Secundária de Penafiel albergava, segundo dados de 2018, cerca de 2563 estudantes, repartindo-os pelo ensino básico, profissional e secundário, sendo a larga maioria dos alunos pertencente ao Ensino Secundário:

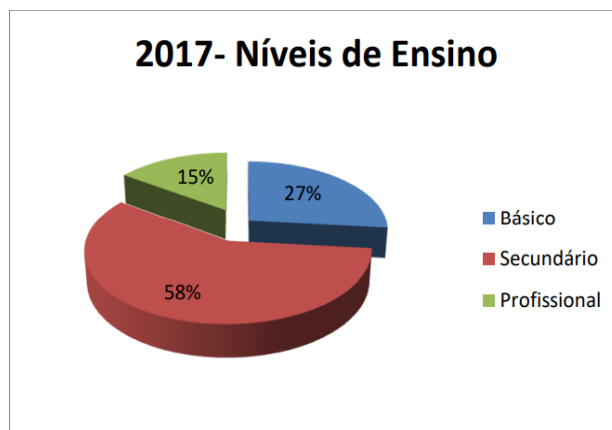


Figura 2 – Comunidade escolar e níveis de Ensino¹³⁷.

No que toca às instalações, a escola foi alvo de uma profunda reabilitação, por parte da Parque Escolar que, assim, a dotou de ótimas condições e modernas instalações, conjugando, no mesmo edifício, “salas de aula e laboratórios, gabinetes de trabalho docente, sala de diretor de turma com gabinetes de atendimento aos encarregados de educação, gabinete médico, gabinete de atendimento ao aluno, biblioteca/mediateca, zonas de convívio e lazer (polivalente, esplanada, espaço convívio), zona de restauração e serviços (administrativos, papelaria/reprografia, serviço de psicologia e orientação educativa), ao qual estão anexadas uma área de componente técnica e outra de componente desportiva”¹³⁸. De facto, não podemos deixar de relevar *as boas instalações* da Escola, uma vez que estas acabam por facilitar, direta e indiretamente, os processos de ensino/aprendizagem, e promover boas práticas e posturas entre os próprios alunos, aspeto que não fica alheio à própria instituição: “as instalações de alta qualidade da Escola Secundária de Penafiel coadjuvam no reforçar da sua política educativa do presente e perspetivar a do futuro”¹³⁹.

¹³⁷ (Escola Secundária de Penafiel, 2018, p. 5).

¹³⁸ Idem: 12.

¹³⁹ Idem: 13.

4.1.1.3. – Segurança sanitária

Mas estas *modernas instalações* não só serviram para melhorar boas práticas de ensino-aprendizagem, como também, estamos convictos, foram absolutamente fundamentais para garantir alguma *segurança sanitária* durante um outono verdadeiramente ‘infernai’, do presente ano letivo, uma vez que toda a região Norte (antes, ainda, do segundo confinamento geral do país) se encontrava descontroladamente *assolada por infeções* causadas pelo *Corona vírus*, enquanto o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa¹⁴⁰, há muito, havia excedido a sua capacidade para receber mais doentes¹⁴¹. Recordamos que, no outono, era esta a *pior região do país* em termos de infeções por Covid-19 e que quando o país entrou no segundo confinamento geral já os casos haviam baixado na região. Ou seja, numa altura em que a Escola e a região do Tâmega e Sousa pouco contaram com medidas de proteção sanitária e estatal¹⁴² – que entendemos ter até negligenciado um pouco a situação sanitária no Norte do país –, terão sido as próprias entidades regionais – *principalmente a Escola* – a encarar o problema e a tentar mitigá-lo com os próprios meios e muito esforço pessoal.

Com efeito, estamos convictos que as boas instalações da Escola, por exemplo, dotada de modernos sistemas de extração de ar com um papel preponderante na renovação do ar nocivo –, conjugadas com as fortes práticas administrativas de controlo dos espaços e o constante acompanhamento da situação dos alunos por parte dos Professores – terão sido fundamentais para que o ano letivo não fosse interrompido, nem a escola encerrada¹⁴³. A maior parte dos casos de covid-19 registados na Escola era rapidamente tratada de acordo com o plano de contingência da mesma entidade¹⁴⁴, para que as infeções não proliferassem no ambiente escolar (a maior parte das infeções dos alunos era adquirida em contextos familiares e não em contexto escolar). Assim, as boas instalações e a capacidade de organização da Escola contribuíram para que os alunos e os próprios professores (nós incluídos) sentissem alguma sensação de segurança, mesmo estando num espaço fechado com, não raras vezes, alunos infetados.

¹⁴⁰ Também conhecido como Hospital Padre Américo, em Penafiel.

¹⁴¹ (Lucília Galha, 2020).

¹⁴² (RTP, 2021).

¹⁴³ Reitera-se que quando o Governo decretou o fecho das Escolas, já a região do Tâmega e Sousa havia baixado a incidência de casos.

¹⁴⁴ (Escola Secundária de Penafiel, 2020).



Figura 3 – Escola Secundária de Penafiel¹⁴⁵.

4.1.1.4. – Missão, valores e objetivos

A Escola Secundária de Penafiel tem como *missão* responder às necessidades dos alunos em tempo oportuno, mesmo estando conscientes que, numa sociedade globalizada e altamente tecnológica, a mudança seja constante e profundamente fugaz. Com efeito, pretende “garantir aos jovens do concelho e da região, uma sólida e eficaz formação de excelência, nos domínios do conhecimento, dos valores humanos e sociais, que vá ao encontro das suas aspirações e necessidades”¹⁴⁶, e assenta nos seguintes valores e princípios:

- “Valorização do indivíduo;
- Valorização da instituição;
- Equidade educativa;
- Responsabilidade;
- Democraticidade”¹⁴⁷.

Destacamos como *pontos fortes* da Escola a valorização do aluno e dos resultados académicos, a grande preocupação pela obtenção dos objetivos dos alunos nos exames

¹⁴⁵ (Escola Secundária de Penafiel, 2018, p. 13).

¹⁴⁶ Idem: 15.

¹⁴⁷ Ibidem.

nacionais, a monitorização dos resultados obtidos em contexto escolar, o combate ao abandono escolar, a forte segurança sentida (mesmo em termos sanitários¹⁴⁸), o bom ambiente escolar, a qualidade do corpo docente, entre outros.

A Escola Secundária de Penafiel tem como *objetivos* fundamentais:

- prosseguir as práticas de ensino de excelência;
- continuar a proporcionar ótimas condições de trabalho para pessoal docente e não-docente;
- apostar na motivação da respetiva comunidade escolar e em novos projetos de ensino-aprendizagem;
- incentivar novas práticas de fomento de espírito crítico;
- optar por metodologias de avaliação que compreendam melhorias;
- instigar sentido e valores de cidadania nos alunos, promovendo valores como “tolerância, responsabilidade, solidariedade, respeito”¹⁴⁹;
- permitir aos encarregados de educação uma participação mais ativa e presente no ambiente escolar;
- continuar a apostar no uso da tecnologia de comunicação e de informação;
- manter a aposta na formação do “pessoal docente e não docente;
- estabelecer protocolos e parcerias com outras instituições”¹⁵⁰.

Em relação às expectativas que a Escola Secundária de Penafiel deposita no *corpo docente*, a instituição espera que o mesmo seja capaz de:

- envolver os alunos na aprendizagem construtiva;
- permitir aos alunos que alcancem as notas desejadas;
- valorizar e construir a humanidade em cada indivíduo;
- contribuir para o plano de atividades;
- assumir desafios, trabalhar em equipa, fomentar a segurança e valorizar a Escola¹⁵¹.

¹⁴⁸ Reiteramos o ponto anterior sobre segurança sanitária.

¹⁴⁹ Idem: 19.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Idem: 35-36.

4.1.2. – Caracterização dos alunos

A ideia para o presente trabalho, já descrita na introdução, nasceu imediatamente aquando da Iniciação à Prática Profissional (IPP), cuja atividade decorreu na Escola Secundária de Penafiel. Nela, tivemos acesso a cinco turmas, sendo *três do 9.º ano e duas do 10.º ano*.

Neste sentido, o **primeiro passo** foi verificar os documentos normativos emitidos pela Direção Geral de Educação (DGE), nomeadamente os Programas e AE de *História* (3.º ciclo do Ensino Básico) e de *História A* (Ensino Secundário), para podermos abordar a importância do mar para Portugal, através de uma ponte multidisciplinar (tal como deve ser estudado, de forma a cultivar a consciência marítima) entre o passado e o presente.

Relativamente à **escolha da amostra**, no 9.º ano, rapidamente concluímos que os alunos não têm contacto, na disciplina de *História*, com conteúdos que fomentem a consciência marítima, tal como podem elucidar as Aprendizagens Essenciais¹⁵², bem como o programa de *História* do referido ano. Por esta razão, *decidimos alocar o nosso estudo somente às duas turmas do 10.º ano* que tínhamos à nossa disposição, uma vez que, segundo os documentos normativos – tanto os programas, como as Aprendizagens Essenciais, e tanto as de *História*, como as de *Geografia* –, os alunos destas idades têm de contactar, direta ou indiretamente, com o mar e refletir sobre a sua relação com os portugueses na História, mais concretamente nos séculos XV e XVI, como ilustra o conteúdo programático: “O alargamento do conhecimento do mundo – O contributo português: inovação técnica; observação e descrição da natureza”. Com efeito, teremos aproveitado os conteúdos desta aula¹⁵³ para partirmos para o estudo relativo à consciência marítima dos alunos, a desenvolver na aula seguinte.

Das cinco turmas que tivemos ao nosso dispor, todas eram bastante idênticas no **número de alunos** que as compunham – duas turmas de 28 alunos, e três delas de 27 estudantes – o que revela um cuidado prévio por parte da Escola, de forma a evitar a sobrelotação.

¹⁵² Já abordámos este aspeto no capítulo anterior.

¹⁵³ Apesar de esta aula ter servido como um ponto de partida para estabelecermos uma ponte para a aula problematizada que programámos para o presente trabalho, não a teremos incluído, alterado ou programado na presente metodologia.

As duas turmas de 10.º ano com que trabalhámos no sentido de desenvolver as atividades para o presente trabalho, foram as turmas do 10.º K e do 10.º L, com 27 e 28 alunos, respetivamente. A turma do 10.º L era constituída por 11 alunos do género masculino e 17 alunas, notando-se assim uma prevalência deste último género, o que, podendo ter influência, ou não, perfazia-a como uma turma de comportamento considerado mais ‘ordeiro’ e adequado à sala de aula. Já na turma do 10.º K, a distribuição por géneros era mais equilibrada, com 14 indivíduos do género masculino e 13 alunos do género feminino. Não sabemos se estes dados terão tido influência no comportamento da turma, mas não podemos deixar de salientar uma significativa diferença em termos de comportamento em sala de aula, já que a turma do 10.º K era considerada um pouco problemática em termos de postura e comportamento em contexto de sala de aula, sendo inexoravelmente mais difícil manter a ordem, atenção e silêncio, provocados por grandes manifestações de energia e inquietude.

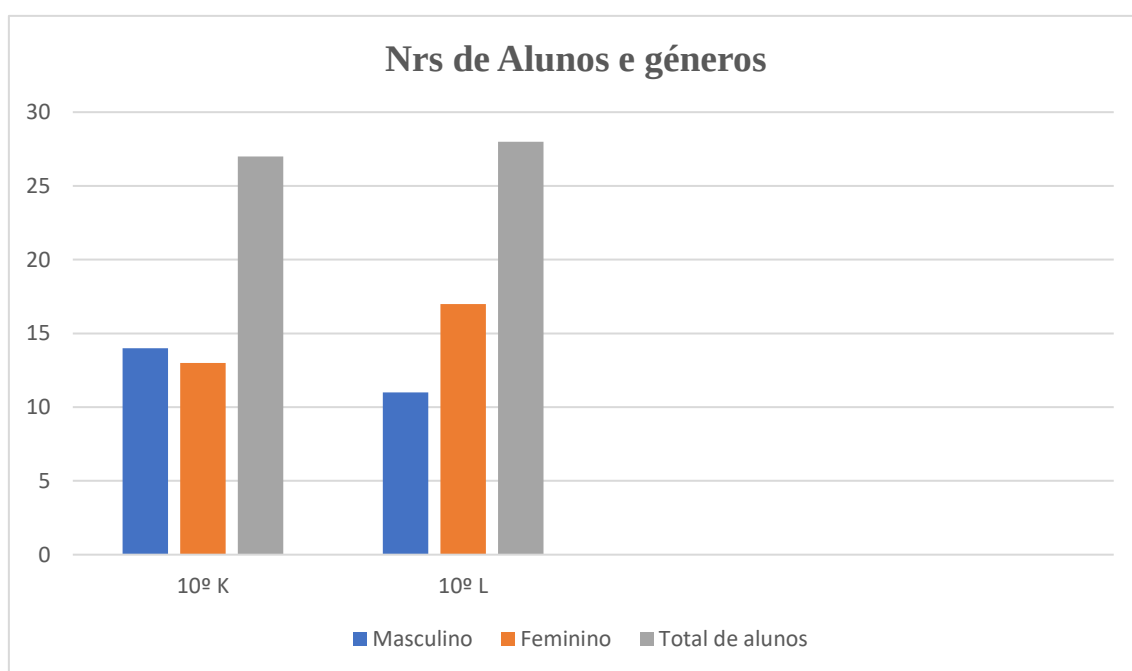


Gráfico 10 – Nr de alunos das turmas: 10.º K e 10.º L

Em relação ao **perfil das turmas**, dificilmente poderiam ser mais dissidentes em termos de aproveitamento, comportamento e atenção:

A turma do **10.º L** possuiu sempre a postura ideal em termos de comportamento, respeitando a ordem na sala de aula e a autoridade do Professor. No entanto, e principalmente *no início* do ano letivo, no que toca a atenção, dedicação, trabalho, empenho e interesse em aprender, bem como adesão aos momentos de participação solicitados pelo Professor, manifestavam um aproveitamento francamente baixo. Não evidenciavam qualquer tipo de interesse pelos conteúdos da disciplina de História. Era muito difícil, no primeiro semestre, executar com sucesso estratégias de aprendizagem diversificadas, com recursos interativos (tais como análises iconográficas, estratégias em formato de *quizz*, visionamento e análise de vídeos, textos, músicas, entre outras), uma vez que apresentavam um elevado nível de *apatia e absentismo escolar*. Até para a leitura de textos era necessário indigitar os alunos, uma vez que nenhum se voluntariava. Possuía, como era expectável, durante o primeiro semestre, um perfil generalizado de notas muito baixas que preocupava os Professores. Não obstante, com o início do *segundo confinamento* geral no país e a consequente lecionação de aulas à distância, esta turma contrariou por completo as conclusões dos estudos respeitantes ao ensino *online* e às consequentes dificuldades de foco e aprendizagem¹⁵⁴. Na verdade, foi com perplexidade que assistimos a um forte incremento da participação e da atenção dos alunos nas aulas à distância, começando, aqui, a reviravolta do respetivo histórico antes desapontante. Com o regresso às aulas *in loco*, a evolução continuou. Pelo menos metade da turma participava, agora, regularmente, interagindo bastante com o Professor sempre que solicitado, permitindo uma diversificação de estratégias de aprendizagem e exercícios de consolidação de conhecimentos. Os resultados das avaliações formativas e sumativas subiram, embora não demasiado, convertendo-se numa turma de aproveitamento razoável. Em relação ao aproveitamento desta turma para os conteúdos que preparámos sobre a importância do mar na educação¹⁵⁵, sentimos uma boa adesão por parte da turma que, não só demonstrou interesse e manteve a postura durante toda a aula, como foi participando e aderindo aos debates instigados pelo Professor ao longo da aula, pelo que considerámos ter conseguido fazer com que a aula resultasse muito bem.

Relativamente à turma do **10.º K**, o percurso foi oposto. Esta turma começou muito bem o ano letivo e era constituída por alunos com grandes capacidades de inferência, raciocínio muito rápido, reflexões complexas e permitiam, assim, uma boa diversidade

¹⁵⁴ Vários estudos indicam a quebra da capacidade de foco dos alunos no ensino à distância (Silva, 2021).

¹⁵⁵ Abordaremos estes conteúdos passo a passo no próximo capítulo.

de estratégias por parte do Professor na leção das aulas. Porém, tratou-se sempre de uma turma com dispersão de foco fácil, principalmente por osmose de comportamentos entre rapazes, bastante barulhenta, ainda assim, controlável. No entanto, com a entrada no segundo confinamento geral em janeiro de 2021, o foco foi-se deteriorando. Durante as aulas à distância, notou-se bastante a quebra de atenção por parte dos alunos, sendo que, se antes do confinamento o Professor tinha dificuldade em escolher uma entre tantas opções de participação, desta vez, era difícil ter voluntários. Com o desconfinamento e o consequente regresso às aulas na escola, a turma tornou-se mais problemática. As dificuldades de atenção agravaram-se bastante, e o mau comportamento, traduzindo-se, em certos momentos, em insolência, aumentou. Com efeito, cremos que, principalmente nesta turma, os efeitos do confinamento e desconfinamento, bem como a ansiedade inerente ao contexto pandémico, foram bastante notados, fazendo assim um percurso inverso ao do 10.º L. Relativamente à postura evidenciada pelo 10.º K durante a aula sobre a importância do mar, constatou-se a atenção, bem como intervenções constantes e assertivas por parte de metade da turma. No entanto, nos últimos cinco minutos da aula, decorrida numa segunda-feira, das 11h55 às 13h25, devido à ansiedade do final da prática de ensino, e provavelmente agravada pela chegada à hora de almoço, o foco foi-se dispersando.

Com efeito, cremos ter obtido bastante variação através da leção da aula problematizada às duas turmas com perfis diferentes. Consideramos, no entanto, que a componente da síntese de alguns pontos, no caso do 10.º K, terá ficado um pouco prejudicada.

4.2. – Metodologia usada

No presente subcapítulo, abordaremos a **metodologia relativa à prática** exercida com os alunos, em contexto de aula. Tal como foi explicado anteriormente neste trabalho¹⁵⁶, foi nossa intenção aferirmos *de que forma é que a educação tem promovido a consciência marítima nos alunos*, de acordo com as estratégias de mobilização empreendidas pela classe política e estratégica, desde 2004. Com efeito, no presente capítulo, quisemos conhecer as ideias prévias dos alunos sobre o tema em análise, ou seja:

- Que ideia tinham sobre o mar?
- Que valências mais importantes lhe reconhecem?
- Os alunos possuem consciência marítima?
- Se sim, será que foi cultivada pela literacia oceânica, inerente às reformas educativas que se deram nos últimos 17 anos¹⁵⁷ (Aprendizagens Essenciais)?

Os **passos metodológicos** foram os seguintes:

1. Aproveitamento do tema da aula sobre “O papel de vanguarda dos portugueses na abertura europeia ao mundo”, como ponto de partida e ligação à aula problematizada, através da *aplicação de um questionário prévio aos alunos do 10.º ano*, como *diagnóstico* sobre a consciência marítima e respetivas valências;
2. *Regência sobre a importância estratégica do mar para Portugal: na Soberania, na economia e na proteção dos ecossistemas*, de forma a abarcar uma *amplitude multidisciplinar* tão vasta quanto possível, pese embora de forma lógica, sequencial, interligada e problematizada (cujo maior objetivo passava por instigar o espírito crítico);
3. Elaboração e *aplicação de um inquérito pós-aula* sobre o tema abordado. Este inquérito foi aplicado cerca de três semanas depois da aula. O intuito foi dar algum tempo aos alunos para que não resultassem ilações efémeras de curto prazo, mas sim um conhecimento estrutural e construtivo.

¹⁵⁶ O momento de explicação dos temas e da metodologia foi feito na introdução.

¹⁵⁷ Aquando do renascimento marítimo em Portugal.

4.2.1. – Aplicação do questionário prévio

O questionário prévio foi aplicado, tal como explicado acima, imediatamente após a aula subordinada ao tema: “O alargamento do conhecimento do mundo – O contributo português: inovação técnica; observação e descrição da natureza”¹⁵⁸, que terá tido lugar nos dias 14¹⁵⁹ e 15¹⁶⁰ de abril de 2021.

Nunca foi nosso intuito impor ou obrigar os alunos a preencherem o questionário, nem sequer identificar os alunos que o fizessem ou não fizessem. Por isso mesmo, decidiu-se apenas *apelar* ao preenchimento do questionário que, assim, foi feito *de forma completamente anónima e voluntária*, garantindo a não-identificação dos alunos, até porque tal não abonaria nem enriqueceria, em nada, a experiência desejada, uma vez que a queríamos efetuar em termos *qualitativos e não quantitativos*.

Para facilitar este preenchimento voluntário dos questionários por parte dos alunos era importante que as perguntas não fossem numerosas nem extensas. Por isso mesmo, optámos por estabelecer apenas *quatro perguntas*, sendo duas delas de resposta aberta e de cunho pessoal, de forma a obtermos uma maior variação, e as outras duas de escolha múltipla.

Continuando na mesma linha de comodidade para os alunos, optámos por realizar o questionário através da plataforma *Google Forms*, para que, assim, os alunos tivessem a liberdade e o conforto necessários para responderem ao questionário na comodidade da sua casa, ou do recreio, para a realização de uma tarefa que não demoraria mais do que dois minutos do seu tempo.

No que toca ao *tempo previsto para o preenchimento do questionário*, foi elaborado no *Google Forms* e disponibilizado aos alunos através da plataforma *Classroom* – onde todos estão registados e habituados a realizar tarefas e trabalhos de casa – no dia 16 de abril (sexta-feira), ou seja, dois dias depois da aula. O prazo terminou no dia 19 de abril, data em que foi lecionada a aula subordinada ao tema a *Importância estratégica do mar para Portugal*.

¹⁵⁸ (Mendes, 2001).

¹⁵⁹ Aula lecionada à turma do 10º K.

¹⁶⁰ Aula lecionada à turma do 10º L.

Foram *obtidos 37 questionários* preenchidos, compostos pelas duas turmas (10.ºK e 10.ºL), cujas questões e resultados¹⁶¹ serão agora partilhados:

1 – A **primeira questão** serviu como um levantamento de ideias tácitas sobre o mar, de cunho totalmente pessoal, em que a intenção era conferir a primeira coisa que os alunos associavam quando pensavam no mar, ou seja, o que o mar representa para cada um. A questão foi a seguinte:

1 – O que te vem à cabeça quando pensas no mar?



Gráfico 11 – Respostas Grupo I – 1.º questionário

Constatou-se que a grande maioria dos alunos associou o mar à sensação de felicidade, paz e tranquilidade, com 14 respostas neste sentido, o que perfaz uma percentagem de 38%. Isto demonstra que o mar é entendido com um grau de empatia, emoção e até interdependência pessoal pela maioria dos alunos.

Houve cinco alunos que responderam simplesmente ‘água’, o que pode transparecer algum grau de desinteresse e apatia pelo tema, o que pode ser interpretado como falta de consciência marítima prévia, com 14%.

Outros cinco alunos deram respostas que revelam noções de importância estratégica, proporcionadas pela disciplina de História no Ensino Básico.

¹⁶¹ Todas as respostas recolhidas podem ser consultadas integralmente nos anexos, inseridos no presente trabalho. Partilharemos aqui somente os dados já trabalhados.

Quatro alunos responderam “praias, ondas e areia”, classificados como elementos físicos associados ao grafismo que logo visualizam quando vão às estâncias balneares.

Quatro alunos associaram o mar à sensação de mistério, imensidão e desconhecido.

Dois alunos associaram o mar à fauna e à biodiversidade marinha.

Dois alunos associaram o mar às atividades de lazer e até de férias.

Só um aluno, ou seja, 3% da amostra, associou o mar às atividades económicas nele praticadas.

2 – A **segunda questão** foi de escolha múltipla, e pretendia saber o que os alunos consideram como consciência marítima:

II – O que entendes por consciência marítima?

Conhecer e compreender o mar na sua vertente histórica: 11 respostas (29.7%);

Conhecer e compreender o mar na sua vertente económica: 0 respostas;

Conhecer e compreender o mar na sua vertente ambiental: 10 respostas (27%);

Conhecer e compreender o mar na sua vertente científica: 1 resposta (2.7%);

Conhecer e compreender o mar na sua vertente cultural: 0 respostas;

Conhecer e compreender o mar em todas as vertentes: 15 respostas (40.5%).

O que entendes por consciência marítima?

37 respostas

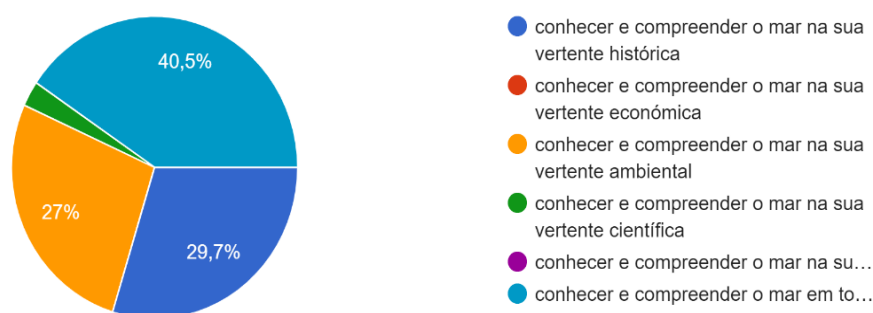


Gráfico 12 – Resposta ao grupo II – 1.º questionário

Constatou-se uma prevalência do conhecimento e compreensão do mar em todas as vertentes, com 15 respostas, seguido pela componente histórica com 11, e uma vertente ambiental bem vincada, com 10 respostas. Por fim, a vertente científica reuniu apenas uma resposta.

3 – A **terceira questão** pretendia levar os alunos a refletirem sobre os respetivos conhecimentos de História e, dessa forma, empreenderem uma reflexão sobre a relação entre o papel do mar e a individualidade política nacional/Soberania portuguesa. A questão foi a seguinte:

III – Em poucas palavras, consideras que Portugal poderia ser um país independente caso não tivesse mar?

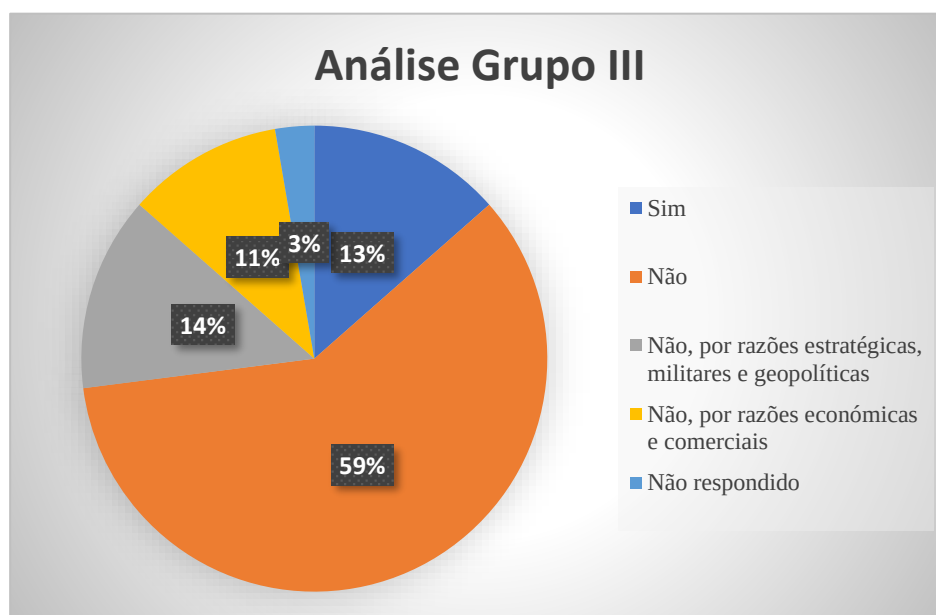


Gráfico 13 – Respostas ao grupo III – 1.º questionário

Aferimos que 22 alunos (cerca de 59% dos inquiridos) responderam que não seria possível Portugal ser uma Nação independente caso não tivesse mar, sem, no entanto, explicitar porquê.

A segunda maior percentagem, de 14% (o que equivale a cinco respostas), respondeu ser impossível por razões estratégicas e geopolíticas, noções desenvolvidas no ensino básico de acordo com a disciplina de História.

No entanto, houve cinco respostas em sentido contrário, ou seja, 13% dos inquiridos crê que Portugal poderia ser uma Nação Soberana sem mar, não explicitando, porém, como ou porquê.

Somente quatro alunos (11%) responderam que seria impossível Portugal ser independente sem mar, por razões de âmbito económico, provavelmente pela associação dos conteúdos de História relativos ao comércio externo português na era dos descobrimentos.

Por fim, houve um aluno que não respondeu a esta questão, perfazendo a representação de 3% no gráfico já analisado.

4 – Na última questão, de escolha múltipla, pedimos aos alunos:

IV – Classifica, segundo a escala abaixo, a importância que vês no mar para o país atualmente.

- 1: Nada importante – 0
- 2: Pouco importante – 0
- 3: Importante – 3
- 4: Bastante importante – 10
- 5: Fundamental – 26

Classifica, segundo a escala abaixo, a importância que vês no mar para o país atualmente
37 respostas

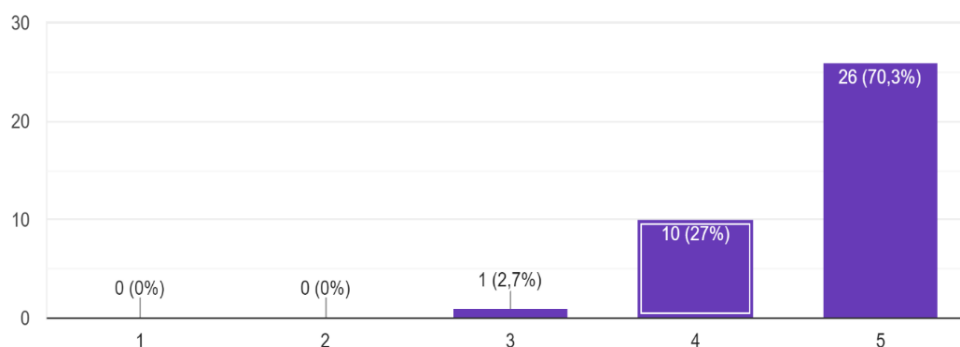


Gráfico 14 – Respostas ao grupo IV – 1.º questionário

Como o gráfico ilustra, nenhum aluno desconsiderou a importância que o mar acarata para o país, uma vez que 26 alunos o consideraram fundamental, enquanto 10 o consideraram muito importante e só um aluno o considerou importante.

4.2.2. – A aula sobre a importância do mar

Seguindo o desiderato já descrito no presente trabalho, o nosso **intuito** foi preparar uma aula capaz de *instigar nos alunos o espírito crítico* e fazer com que contactassem com *diferentes valências* relacionadas com o valor estratégico que o mar encerra para

Portugal, através de uma perspetiva que se quer *multidisciplinar e holística*, e nunca específica e sectorial. Durante a planificação desta aula de 90 minutos ao 10.º K, e outra de igual duração à turma do 10.º L, tivemos sempre em mente os objetivos a que nos propusemos. Tentámos apelar à *participação*, ao *levantamento de ideias tácitas*, aos *debates* e à *reflexão*.

Demos igual prevalência a **recursos** incisivos, que nos levaram bastante tempo a reunir. Isto porque a maior parte dos recursos disponibilizados pelas entidades de literacia (extracurriculares) existentes em Portugal, tais como a *Mare* ou a *Escola Azul*¹⁶², como expectável, são demasiado específicos, ou seja, abordam maioritariamente a consciencialização ecológica das novas gerações, alertando-as para os problemas relacionados com a poluição marinha, as alterações climáticas, e outras questões relacionadas com o frágil equilíbrio ambiental. Não obstante, o nosso objetivo não era replicar o que tem sido difundido por estas estruturas, mas articular a prática docente com as emanações propostas pela já abordada Estratégia Nacional para o Mar (ENM), que sugere a inclusão e a transversalidade temática do mar através das AE. Até porque, caso nos cingíssemos somente à consciencialização ambiental, não estaríamos a fomentar a consciência marítima, mas sim a consciência ecológica, e não estaríamos a criar estratégias de literacia oceânica, mas sim de literacia ambiental. Por isso mesmo, a procura de fontes e recursos implicou uma investigação extensiva, tendo culminado na tradução e adaptação de conteúdos encontrados em artigos científicos, dissertações académicas, vídeos produzidos pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)¹⁶³, conteúdos produzidos pela *Fórum Oceano*¹⁶⁴, artigos de jornais, excertos de telejornais e, por fim, o aproveitamento de informações decorrentes de uma nossa investigação prévia na área¹⁶⁵.

Com efeito, relativamente à **estrutura da aula**, decidimos trabalhar o mar segundo *três perspetivas* que nos permitiram desenvolver *temas diversificados*, promovendo, assim, a *consciência marítima* nos alunos, a saber:

- O mar e a Soberania – o mar e a estratégia; o valor do mar para a política externa portuguesa; Soberania e jurisdição marítima; extensão da plataforma continental portuguesa para além das 200 milhas náuticas;

¹⁶² (Escola Azul, 2021).

¹⁶³ (Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, 2021).

¹⁶⁴ (Fórum Oceano, 2016).

¹⁶⁵ Esta investigação prévia foi referida no primeiro parágrafo da introdução deste trabalho, uma vez que serviu de motivação e ideia para a escolha deste tema.

- O mar e a Economia – recursos minerais, biogenéticos e energéticos; a ciência e tecnologia na geração de valor e emprego; o comércio marítimo; as pescas e a aquacultura; o triângulo estratégico das relações externas;
- O mar e a proteção da biodiversidade – a criação das Áreas Marítimas Protegidas (AMP) e a defesa dos ecossistemas marinhos.

A) O mar e a Soberania:	B) O mar e a Economia	C) O mar e a proteção
• O mar e a estratégia • O mar e a Política externa • Soberania e direitos de jurisdição marítima; • Extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas;	• Recursos minerais, energéticos e biogenéticos; • A ciência e a tecnologia na geração de valor; • O comércio marítimo; • Pescas e aquacultura; • O triângulo estratégico das relações externas	• As áreas marítimas protegidas e a defesa dos ecossistemas marinhos

Consciência marítima

Figura 4 – Esquema da aula

Para isso, decidimos *cruzar* algumas AE da *História A* com as de *Geografia A*, por serem as que melhor nos permitem abordar em multidisciplinaridade os temas propostos¹⁶⁶:

Aprendizagens Essenciais:

- Demonstrar que o império português foi o primeiro poder global naval (História A - 10°);
- Interpretar as políticas económicas portuguesas no contexto do espaço euro-atlântico (História A - 11°);
- Identificar as oportunidades para Portugal da Economia do mar (Geografia A - 10°);
- Conhecer potencial de uma localização periférica na Europa, mas central no contexto das grandes rotas intercontinentais; (Geografia A - 10°);

Figura 5 – Aprendizagens Essenciais selecionadas para a consecução da aula

Desta forma, conseguimos legitimar o desenvolvimento dos seguintes **conceitos** estruturantes:

¹⁶⁶ Como aliás já vimos no capítulo anterior, em que a consciência marítima, em todos os ciclos do ensino escolar regular, é abordada e trabalhada somente pelas disciplinas de História e Geografia.

Conceitos: • Soberania; • Política externa; • Plataforma continental; • Zona económica exclusiva; • Economia do mar;
--

Figura 6 – Conceitos estruturantes a desenvolver na aula

Como **situação-problema**, usámos uma frase de carácter reflexivo: “Conhecemos melhor a superfície lunar do que o fundo do mar”. Esta é uma frase proferida por várias individualidades, usada como chavão, mas retirada, no nosso caso, de uma intervenção de Tiago Pitta e Cunha¹⁶⁷, e pretende dar a entender que conhecemos ainda muito pouco sobre os oceanos – e tudo o que lá se encontra, principalmente nos fundos marinhos, desde substâncias energéticas e minerais a seres vivos desconhecidos.

Para estruturarmos os conteúdos acima descritos, propusemos a abordagem de **quatro questões-orientadoras**, a saber:

1. Poderíamos existir hoje, como Nação Soberana, sem mar?
2. Como se caracterizou a governação portuguesa, em relação ao mar, desde 1974?
3. Em que medida é que a Soberania marítima nacional poderá mudar?
4. Qual o potencial que a economia do mar poderá trazer a Portugal?

Relativamente às **estratégias de aprendizagem**, tentámos diversificá-las tanto quanto possível em 90 minutos. Ainda antes da abordagem da primeira questão, iniciámos a aula com:

- O visionamento de um pequeno vídeo/motivação: *A Burst of Deep Sea Fireworks: Halitrephes Jelly | Nautilus Live*¹⁶⁸ (1 min), em que uma estrutura de missão/investigação norte americana conseguiu filmar pela primeira vez, através de um drone marítimo (ROV¹⁶⁹), uma desconhecida medusa, com cores vibrantes, aparentemente não registada, a cerca de 1500 metros de profundidade, com o intuito de demonstrar aos alunos que, efetivamente, conhecemos mais sobre a face oculta da superfície da lua do que o fundo dos nossos oceanos;

¹⁶⁷ (Ricardo Nabais, 2015).

¹⁶⁸ (EV Nautilus, 2017).

¹⁶⁹ *Remoted Operated Vehicle*.

- Apresentação da esquematização da aula¹⁷⁰, através da partilha do quadro de temas relativos à consciência marítima, mostrando as três diferentes perspetivas que iríamos trabalhar: o mar e a Soberania; o mar e a Economia; o mar e a Proteção dos ecossistemas. Aqui procedemos à explanação da aula e à *despistagem/simplificação de conceitos*, como Soberania.

Depois destes momentos descritos, iniciámos as *estratégias de aprendizagem* relativas à **1.ª questão-orientadora** – “Poderíamos existir hoje, como Nação Soberana, sem mar?”. Pretendíamos uma reflexão por parte dos alunos, tendo em conta as respetivas bases históricas e o auxílio e condução por parte do Professor:

- Assim, iniciámos este momento com uma frase retirada do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de D. João II: “Contê-la em terra e batê-la no mar”. Problematicámos o momento, lançando questões como: – O que é um Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)¹⁷¹? (para despistarmos o termo); – A quem se referia esta frase do CEDN de D. João II? – O que fez Portugal para se equilibrar perante a ameaça espanhola? Os alunos, imediatamente, sentiram vontade de participar, tendo acertado no alvo desta frase, Espanha, e tendo visto no mar a obtenção de equilíbrio geopolítico face à respetiva vizinha.
- De seguida, pedimos aos alunos para sugerirem um momento em que o país se serviu do mar para sobreviver politicamente, numa altura de grande tensão militar. Neste sentido, e para apoiar a resposta dos alunos, apresentámos um pequeno vídeo sobre a ida da corte portuguesa para o Brasil, em 1807, exemplificando o momento em que Portugal se valeu do mar e do seu poder naval para *sobreviver às invasões napoleónicas*, ao transferir a corte e garantir a representatividade da Soberania portuguesa no Brasil;
- Posteriormente, foi abordada a estruturação da política externa portuguesa – segundo os modelos de inserção internacional propostos por Nuno Severiano Teixeira –, com a leitura e análise de dois excertos sobre o uso do mar como alavanca da política externa e de defesa portuguesas durante a opção Atlântica, de forma a mostrar aos alunos que o elemento que marcou as diferentes fases e momentos da

¹⁷⁰ Figura 4, partilhada há pouco, duas páginas acima.

¹⁷¹ Programa que define a estratégia de um Estado para o cumprimento de objetivos de Defesa de um país.

política externa portuguesa foi precisamente o mar, evidenciando a influência direta do oceano e da opção Atlântica nas orientações políticas portuguesas ao longo do tempo;

No que concerne à **2.^a questão-orientadora** – “Como se caracterizou a governação portuguesa em relação ao mar, desde 1974?” –, pretendeu-se mostrar aos alunos que, com a Revolução de Abril, não se terá dado só uma mudança de regime político, mas também uma alteração de orientação estratégica, em que o mar saiu por completo das opções políticas do país em proveito de um ‘mergulho’ na euforia europeia. Quanto às estratégias de aprendizagem deste momento:

- Iniciámo-lo com a leitura, análise e consequente problematização de um texto de Mário Soares e outro do atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), que demonstravam uma política de envolvimento total do país no projeto europeu e, por consequência, um desprezo absoluto dos assuntos do mar para o país;
- Neste sentido, os alunos foram abordados com o intuito de fomentar a reflexão sobre as consequências do afastamento do mar no pensamento estratégico e político nacional, até, sensivelmente, 1997, altura em que Portugal ratificou a CNUDM e, um ano depois, celebrou o mar e a cultura marítima, mas também a ciência, tecnologia e inovação marítimas através da Expo 98. A partir daqui, o mar recomeçou a ser pensado estrategicamente, até que, a partir de 2004, o mar reentra definitivamente nas opções políticas, iniciando-se o atual período de renascimento marítimo nacional.

Relativamente à **3.^a questão-orientadora** – “Em que medida é que a Soberania marítima nacional poderá mudar?” –, pretendíamos abordar o processo de extensão da plataforma continental portuguesa para além das 200 milhas náuticas, e as repercussões que, a concretizar-se, trará em termos geográficos e económicos. Com efeito, procedemos às seguintes *estratégias de aprendizagem*:

- Iniciámos o momento com o visionamento de uma notícia do telejornal da RTP sobre o lançamento do mapa “Portugal é mar”¹⁷², em 2014, com a inclusão do novo território requerido por Portugal às Nações Unidas;

¹⁷² (RTP, 2014).

- De seguida, procedeu-se à análise, em conjunto, de um mapa geofísico sobre a delimitação do espaço marítimo e das suas diferentes jurisdições e soberania, evidenciando as diferenças (em termos de direitos de exclusividade e soberania) entre a Plataforma Continental (PC) e a Zona Económica Exclusiva (ZEE);
- Problematisámos esta matéria, usando analogias e perguntas como: ‘A extensão da Plataforma Continental será a *nova chegada à Índia*. Porquê?’, com o intuito de fazer com que os alunos refletissem sobre a real importância deste projeto – que não será uma mera cedência de milhares de Km², mas sim de 2 000 000 de km², o que pode acarretar uma ‘revolução’ para o país, em termos económicos, científicos e tecnológicos –, e ao mesmo tempo, apelar à analogia entre este processo e as motivações inerentes à época de expansão marítima portuguesa do século XV;
- Com o intuito de demonstrar a dimensão real do projeto, analisámos dois mapas da EMEPC sobre a nova jurisdição marítima requerida por Portugal às Nações Unidas, com o intuito de elucidar os alunos sobre o alargamento da soberania portuguesa e a real dimensão desse alargamento, para, sensivelmente, o dobro;

Por fim, relativamente às *estratégias de aprendizagem* da **4.ª questão-orientadora** – “Qual o potencial que a Economia do mar poderá trazer a Portugal?” – pretendeu-se elucidar os alunos sobre o peso, cada vez maior, que a Economia do mar está a adquirir na economia nacional. Com efeito, iniciámos as estratégias de aprendizagem deste momento com:

- O visionamento de um excerto do documentário: “Regresso ao mar, a Economia do mar”¹⁷³, com a participação de Tiago Pitta e Cunha, com o intuito de introduzirmos os alunos na temática económica, evidenciando o potencial financeiro dos setores marítimos, tantas vezes desprezados.
- De seguida, iniciámos uma problematização/debate sobre a prospeção, presença e rentabilização dos recursos dos fundos marinhos – nomeadamente os minerais, energéticos e biogénicos –, perguntando e mostrando como está atualmente a situação no nosso país, relativamente à dotação de hidrocarbonetos, minerais e recursos biogénicos nos fundos oceânicos portugueses, bem como a inerente

¹⁷³ (Fórum Oceano, 2016).

evolução da ciência e tecnologia de ponta, necessários para prospetar os citados recursos;

- Neste sentido, visionaram-se dois pequenos vídeos, realizados pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)¹⁷⁴, com o intuito de elucidar as prospeções desta entidade, criada em 2005, em Conselho de Ministros, sobre o tesouro dos fundos dos mares, das chaminés hidrotermais e dos recursos minerais aí depositados, bem como sobre o próprio tipo de tecnologia que Portugal está atualmente a desenvolver para fundamentar a proposta de extensão da Plataforma Continental portuguesa à ONU e possibilitar a prospeção dos fundos marinhos e da biodiversidade neles existente;
- O momento seguinte consistiu num diálogo e problematização sobre a aquacultura, o comércio marítimo e a Economia do mar, com questões e problemáticas lançadas como: estagnação da pesca VS oportunidade para a aquacultura; quotas pesqueiras da EU VS necessidades alimentares piscícolas de Portugal (terceiras maiores do mundo *per capita*); baixos custos do transporte marítimo VS rodoviário e aéreo; a restituição das relações de Portugal com o mundo lusófono VS passado colonial; baixa representação da economia do mar portuguesa VS peso fundamental da economia do mar espanhola.
- O último tópico foi a criação de Áreas Marítimas Protegidas (AMP), para que os alunos entendessem que, inerentemente ao uso económico que o país está a começar a dar ao elemento marítimo, é da sua obrigação proteger os ecossistemas que tem a seu encargo. Por isto, procedeu-se à leitura e análise, em conjunto, do artigo 184.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) da ONU¹⁷⁵, com o intuito de responder à problematização lançada pelo Professor sobre as AMPs;
- No mesmo sentido, seguiu-se a leitura de uma notícia do jornal *Público*¹⁷⁶ sobre a criação de uma nova AMP portuguesa ao largo dos Açores, que equivale, em território, ao tamanho de 1.5 Portugal. O objetivo foi fazer com que os alunos refletissem sobre as grandes dimensões destas áreas, criadas para assegurar a manutenção da biodiversidade;

¹⁷⁴ (República portuguesa - Mar, 2021).

¹⁷⁵ (CNUDM, 2021).

¹⁷⁶ (Márcio Berenguer, 2019).

- Finalizámos a aula com uma reflexão e debate sobre um esquema realizado pelo Professor¹⁷⁷, em que foi estabelecido o paralelismo entre variáveis ocorridas na era dos descobrimentos e a atualidade, sob o mote: “Estaremos na presença de uma nova era de expansão marítima?”. Em jeito de *quizz*, mais uma vez, fomos tecendo analogias, acontecimentos e processos históricos da expansão marítima portuguesa do século XV com os acontecimentos e processos da expansão oceânica atual. O intuito passava por levar os alunos a constatar que as circunstâncias são análogas, sendo que, se no século XV Portugal partiu para os descobrimentos emersos, desta vez, cerca de 500 anos volvidos, Portugal parte novamente para os descobrimentos, os submersos, estabelecendo a ponte entre o passado e o futuro.

Em suma, para a consecução desta aula, optámos por vídeos realizados por entidades creditadas, por conteúdos científicos, e pelo prévio conhecimento dos temas resultantes de um outro processo de investigação. Utilizámos, claramente, a estratégia da *problematização constante* na leção dos conteúdos propostos, com muitas questões de reflexão e espírito crítico e *brainstormings* porque entendemos que seria a melhor forma de cativar a atenção e o interesse dos alunos, e fazer com que, através da reflexão e do pensamento crítico, construíssem uma noção de que o mar possui várias valências, devendo ser trabalhado sob diferentes perspetivas, e que todas elas são de fulcral importância para o país – *Consciência marítima*.

4.2.3. – Aplicação do questionário posterior à aula

O questionário posterior à aula foi aplicado cerca de um mês depois da aula subordinada ao tema ‘Importância estratégica do mar para Portugal’, uma vez que não era nosso intuito abordar os alunos ainda com a ‘matéria fresca’ e influência direta do cariz

¹⁷⁷ O esquema pode ser consultado no anexo 4 do presente trabalho.

da aula. Com efeito, aguardámos cerca de quatro semanas até lhes colocarmos o questionário, para que os alunos não tivessem essa influência tão presente, esperando encontrar uma consciência mais madura e construtiva.

Desta vez, para o preenchimento do questionário, houve ligeiras mudanças. Mantivemos o formato dos questionários, na plataforma *Google Forms*, à semelhança do 1.º questionário, por ser bastante intuitivo, de fácil adesão e preenchimento em qualquer altura, com comodidade. Não obstante, devido ao escasso número de respostas que obtivemos no primeiro inquérito, decidimos aplicar o segundo questionário *em aula*. Tomámos esta decisão por receio de que a adesão dos alunos pudesse ser menor, visto que o questionário foi aplicado no final do mês de maio e, nessa altura, devido ao bom clima, ao período de avaliações finais, às previsíveis férias, assim como outros fatores externos, era notório o elevado nível de ansiedade e desatenção por parte dos alunos, pelo que sentimos que não obteríamos uma grande afluência caso mantivéssemos o preenchimento do questionário em regime livre, como sucedeu com o anterior – em que demos aos alunos a liberdade de preencherem em casa, durante o fim de semana. Com efeito, e como expectável, o preenchimento deste segundo questionário (posterior à aula) teve uma adesão ligeiramente maior – 48 respostas – do que o primeiro – 37 respostas.

Ainda assim, decidimos manter o anonimato para que os alunos não se sentissem influenciados ou pressionados, de nenhuma forma, a darem as respostas que fossem ao encontro das ideias do Professor. Com esta não-identificação dos alunos, pretendeu-se manter a imparcialidade, transparência e liberdade total de respostas aos alunos – uma vez que eles sabiam, de antemão, que não estavam a ser identificados, e que, por isso, não podiam ser repreendidos por darem as respostas que quisessem, ou até mesmo não-respostas.

Relembra-se que o objetivo destes questionários era recolher a reflexão e respostas de qualidade, sem qualquer tipo de pressão, e não um grande número de respostas em consonância com as ideias do Professor.

Com efeito, na **primeira questão** de escolha múltipla, perguntámos aos alunos como caracterizavam o tema da aula. Queríamos saber o nível de relevância, ou falta dela, em relação ao tema, respondendo se o consideravam interessante, importante ou desinteressante. Os resultados podem ser visualizados abaixo.

1 - Como caracteriza o tema da aula?

48 respostas

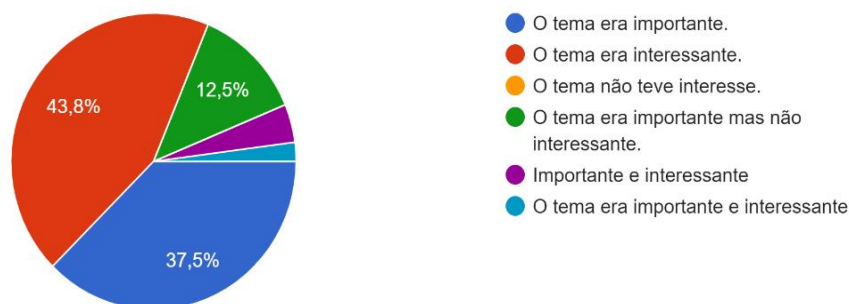


Gráfico 15 – Respostas ao grupo I – 2.º questionário

O tema era importante – 18

O tema era interessante – 21

O tema não teve interesse – 0

O tema era importante, mas não interessante – 6

O tema era importante e interessante – 3

Cerca de metade dos inquiridos, ou seja, 43.8% – 21 respostas – no mesmo sentido, considerou o tema interessante. Relativamente à importância do tema, cerca de 37.5% dos inquiridos – 18 alunos – responderam afirmativamente. Outros seis alunos, o que equivale a 12.5% dos inquiridos, responderam que o tema era importante embora não interessante, e cerca de 6.3%, ou seja, três alunos, responderam que o tema era interessante e interessante.

Curiosamente, apesar de os alunos saberem que não havia qualquer tipo de pressão ou sanções, devido à não-identificação dos alunos, ninguém terá respondido que o tema era desinteressante ou não importante, o que nos leva a crer que foram sinceros, retirando, assim, as ilações de que *ninguém desconsiderou o tema da aula*, pelo contrário, *todos os alunos consideraram o mar como um tema interessante e/ou importante*.

Na **segunda questão**, pretendíamos saber se os alunos pensam ser importante abordar mais os assuntos do mar na escola, como um todo, o que atualmente, como já vimos no capítulo das Aprendizagens Essenciais, ainda não acontece.

2 - Consideras que é importante que os 'assuntos do mar' sejam mais abordados na escola?

48 respostas

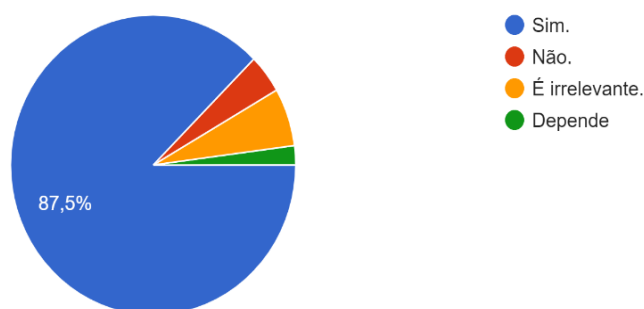


Gráfico 16 – Respostas ao grupo II – 2.º questionário

Sim – 42

Não – 2

É irrelevante – 3

Depende – 1

Constatou-se que a esmagadora *maioria dos alunos* considera que os assuntos do mar devem ser mais abordados na escola, com uma representatividade de 87.5% – um total de 42 respostas numa amostra de 48 alunos. Só dois alunos (4.2%) responderam não ver necessidade de o mar ser mais abordado na escola, enquanto outros três (6.3%) consideraram ser irrelevante. Para além disto, houve mais um aluno (2.1%) que respondeu depender do assunto relacionado com o mar.

Na **terceira questão** colocada, quisemos saber qual é que foi a área dos assuntos mar – lecionada na aula – que os alunos consideraram mais importante e interessante.

3 – Em relação à aula, o que consideras ter sido mais importante/interessante?

48 respostas

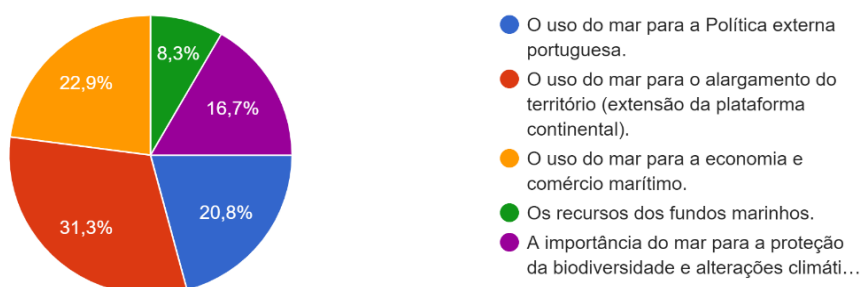


Gráfico 17 – Respostas ao grupo III – 2.º questionário

<i>O uso do mar para a Política externa portuguesa</i>	10
<i>O uso do mar no alargamento do território (extensão da plataforma continental)</i>	15
<i>O uso do mar para a economia e comércio marítimo</i>	11
<i>Os recursos dos fundos marinhos</i>	4
<i>A importância do mar para a proteção da biodiversidade e alterações climáticas</i>	8

Constatámos que a maior parte dos inquiridos – 15 alunos (31.3%) – considerou o projeto de alargamento da soberania marítima nacional – representado pela extensão da Plataforma Continental – como o mais relevante e interessante. De seguida, cerca de 22.9% dos inquiridos – 11 alunos – responderam ser o uso do mar para a Economia e comércio marítimo. Quase empatados estiveram os alunos que consideraram o uso do mar para a política externa portuguesa, com um total de 10 respostas, o que equivale a cerca de 20.8% das respostas. Cerca de 16.7% – 8 alunos – responderam, como mais relevante, a importância da proteção dos ecossistemas marinhos, sendo que, no final da lista de respostas, quatro alunos – perfazendo um total de 8.3% – responderam os recursos dos fundos marinhos como o mais relevante tema lecionado.

Quanto à **quarta questão**, optámos por elaborá-la de forma a obtermos uma resposta aberta, de cunho pessoal e reflexivo, aproveitando para aferir as diferentes perspetivas e sentimentos que cada aluno nutre em relação ao elemento marítimo. Criámos diferentes variáveis de análise para classificarmos os diferentes cunhos de resposta dos alunos. Neste sentido, perguntámos aos alunos se “conseguiriam imaginar-se a viver num país sem mar”, mediante a justificação da respetiva resposta.

Aferimos que, num universo de 48 pessoas, só 5 alunos responderam que conseguiriam viver num país sem mar¹⁷⁸. Ou seja, quase todos – 43 alunos – responderam não conseguir imaginar-se a viver num país sem mar. Perante a justificação das razões alegadas pela maioria dos alunos para não conseguirem viver num país sem mar, apresentamos o gráfico abaixo:

¹⁷⁸ Dois dos alunos que responderam *sim*, fizeram-no porque já viveram num país sem mar. Só um aluno/aluna respondeu que, efetivamente, não gosta do mar.

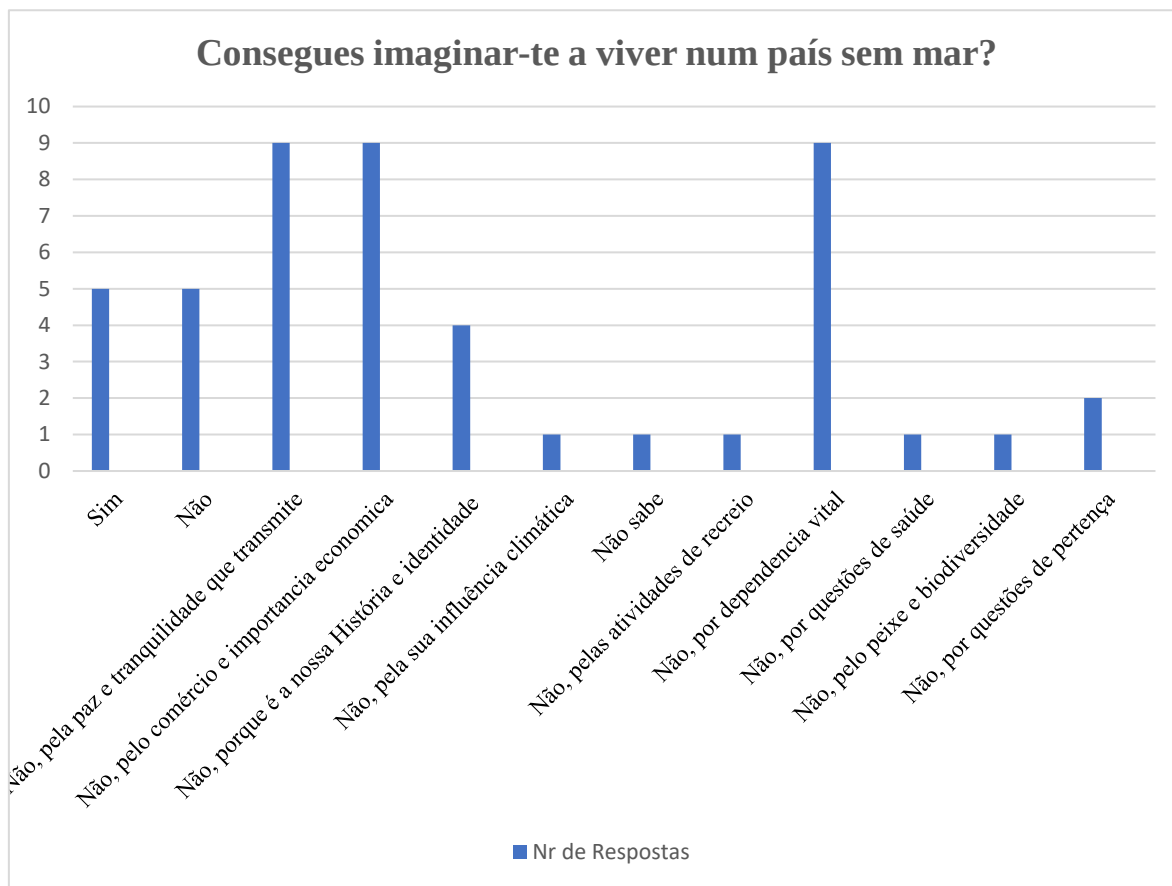


Gráfico 18 – Respostas ao grupo IV – 2.º questionário

Constatámos que cerca de 10% dos inquiridos – 5 pessoas – como já foi referido, responderam afirmativamente à questão. Igual número de alunos – 5 – respondeu, simplesmente, que não o conseguiria fazer, sem, no entanto, justificar a respetiva resposta.

Cerca de 19% – 9 alunos – respondeu não ser possível, devido às sensações de *paz, tranquilidade e inspiração* que o mar lhes transmite, como ilustra a seguinte frase retirada da resposta 13 do questionário:

- “Não conseguiria viver, principalmente no verão, porque quando estou no mar fico tranquilo e relaxado... e o som do mar acalma”.

Igual e curiosa percentagem – 19% – patenteou os 9 alunos que responderam não ser possível, por questões relacionadas com o comércio e atividades económicas, tal como elucidam as respostas 24 e 22, respetivamente:

- “Não porque é muito importante para o comércio e para relaxarmos na praia”;

- “Não, pois é algo que eu gosto e que esconde muitos segredos, para além da importância nas importações e exportações”.

Admirável foi constatar a justificação de cariz patriótico, histórico e identitário, por parte de quatro alunos – 8% –, que alegaram ser impossível, para eles, viver num país sem mar, como ilustram as respostas 25 e 45:

- “a alegria do povo português, o mar e as suas origens. Como eu sou fiel ao meu país e amo o português, não conseguia viver sem mar”.
- “não, porque se o país não tivesse mar a história provavelmente era completamente diferente, e eu não consigo imaginar outra história sobre Portugal”.

Um outro aluno respondeu não ser capaz de se imaginar a viver num país sem mar, pelo impacto direto do elemento marítimo no clima do país, sendo que um outro não soube responder à pergunta.

Igual número – uma resposta – patenteia a opinião de que não conseguiria viver num país sem mar, em virtude da necessidade que sente em praticar atividades de recreio que só o mar permite.

Uma das respostas com maior representatividade – 19% –, ou seja, 9 alunos, teve que ver com uma dependência *vital* sentida em relação ao mar. Transcrevem-se as frases perentórias dos alunos 1 e 28 que responderam ao questionário:

- “Não, porque eu não consigo viver sem o mar”;
- “Não, porque o mar é importante para quase tudo da nossa vida”.

No mesmo sentido, o aluno 32 alegou razões do foro da saúde para não se imaginar num país sem mar:

- “Não, porque o mar é muito importante para nós e para a nossa saúde”.

Relativamente às razões do foro piscícola e da biodiversidade, as mesmas terão sido evocadas pelo aluno 40 a responder ao questionário:

- “Não, porque os peixes são uma parte das maravilhas do mar e sem eles o mar não seria tão magnético como é”.

Por fim, destacamos também o sentimento de pertença, aliás, de posse, realçado por parte de dois alunos – 10 e 37 –, que justificaram da seguinte forma:

- “Não, pois o oceano Atlântico é de Portugal na maioria”;
- “Não, pois iríamos perder um grande recurso que nós possuímos”.

Em suma, destacamos a relação interdependente entre os portugueses e o mar, desde tenra idade, nos mais variados sentidos. Consideramos fascinante que estes alunos, com apenas 15 anos, já possuam ideias de pertença e de posse do oceano, destacando o valor do mar para a própria identidade do povo a que pertencem, e que não se mostrem disponíveis para dela abdicarem. Esta questão revelou-se mais pertinente do que pensávamos, primeiro por ter evidenciando uma grande amplitude no âmbito das respostas, mas também por ter mostrado que o mar é para eles mais do que, simplesmente, água salgada e atividades de férias. Relembramos que cerca de 19% dos alunos responderam não conseguir viver sem mar por, realmente, *precisarem dele*, até por questões de *saúde*. Estes alunos demonstram *sentir o mar*, principalmente pela sensação de paz e tranquilidade, mas, mais do isso, são já capazes de *pensar o mar*, através de diferentes perspetivas, destacando a associação a várias componentes, entre elas a vertente histórica e identitária, a vertente económica, a vertente estratégica e a vertente da proteção dos ecossistemas, o que nos deixa plenamente satisfeitos por constatarmos que a aula que planeámos sobre o mar e as suas diferentes valências terá surtido o efeito desejado, mesmo tendo questionado os alunos cerca de um mês depois da referida lecionação.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, tentámos contribuir para uma maior divulgação, percepção, compreensão e formulação de pensamento estratégico sobre o mar nas suas mais variadas valências, de uma forma inclusiva e transversal, conforme as diretrizes da atual Estratégia Nacional para o Mar e da Direção Geral de Política do Mar. O intuito foi coadunar a nosso trabalho de investigação e de estágio com o mote de “sensibilização e mobilização da sociedade para a importância do mar”¹⁷⁹. Para isso, tentámos fomentar a consciência marítima para que, no futuro, a sociedade portuguesa possa continuar a compreender, rentabilizar, desenvolver e proteger o mar/oceano. Por isso é tão importante que o mar esteja presente no currículo nacional, bem como proceder a uma literacia oceânica capaz de desenvolver estes valores e responsabilidade nos alunos, que, por sua vez, representarão a ideia do Portugal de amanhã.

Como vimos neste trabalho, a assunção do mar como prioridade ou ‘Desígnio Nacional’ é já galvanizada pela classe política e estratégica desde 2004, altura em que começou a ser notório um grande esforço nacional para repor o mar na agenda governativa, com o estabelecimento de metas de revigoração económico dos setores marítimos, a criação de novos instrumentos e políticas públicas como as ENMs, e a tradução e mobilização dos assuntos do mar na sociedade civil, através de iniciativas de comunicação, educação e literacia oceânica. Hoje, as entidades e os instrumentos pedagógicos dificilmente podiam ser mais claros: “a abordagem deve iniciar-se no primeiro ciclo do ensino básico, a partir dos conhecimentos já previstos nas Aprendizagens Essenciais sobre esta temática e desenvolver-se ao longo da escolaridade obrigatória”¹⁸⁰.

Com efeito, eis que é chegado o momento de responder à questão-orientadora proposta na introdução do presente estudo: *De que forma é que a educação tem promovido a consciência marítima nos alunos?*

Para respondermos a esta questão, encetámos uma análise da relevância do mar/oceano nos principais instrumentos pedagógicos relativos às disciplinas cujos conteúdos são passíveis de se articular com a temática abordada, as Aprendizagens Essenciais

¹⁷⁹ (Direção-Geral de Política do Mar, 2017).

¹⁸⁰ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 43).

– estes que são os documentos emitidos pela Direção Geral de Educação, em 2018, e que expressam as principais metas e competências a desenvolver nos alunos. Nelas procurámos aferir o nível de consciência marítima e a consequente inclusão e transversalidade do mar na educação, tendo-se chegado a algumas conclusões interessantes.

Em primeiro lugar, constatámos que a *consciência marítima* – instada pela atual ENM e verificada nas Aprendizagens Essenciais – *tem sido promovida pela educação*, nomeadamente no ensino obrigatório, o que nos permite afirmar que o mar como Desígnio Nacional já não é uma mera conceção retórica, mas sim, e cada vez mais, uma realidade. É já possível encontrar o oceano como objeto de estudo analítico, subordinado a diferentes componentes e perspetivas, que vão desde a ecologia à economia, da estratégia à cultura histórica, da geofísica à proteção dos ecossistemas. Encontramos, a título de exemplo, competências presentes nas AE de História que dizem respeito à relação entre o uso do mar e a estratégia, a economia e a cultura histórica. No mesmo sentido, não será difícil encontrarmos competências nas AE de Geografia que correlacionem o uso do mar com a economia, a ecologia, a proteção dos ecossistemas, a prospeção dos fundos oceânicos ou a geopolítica e a geoestratégia.

No que toca aos *assuntos do mar mais e menos abordados* nos diferentes ciclos escolares, é de realçar uma prevalência de temas correlacionados com a economia do mar e da geofísica – principalmente durante o ensino secundário – sobre todas as outras abordagens, pese embora a ecologia e a estratégia – maioritariamente abordadas no ensino básico – também assumam um considerável peso nas AE. De todas as componentes, a análise do mar sob o ponto de vista da cultura histórica – principalmente desenvolvida nos primeiros anos escolares – terá sido a constatação menos aferida, tendo em conta a totalidade dos ciclos escolares, uma vez que vai perdendo peso nas competências a desenvolver nos alunos à medida em que estes vão progredindo no respetivo percurso académico, evoluindo, por conseguinte, para outras problemáticas históricas não relacionadas, direta ou indiretamente, com o oceano.

Constatou-se que a *abordagem inclusiva e transversal do mar* a todas as áreas e disciplinas – como consignado pela atual ENM – ainda *não se verifica*. Pelo contrário, todas as competências inerentes ao desenvolvimento da consciência marítima nos alunos estão concentradas nas disciplinas de Estudo do Meio – durante o primeiro ciclo do ensino básico –, História e Geografia, como disciplina agregada – durante o segundo ciclo –, e em História e Geografia, como disciplinas independentes, a partir do terceiro ciclo e até

ao final do ensino obrigatório. Com efeito, este facto acaba por *contrariar a transversalidade* proposta pela Direção Geral de Política do Mar (DGPM), que não se verifica, *ainda*, nos instrumentos da autoria da Direção Geral de Educação (DGE). De igual modo se deve também assinalar que a *abordagem inclusiva* aos assuntos do mar no ensino obrigatório, proposta pela mesma entidade, também *não pode ser por nós corroborada*, uma vez que à entrada dos alunos do ensino secundário, as únicas disciplinas que abordam estes temas – História A e Geografia A – não são acessíveis a quem não for estudante do curso de Línguas e Humanidades. Assim, constata-se que a maior parte dos alunos do ensino secundário – altura em que a consciência marítima é trabalhada com maior afincio pelas Aprendizagens Essenciais – não terá hipótese de contactar com os conteúdos abordados. Com efeito, como já afirmado neste trabalho, os alunos do curso de Ciências e Tecnologias perderão, inevitavelmente, todos os conteúdos subordinados à disciplina de Geografia A. Idêntico fado têm os alunos do curso de Ciências Económicas, cuja opção académica implicará a exclusão dos conteúdos que concernem à cultura histórica, subordinados à disciplina de História A. Pior caso é o dos alunos que tiverem escolhido o curso de Artes Visuais que, pela respetiva escolha, veem-se privados de ambas as disciplinas, tanto História A, como Geografia A. Ou seja, a maior parte dos alunos do ensino secundário não contactará com qualquer tipo de literacia oceânica na adolescência – da forma como os assuntos do mar estão distribuídos pelas disciplinas e respetivas AE –, pelo que se conclui que a abordagem inclusiva e transversal dos assuntos do mar ao ensino obrigatório, segundo as AE, ainda não é uma realidade.

Em relação à *opinião dos alunos* em relação ao elemento marítimo, constatámos, neste trabalho, que *os alunos assumem um elevado grau de dependência em relação ao mar*, associando-o a emoções empáticas como a felicidade, a paz interior, a tranquilidade e a inspiração, sendo, igualmente, capazes de lhe associar a soberania do país ao longo do tempo. De igual modo, podemos afirmar que *nenhum aluno* abordado *desconsiderou a importância estratégica que o oceano encerra*, atualmente, para uma ‘Nação predominantemente marítima’ como *Portugal*, tendo sido unânimes no que toca às respostas neste sentido. A maior parte dos alunos valorizou o tema da *aula*, tendo-o classificado como *muito importante e interessante*. No âmbito dos assuntos do mar que comportam uma maior importância para o país, a maior parte dos inquiridos considerou o *alargamento da Soberania Nacional* – representado pelo projeto de extensão da plataforma continental portuguesa para além das 200 milhas náuticas –, bem como a *mais-valia marítima* no

âmbito do *engrandecimento da economia portuguesa* e o *valor do mar para política externa portuguesa*, como os temas abordados que foram mais *interessantes e importantes*.

Aferiu-se, de igual modo, que *a larga maioria dos alunos – 95% – não consegue imaginar-se a viver num país com características geofísicas e geoestratégicas diferentes das que patenteiam Portugal, ou seja, num país sem costa marítima*. Mais do que isso, revelam possuir ideias de *pertença Nacional Atlântica*, correlacionando o mar/oceano à própria *identidade do povo*, não se mostrando disponíveis para dela abdicarem, chegando mesmo a afirmar que precisam deste elemento de uma forma *omnipresente* nas suas vidas, até mesmo por questões de *saúde*, ilustrando, assim, que o silogismo ‘*Portugal é mar*’ está presente na sociedade portuguesa desde tenra idade. É de relevar também que *a esmagadora maioria dos alunos* abordados considera que *os assuntos do mar devem ser mais abordados na escola*, dada a importância que exerce para o país que habitam, mas também o nível de interesse que comporta, quando estudado e aprofundado sob diferentes perspetivas. Posto isto, chegamos à conclusão que os alunos não só já sentem, como *precisam e pensam o mar, através de diferentes perspetivas*, elucidando *consideráveis níveis de consciência marítima*.

No entanto, reiteramos que as duas turmas abordadas pertencem ao curso de Línguas e Humanidades, o que quer dizer que todos os alunos inquiridos continuam a ter os conteúdos inerentes às disciplinas de História A e Geografia A bem presentes no seu percurso académico, daí apresentarem uma considerável consciência marítima. Neste sentido, *há ainda muito a fazer para que a consciência marítima e a literacia oceânica cheguem, efetivamente, a todos os alunos*, consumando a abordagem inclusiva e transversal proposta pela Direção Geral de Política de Mar. Para já, fica a ideia de que falta uma maior articulação e comunicação entre esta entidade – a DGPM – e a Direção Geral de Educação, o que poderá, não obstante, ainda vir a acontecer num futuro próximo – tendo em conta que as considerações da DGPM, previstas na atual ENM, terão sido publicadas em 2021.

Refletindo sobre *o que poderá ser feito, num futuro a curto prazo, para mitigar o atual problema da falta de transversalidade e inclusão dos assuntos do mar no ensino obrigatório*, a solução poderá passar pela *atualização das Aprendizagens Essenciais* subordinadas às diferentes disciplinas lecionadas nos cursos científico-humanísticos, para já, existentes. Alerta-se, porém, que para isso, terá de ser tida em conta uma cuidadosa análise aos planos curriculares inerentes aos diferentes cursos e às respetivas formações

geral, específica e facultativa, de modo a dar ao aluno, pelo menos, a oportunidade de escolher. Ainda a este respeito, constatou-se, com alguma desilusão, que as *Aprendizagens Essenciais* subordinadas às disciplinas de *Economia A*, *Ciência política e Cidadania e Desenvolvimento*, *nada dizem a respeito da inclusão do mar* no programa a desenvolver. Não existem, nestes documentos, competências a desenvolver de nenhum foro, o que nos parece traduzir alguma falta de visão estratégica. Sendo bastante específicos – e indo um pouco para além das nossas competências neste trabalho¹⁸¹ –, não podemos deixar de assinalar alguns pontos passíveis de revisão:

- O estudo agregado da Economia do mar, bem como a organização das atividades marítimas em *Cluster* e *Hypercluster*¹⁸², poderiam facilmente ser incluídas nas AE da disciplina de *Economia A*.
- A inclusão do estudo da Política Marítima Integrada (PMI) europeia, e a sua coadunação, em termos de governação, com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), poderia igualmente estar presente nas AE da disciplina de *Ciência Política*.

Aproveitando este momento – no sentido de mitigar o problema da ausência de uma abordagem inclusiva e transversal do mar/oceano no ensino Secundário – a solução mais lógica e exequível terá de passar, *indubitavelmente*, pela *inclusão do mar nas AE da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento*. Aliás, a própria Estratégia Nacional para o Mar dá a entender isso mesmo, ao mencionar – ainda que de forma tímida – esta disciplina como um “espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens transversais e interdisciplinares”¹⁸³. Com efeito, a revisão/atualização das Aprendizagens Essenciais de *Cidadania e Desenvolvimento* – de forma a incluírem o mar – é a solução mais adequada, lógica e exequível para fazer com que a literacia oceânica e a consciência marítima consigam, efetivamente, chegar a todos os alunos – tendo em conta que ela acompanha todo o percurso escolar dos alunos, desde o Ensino Básico ao Secundário –, aspeto articulável com o próprio enquadramento presente nas AE da disciplina, em que estas referem refletir sobre “a relação entre o indivíduo e o mundo que a rodeia”. Com efeito,

¹⁸¹ Embora suportados em conhecimento desenvolvido em trabalhos anteriores que nos permite tecer este tipo de ilações.

¹⁸² De forma a levar em conta as importantes considerações do relatório da SaeR – “O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa” (SaeR, 2009).

¹⁸³ (República Portuguesa, ENM 2030, 2021, p. 43).

propomos a atualização das AE de *Cidadania e Desenvolvimento*, e que deve ser acompanhada por uma cuidadosa seleção do corpo docente para o efeito, sendo esta uma responsabilidade da Direção Geral de Educação. Só assim se conseguirá fazer cumprir as consignações previstas pela DGPM, e ver a consciência e a literacia oceânica chegarem a todos, de forma inclusiva e transversal, criando uma sociedade que se querará, sempre, mais informada, mais consciente, reflexiva e responsável.

Bibliografia

- Albuquerque, L. d. (1986). *Introdução à História dos Descobrimentos portugueses*, 3ª Edição. Mem Martins: Europa-América Lda.
- Asiamah, M. A. (2018). *Investigating the issue of maritime domain awareness: the case*. (T. m. university, Ed.)
- Barriga, F. (2012). *Mar português, conhecimento, valorização, por ocasião do dia nacional do mar*. Faro: Universidade do Algarve.
- Bessa, A. M. (2008). *Uma visão estratégica do mar na Geopolítica do* . Lisboa: Edições culturais da Marinha.
- Blue school. (março de 2021). *Construir consciência marítima é um imperativo nacional* . Obtido de <http://www.forumblueschool.org/consciencia-maritima/construir-consciencia-maritima-exigencia-de-acao-imediata>
- Boraz, S. C. (2009). *Maritime Domain Awareness: Myths and Realities*. (N. W. College, Ed.)
- Carvalho, V. d. (1987). *Cumprir agora Portugal, uma proposta para uma grande estratégia nacional*. Lisboa: Difel difusão editorial.
- Carvalho, V. d. (1995). Bertrand.
- CNUDM. (2021). *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. Obtido de [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623\(01\)&from=EL](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623(01)&from=EL)
- Comissão Estratégia dos Oceanos. (2004). *Relatório da Comissão Estratégia dos Oceanos, parte I*.
- Correia, L. (2017). *Os navios do “Despacho 100”*. Obtido de <https://revistademarinha.com/os-navios-do-despacho-100/>
- Costa, R. e. (2020). IPRI, Ed. *Literacia do Oceano: Dos Princípios à Década da Ciência do Oceano*(62), p. 5. Obtido de http://www.ipri.pt/images/publicacoes/working_paper/2020_WP/Working_Paper_IPRI-NOVA_62_2020.pdf
- Crespo, V. (s.d.). *A identidade Nacional e o mar*. Obtido de http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=193
- Cristas, A. (2014). *Ambição é sermos cada vez mais, de novo, uma nação marítima. Economia do minuto*. Obtido de <https://www.noticiasao minuto.com/economia/198240/ambicao-e-sermos-cada-vez-mais-de-novo-uma-nacao-maritima>
- Cruz, J. (2002). *O mundo marítimo português na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Edições culturais da Marinha.
- Cunha, T. P. (2011). *Portugal e o mar, à redescoberta da geografia*. Lisboa: Ensaios Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Biologia e Geologia, 10.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Biologia e Geologia, 11.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Cidadania e desenvolvimento, ensino básico e secundário*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Ciência Política, 12.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Ciências naturais, 7.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Ciências naturais, 8.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Ciências naturais, 9.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Economia A, 10.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Economia A, 11.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Economia C, 12.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação física, 1.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação física, 2.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação física, 3.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação física, 4.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação Moral e Religiosa Católica, 1.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação Moral e Religiosa Católica, 2.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação Moral e Religiosa Católica, 3.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Educação Moral e Religiosa Católica, 4.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Estudo do meio, 1.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Estudo do meio, 2.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Estudo do meio, 3.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Estudo do meio, 4.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Geografia A, 10.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Geografia A, 11.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Geografia C, 12.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Geografia, 7.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Geografia, 8.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Geografia, 9.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História A, 10.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História A, 11.º ano*.

Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História A, 12.º ano*.

- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História B, 10.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História B, 11.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História e Geografia, 5.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História e Geografia, 6.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História, 7.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História, 8.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História, 9.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: História, culturas e democracia, 12.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Inglês, 3.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Inglês, 4.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Matemática, 1.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Matemática, 2.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Matemática, 3.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Matemática, 4.º ano*.
- Direção geral de educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Português, 1.º ano*.
- Direção geral de educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Português, 2.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Português, 3.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2018). *Aprendizagens essenciais: Português, 4.º ano*.
- Direção Geral de Educação. (2021). *Curso de Ciências e Tecnologia – Currículo Nacional*. Obtido de <http://www.dge.mec.pt/curso-de-ciencias-e-tecnologias-0>
- Escola Azul. (2021). *Kit do mar*. Obtido de <https://escolaazul.pt/recurso/kit-do-mar-fichas-2-ciclo-e-3-ciclo>
- Escola Secundária de Penafiel. (2018). *Projeto educativo 2018/2020*. Obtido de <http://www.espenafiel.org/Escola/Documentos.aspx>
- Escola Secundária de Penafiel. (2020). *Plano de contingência covid-19*.
- Euronews. (2013). *Japão de olhos postos nos hidratos de metano*. Obtido de https://www.youtube.com/watch?v=QyAuz2qrf10&ab_channel=euronews%28emportugu%C3%AAs%29
- EV Nautilus. (2017). *A Burst of Deep Sea Fireworks: A Rare Jellyfish Filmed by the E/V Nautilus*. Obtido de https://www.youtube.com/watch?v=9D0eyl7-XQA&ab_channel=EVNautilus
- Fórum Oceano. (2016). *Regresso ao mar. Ep 1 – A Economia do mar*. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=d4boAYgeaMU&t=951s>
- Freire, R. (2011). *Política Externa: as relações internacionais em mudança*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- Gonçalves, E. R. (2015). *Portugal e o mar*. Universidade Católica portuguesa. Obtido de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19340/1/TFM%20-%20Portugal%20e%20o%20Mar.pdf>
- Governo de Portugal. (2004). *Programa do XVI Governo Constitucional*. Obtido de <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464054/GC16.pdf>
- Governo de Portugal. (2005). *Programa do XVII Governo constitucional*. Obtido de <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf>
- Governo de Portugal. (2009). *Programa do XVIII Governo constitucional*. Obtido de <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf>
- Governo de Portugal. (2011). *Programa do XIX Governo constitucional*. Obtido de https://www.historico.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf
- Governo de Portugal. (2015). *Programa do XX Governo constitucional*. Obtido de <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/18167052/20151106-programa-governo.pdf>
- Governo de Portugal. (2015). *Programa do XXI Governo de Portugal*. Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>
- INESCTEC. (2019). *INESC TEC e Marinha Portuguesa assinam protocolo de colaboração*. (INESCTEC, Ed.) Obtido de <https://www.inesctec.pt/pt/noticias/inesc-tec-e-marinha-portuguesa-assinam-protocolo-de-colaboracao#about>
- Lucília Galha. (2020). *Hospital de Penafiel: "Estamos a enganar as pessoas, não temos capacidade para as assistir"*. Sábado. Obtido de <https://www.sabado.pt/ciencia---saude/detalhe/hospital-de-penafiel-estamos-a-enganar-as-pessoas-nao-temos-capacidade-para-as-assistir>
- Márcio Berenguer. (2019). *Vai ser criada nos Açores reserva marinha com uma vez e meia o tamanho de Portugal*. Público. Obtido de <https://www.publico.pt/2019/02/28/ciencia/noticia/vai-criada-aco-reserva-marinha-meia-tamanho-portugal-1863789>
- Matias, N. V. (2010). *Políticas públicas do mar, para um novo conceito estratégico nacional*.
- Mendes, C. (2001). *Programa de História A, 10.º, 11.º e 12.º anos*. Ministério da Educação.
- Ministério das Finanças. (2021). *OE 2021*. Obtido de https://www.dgo.gov.pt/politicaorcamental/OrcamentodeEstado/2021/Proposta%20do%20Or%C3%A7amento/Documentos%20do%20OE/OE2021_Relatorio.pdf
- Ministério do Mar. (2019). *Literacia do Oceano*. Obtido de https://issuu.com/mm345/docs/05-literacia_1_pagina
- Mira, J. (2009). *Plataforma Continental: Portugal entregou hoje proposta para duplicar extensão na ONU*. Expresso. Obtido de <https://expresso.pt/feeds/lusa/lusaactualidade/plataforma-continental-portugal-entregou-hoje-proposta-para-duplicar-extensao-na-onu=f513892>
- Murargy, M. (2012). *CPLP é um mar de oportunidades*. Diário de Notícias. Obtido de <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/cplp-e-um-mar-de-oportunidades-2968368.html>

- Neves, J. (2013). *A Maritimidade portuguesa, do reavivar da consciência à oportunidade de desenvolvimento*. Lisboa: Edições culturais da Marinha.
- Notícias, S. (2021). *China é o primeiro país a extrair “gelo combustível” do fundo do mar*. Obtido de Sic Notícias: <https://sicnoticias.pt/mundo/2021-04-18-China-e-o-primeiro-pais-a-extrair-gelo-combustivel-do-fundo-do-mar-81268bf4>
- ONU. (1982). *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Obtido de https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf
- Público. (2009). *Portugal oficializa proposta de extensão da plataforma continental*. Obtido de <https://www.publico.pt/2009/05/11/sociedade/noticia/portugal-oficializa-proposta-de-extensao-da-plataforma-continental-1380002>
- República portuguesa – Mar. (junho de 2021). *Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental*. Obtido de <https://www.emepc.pt/>
- República Portuguesa, ENM 2030. (2021). *Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030*. Obtido de https://96594c97-1436-40ba-b257-d6d0d780b25f.filesusr.com/ugd/eb00d2_ce848ffd00a64187b1ed6ab54039656b.pdf
- Ricardo Nabais. (2015). *Tiago Pitta e Cunha: 'Enquanto não nos reencontrarmos com o mar ,não vamos dar certo'*. Sol. Obtido de <https://sol.sapo.pt/artigo/126447/tiago-pitta-e-cunha-enquanto-nao-nos-reencontrarmos-com-o-mar-nao-vamos-dar-certo>
- Rocha, H. (2009). *Contributos para uma caracterização da geopolítica marítima de Portugal*. Lisboa: Edições culturais da Marinha.
- RTP. (2014). *Novo mapa de Portugal*. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=6c4AyleHyZg>
- RTP. (2021). *Portugal é o pior país do mundo nas taxas de infeção e de mortalidade*. Obtido de https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-e-o-pior-pais-do-mundo-nas-taxas-de-infecao-e-de-mortalidade_v1291729
- Silva, C. (2010). *Discurso integral do Presidente da República*. Presidência da República. Obtido de <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=48296>
- Silva, J. (2012). *A Plataforma Continental Portuguesa, análise do processo de transformação do potencial estratégico em poder nacional*. Lisboa: Edições culturais da Marinha.
- Silva, S. (2021). *No ensino à distância, não basta ligar os computadores*. Público. Obtido de <https://www.publico.pt/2021/02/01/sociedade/noticia/ensino-distancia-nao-basta-ligar-computadores-1948641>
- Silveira, T. (2020). *Estratégia Nacional para o Mar prevê aumento de 30% do VAB até 2030*. Obtido de <https://www.vidaeconomica.pt/agrovida/estrategia-nacional-para-o-mar-preve-aumento-de-30-do-vab-ate-2030>
- Soares, M. (2001). *Português e europeu*. Lisboa: Temas e debates.
- Tavares, R. M. (2015). *O Atlântico como novo Desígnio Nacional, entre o discurso e a prática*. Paris: Nota-de-rodapé Edições.
- Teixeira, N. S. (2010). *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa*.

Teresa Firmino. (2014). *Mapa onde se mostra que 97% de Portugal é mar chega hoje às escolas. Público.* Obtido de <https://www.publico.pt/2014/04/02/ciencia/noticia/mapa-que-mostra-que-97-de-portugal-e-mar-chega-as-escolas-1630635>

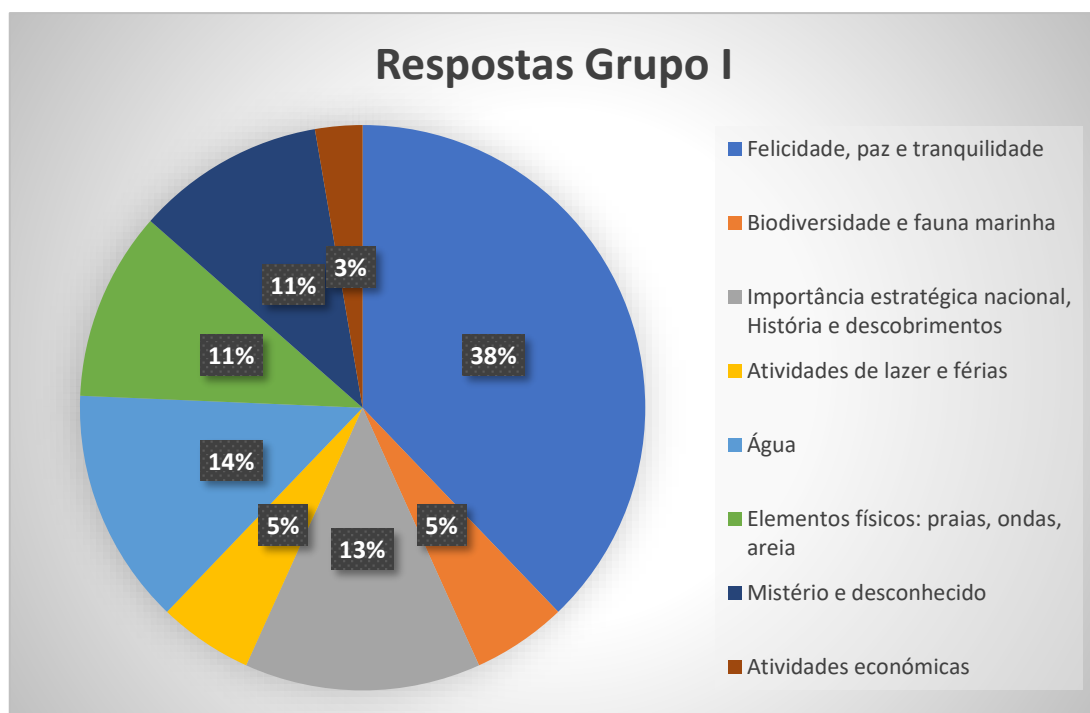
Anexos

Anexo 1 – Inquérito prévio

I - O que te vem à cabeça quando pensas no mar?

- 1 – Caminho para outros continentes e polos;
- 2 – Tranquilidade e barulho relaxante das ondas;
- 3 – Paz e liberdade;
- 4 – Tubarões;
- 5 – Descobrimientos;
- 6 – Diversão e tranquilidade
- 7 – Paz;
- 8 – Relaxamento e algum medo;
- 9 – Tranquilidade;
- 10 – As ondas fazem-me relaxar e o mar simboliza a paz;
- 11 – Alegria porque me faz lembrar as férias;
- 12 – Mar, ondas, areia e água;
- 13 – Descobrimientos;
- 14 – Oceano;
- 15 – Pesca, turismo, lazer e desporto;
- 16 – Água;
- 17 – Animais e descobrimientos;
- 18 – Praia;
- 19 – Ondas;
- 20 – Rotas marítimas dos descobrimientos;
- 21 – Relaxante;
- 22 – Paz;
- 23 – Praia;
- 24 – Natação;
- 25 – Água;
- 26 – Um novo mundo no qual ainda não descobrimos tudo;
- 27 – Paixão;

28 – Água e felicidade;
 29 – Água e felicidade;
 30 – Água e felicidade;
 31 – Medo;
 32 – Felicidade;
 33 – Mar;
 34 – Mundo desconhecido cheio de mistérios;
 35 – Mundo desconhecido que ainda não foi explorado;
 36 – Animais marinhos;
 37 – Água.

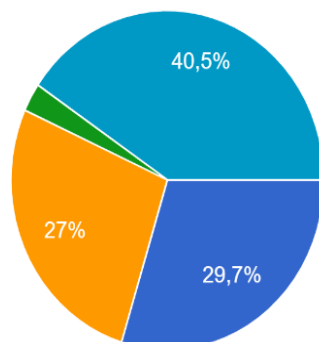


II – o que entendes por consciência marítima?

A - Conhecer e compreender o mar na sua vertente histórica – 11 respostas
 B - Conhecer e compreender o mar na sua vertente económica – 0 respostas
 C - Conhecer e compreender o mar na sua vertente ambiental – 10 respostas
 D - Conhecer e compreender o mar na sua vertente científica – 1 respostas
 E - Conhecer e compreender o mar na sua vertente cultural – 0 respostas
 F - Conhecer e compreender o mar em todas as suas vertentes – 15 respostas

O que entendes por consciência marítima?

37 respostas



- conhecer e compreender o mar na sua vertente histórica
- conhecer e compreender o mar na sua vertente económica
- conhecer e compreender o mar na sua vertente ambiental
- conhecer e compreender o mar na sua vertente científica
- conhecer e compreender o mar na sua vertente cultural
- conhecer e compreender o mar em todas as vertentes

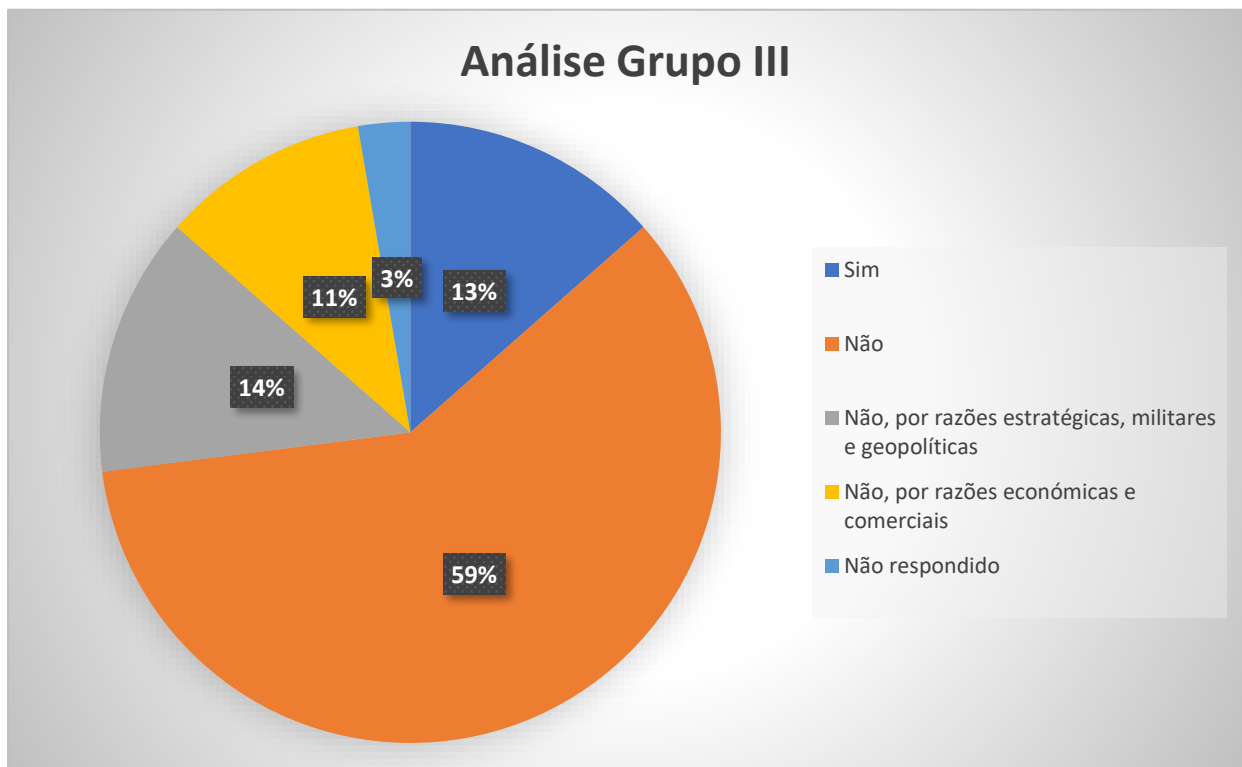
Complemento à legenda:

Conhecer e compreender o mar na sua vertente histórica: 11 (29.7%);
 Conhecer e compreender o mar na sua vertente económica: 0;
 Conhecer e compreender o mar na sua vertente ambiental: 10 (27%);
 Conhecer e compreender o mar na sua vertente científica: 1 (2.7%);
 Conhecer e compreender o mar na sua vertente cultural: 0;
 Conhecer e compreender o mar em todas as vertentes: 15 (40.5%);

III - Em poucas palavras, consideras que Portugal poderia ser um país independente caso não tivesse mar?

- 1 – Não, porque sem mar não dava para fazer as nossas conquistas;
- 2 – Não;
- 3 – Sim;
- 4 – Não, porque foi o mar que nos forneceu o grande império;
- 5 – Não;
- 6 – Não;
- 7 – Sim;
- 8 – Sim;
- 9 – Não;
- 10 – Não, porque o mar torna Portugal um país diferente;
- 11 – Não, pois o mar torna o país apetecível;
- 12 – Não, visto que o mar é uma fonte de comércio marítimo;
- 13 – Não;
- 14 – Não;
- 15 – Não, porque pelo mar chega grande parte das importações;
- 16 – Não;
- 17 – Não;
- 18 – Não, porque Portugal é independente graças ao mar;
- 19 – Não;
- 20 – Não, porque sem expansão marítima não seríamos um país tao desenvolvido;
- 21 – Não;
- 22 – Sim;
- 23 – Não, porque ele teve um papel fundamental na nossa história;

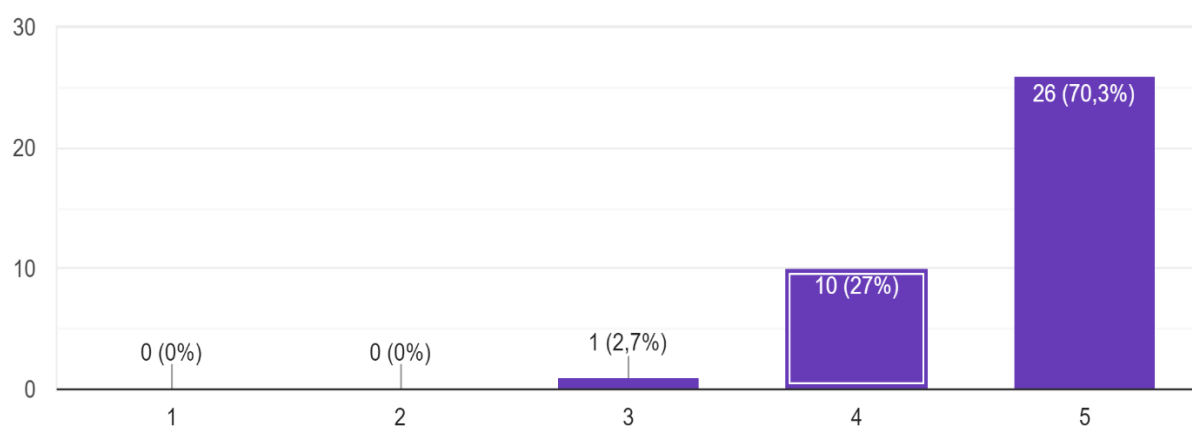
- 24 – Não;
 25 – Não, pois Portugal manda vir coisas de fora;
 26 – 0
 27 – Não;
 28 – Não
 29 – Não
 30 – Não
 31 – Não
 32 – Não
 33 – Sim, podia ser independente;
 34 – Não
 35 – Não pois o mar foi uma grande parte na independência de Portugal
 36 – Não;
 37 – Não.



IV - Classifica, segundo a escala abaixo, a importância que vês no mar para o país atualmente:

- 1 – Nada Importante – 0
 2 – Pouco Importante – 0
 3 – Importante – 3
 4 – Bastante importante – 10
 5 – Fundamental – 26

Classifica, segundo a escala abaixo, a importância que vês no mar para o país atualmente
37 respostas



Anexo 2 – Plano de aula: a Importância estratégica do mar para Portugal

Sumário: A Importância estratégica do mar para Portugal: • na Soberania; • na economia; • na proteção dos ecossistemas;		Tempo le- tivo:	90 min.
Aprendizagens Essenciais: • Demonstrar que o império português foi o primeiro poder global naval (História A – 10.º); • Interpretar as políticas económicas portuguesas no contexto do espaço euro-atlântico (História A – 11.º); • Identificar as oportunidades para Portugal da Economia do mar (Geografia A – 10.º); • Conhecer potencial de uma localização periférica na Europa, mas central no contexto das grandes rotas intercontinentais; (Geografia A – 10.º);		Conceitos: • Soberania; • Política externa; • Plataforma conti- nental; • Zona económica ex- clusiva; • Economia do mar;	
Situação-problema: “Conhecemos melhor a superfície lunar do que o fundo do mar” (Tiago Pitta e Cunha).			
Questões-orientadoras: I – Poderíamos existir hoje, como Nação Soberana, sem mar? II – Como se caraterizou a governação portuguesa, em relação ao mar, desde 1974? III – Em que medida é que a Soberania marítima nacional poderá mudar? IV – Qual o potencial que a Economia do mar poderá trazer a Portugal?			
Conteúdos	Indicadores de aprendizagem	Estratégias de aprendizagem	Avaliação
		Motivação: Visionamento de um vídeo realizado por um ROV subma- rino: “A Burst of Deep Sea Fi- reworks: Halitrephes Jelly Nautilus Live”, onde é filmado a cerca de 1.5 kms de profundidade uma criatura marinha ‘exótica’/rara. O intuito é demonstrar que os fundos marinhos permanecem uma incógnita e que atualmente conhecemos mais sobre a superfície lunar do que o fundo do mar. 1.1 – Visionamento de um pequeno vídeo/motivação: “A Burst of	• Qualidade das participações na aula.

1 – Sem mar, muito dificilmente Portugal conseguiria manter a sua Soberania até aos dias de hoje. Tal como referia o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de D. João II (programa de objetivos nacionais), Portugal pretendia “contê-la [Espanha] por terra e batê-la no mar”, o que transparece <i>per se</i> a importância do mar e do poder naval português para se equilibrar geopoliticamente em relação aos vizinhos peninsulares. Em virtude das constantes ameaças à individualidade política nacional protagonizadas por: • Castela, num primeiro momento; • Espanha, num segundo momento; • França, num terceiro momento. Em relação a esta última, temos como exemplo a 1ª e mais severa invasão francesa, liderada por Junot, em 1807, o que obrigou a uma ‘transferência estratégica’ da corte portuguesa para o Brasil e à conseguinte transição da capital imperial de Lisboa para o Rio de Janeiro, tendo-se conservado a representatividade da Soberania portuguesa no poder e, por consequência, o trono e a pátria. Este episódio revela a importância que o mar desempenhou como força centrífuga aos perigos centrípetos de anexação territorial que se impunham por parte de ameaças externas. Com efeito, o mar/oceano tornou-se na alavanca fundamental da política externa e de defesa de Portugal, na ligação às colónias, no estabelecimento do comércio externo e na defesa da metrópole. Sem mar, Portugal dificilmente obteria um equilíbrio geopolítico capaz de lhe garantir a resistência às investidas dos poderes dominantes europeus, e sem colónias e	1 – Explique se Portugal poderia existir hoje, como nação soberana, sem mar.	Deep Sea Fireworks: Halitrepes Jelly Nautilus Live” (1 min) para demonstrar que conhecemos mais sobre a face oculta da superfície da lua do que o fundo dos oceanos. 1.2 – Apresentação da ‘arquitetura’ da aula, que consistirá na abordagem do mar sob 3 diferentes perspetivas de consciência marítima: Soberania, Economia e Proteção dos ecossistemas. Aqui se procederá à explanação da aula e desmontagem/simplificação de alguns conceitos a serem utilizados. 1.3 – Levantamento e debate de ideias tácitas, em jeito de revisão, sobre o uso estratégico do mar por Portugal perante as ameaças externas da época; 1.4 – Visionamento de um pequeno vídeo sobre a ida da corte portuguesa para o Brasil, em 1807, com o intuito de exemplificar um momento em que Portugal se serviu do mar e do seu poder naval para sobreviver politicamente às invasões napoleónicas, ao transferir a corte e representatividade soberana para a colónia portuguesa no Brasil; 1.5 – Problemática lançada pelo Professor para obtenção das respostas dos alunos acerca das suas reflexões sobre o valor do Atlântico para a política externa e estratégia portuguesas; 1.6 – Esquematização estrutural, no quadro, da política externa portuguesa, segundo modelos de inserção internacional, com o intuito de demonstrar a influência direta do mar e da opção Atlântica na orientação estratégica nacional; 1.7 – Leitura e análise de 2 excertos sobre o uso do mar como alavanca da política externa e de defesa portuguesas durante a opção Atlântica.	
--	---	---	--

poder naval, também não sobreviveria, politicamente, às invasões napoleónicas. 2 – Até 1974, Portugal esteve sob a alçada da opção estratégica atlântica, período da política externa portuguesa iniciado em 1415, com a conquista de Ceuta, em que o país se serviu do mar/oceano e do seu poder naval para a formulação e prossecução dos objetivos de Estado ao longo dos séculos. Porém, a partir de 1974, o mar deixa de ser uma prioridade governativa nacional e Portugal escolhe a Europa como área de interesse estratégico em detrimento da sua natureza marítima que, pelas árduas condições dos trabalhos a ele associados lembrava a imagem do Portugal do Estado Novo que importava esquecer. Com efeito, o mar tornou-se um ‘não-assunto’, tendo saído da agenda política e do financiamento do país. Isto traduziu-se na decadência de todos os setores marítimos e numa descida da representação do PIB nacional, situação que terá durado até ao fim da década de 1990. O ‘renascimento’ da importância do mar dá-se a partir de 1997 e 98, com a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da ONU, e a realização da Expo 98, respetivamente, altura em que o mar ressurgue gradualmente nas opções políticas. A partir de 2004, reafirma-se como um Desígnio Nacional, entrando novamente nos programas de governo, criando-se o Ministério do mar e outras políticas públicas como a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental	2 – Caraterize a governação portuguesa, em relação ao mar, desde 1974.	2.1 – Leitura e análise de afirmações de decisores políticos (Mário Soares e CEDN) que demonstram uma política de envolvimento total no projeto europeu e um relegar absoluto da orientação estratégica atlântica; 2.2 – Abordagem do Professor aos alunos com o intuito de estes pensarem sobre as consequências do afastamento do mar no pensamento estratégico e político nacional; 2.3 Diálogo horizontal entre o Professor e os alunos sobre eventos que marcaram o renascimento marítimo para Portugal.	
--	---	--	--

(EMEPC) e as Estratégias Nacionais para o Mar (ENM). 3 – A Soberania marítima Nacional poderá e deverá mudar brevemente, uma vez que deverá ser concedida a aprovação por parte da ONU à proposta de extensão da plataforma continental portuguesa. A ser aprovada, Portugal obterá direitos de jurisdição/soberania/exclusividade sobre recursos alojados em territórios para além das 200 milhas náuticas, o que quer dizer que o território nacional se estenderá para sensivelmente o dobro, ou seja, dos 2 000 000 km² atuais para os 4 000 000 km² de jurisdição. Tal processo comportará, não só um significativo aumento territorial do país, mas também novas potencialidades económicas. 4 – O potencial que a economia do mar poderá trazer a Portugal é avassalador, tendo em conta: - A aquisição de novos recursos marinhos (recursos minerais, energéticos e biogénéticos) presente na PC portuguesa; - O desenvolvimento de tecnologia de ponta com alto valor acrescentado associado à robótica submarina e transformação de recursos dos fundos marinhos; - Restituição e crescimento das relações com os países lusófonos, aumento do comércio marítimo mundial e aproveitamento da posição de centralidade atlântica	3 – Justifique porque é que a Soberania marítima nacional poderá mudar. 4 – Explique o potencial que a economia do mar poderá trazer a Portugal.	3.1 – Visionamento da notícia de lançamento do novo mapa de Portugal (intitulado “Portugal é mar”, de 2014), com a inclusão do novo território requerido por Portugal às Nações Unidas. 3.2 – Análise em conjunto de um mapa geofísico sobre a delimitação do espaço marítimo e das suas diferentes jurisdições e Soberania, evidenciando as diferenças entre a Plataforma Continental (PC) e a Zona Económica Exclusiva (ZEE); 3.3 – Análise de 2 mapas da EMEPC sobre a nova jurisdição marítima requerida por Portugal às Nações Unidas, com o intuito de elucidar os alunos sobre o alargamento da soberania portuguesa e a real dimensão desse alargamento, para, sensivelmente, o dobro; 4.1 – Visionamento de um pequeno vídeo: “Regresso ao mar, a Economia do mar”, com a participação de Tiago Pitta e Cunha com o intuito de introduzir os alunos à temática económica, evidenciando o potencial financeiro dos setores marítimos. 4.2 – Diálogo e problematização/debate sobre a prospeção, presença e rentabilização dos recursos dos fundos marinhos (minerais, energéticos e biogénéticos), bem como a inerente evolução da ciência e tecnologia de ponta em Portugal;	
---	--	--	--

de Portugal; – Incremento do setor da aquacultura para complemento do setor pesqueiro; – agregação/aglutinação dos setores da economia do mar em <i>Cluster</i>. As metas determinadas para o crescimento da Economia do mar portuguesa preveem um crescimento de 3% para 10% da representação do PIB nacional até 2030, e uma evolução dos atuais 5 mil milhões de euros para 15 mil milhões de euros até à data.		4.3 – Visionamento de um pequeno vídeo com o intuito de elucidar o tesouro dos fundos mares, das chaminés hidrotermais e dos recursos minerais aí depositados; 4.4 – Visionamento de um pequeno vídeo realizado pelo veículo não tripulado “Luso”, um drone marítimo usado pela EMEPC para fundamentar a proposta de extensão da PC portuguesa à ONU, fazer a prospeção dos fundos marinhos e da biodiversidade; 4.5 – Visionamento de um pequeno vídeo de lançamento e mergulho do drone português “Luso” e as suas prospeções; 4.6 – Diálogo sobre a aquacultura, comércio marítimo e Economia do mar, tendo em conta a problematização pensada pelo Professor, com questões lançadas para obtenção de respostas capazes de suscitar a reflexão crítica por parte dos alunos; 4.7 – Leitura e análise do artigo 184.º da CNUDM da ONU, com o intuito de responder à problematização lançada pelo Professor sobre as áreas marítimas protegidas; 4.8 – Visionamento de uma notícia do jornal Público sobre a criação de uma nova área marítima protegida ao largo dos Açores que equivale, em território, ao tamanho de 1 Portugal e meio. O objetivo é fazer com que os alunos reflitam sobre as grandes dimensões destas áreas criadas para assegurar a manutenção da biodiversidade. 4.9 – Reflexão e debate sobre um esquema realizado pelo Professor, em que este estabelece o paralelismo entre variáveis ocorridas na era dos descobrimentos e a atualidade, sob o mote: “Estaremos na presença de uma nova era de expansão marítima?”.	
Competências específicas da História:			

- Analisar fontes de natureza diversa, distinguindo informação, implícita e explícita, assim como os respetivos limites para o conhecimento do passado;
- Analisar textos historiográficos, identificando a opinião do autor e tomando-a como uma interpretação suscetível de revisão em função dos avanços historiográficos;
- Situar cronológica e espacialmente acontecimentos e processos relevantes, relacionando-os com os contextos em que ocorreram;

Bibliografia utilizada na aula:

1. Berenguer, Márcio – “Vai ser criada nos Açores reserva marinha com uma vez e meia o tamanho de Portugal” in Público, 2019: <https://www.publico.pt/2019/02/28/ciencia/noticia/vai-criada-aco-res-reserva-marinha-meia-tamanho-portugal-1863789>. Consultado em 2021.
2. Carvalho, Virgílio de – “Cumprir agora Portugal, Uma proposta para uma Grande Estratégia Nacional”, Lisboa, Difusão Editorial, 1987.
3. Cavaco Silva – “O Mar, uma Prioridade Nacional”, in Presidência da República, 2010 in <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=45&idi=52749>.
4. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar – artigo 194.º, nº5, in [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623\(01\)&from=EL](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623(01)&from=EL), consultado em 2021.
5. Cunha, Tiago Pitta e – “Portugal e o Mar, à redescoberta da Geografia”, Lisboa, Ensaios fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
6. Cunha, Tiago Pitta – “A nossa nova fronteira é o mar profundo”, in Público, 2011: <https://www.publico.pt/2011/06/20/economia/noticia/tiago-pitta-e-cunha-a-nossa-nova-fronteira-e-o-mar-profundo-1499446>.
7. EVNautilus – “A Burst of Deep Sea Fireworks: Halitrephes Jelly | Nautilus Live” in Youtube, 2017, consultado em 2021.
8. Fórum oceano – “Regresso ao Mar | Ep1 – A Economia do Mar”, in Youtube, 2016, consultado em 2021.
9. Matias, Nuno (coord.) et al. – “Políticas públicas do mar, para um novo conceito estratégico nacional”, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2010.
10. Neves, João Manuel; DUARTE, António – “A Maritimidade portuguesa, do reavivar da consciência à oportunidade de desenvolvimento”, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2013.
11. RTP – “Novo mapa de Portugal – Portugal é mar”, in Youtube, 2014, consultado em 2021.
12. RTP reportagem – “As fontes hidrotermais, sulfuretos maciços”, in Youtube, 2009, consultado em 2021.
13. Rocha, Humberto – “Contributos para uma caracterização da geopolítica marítima de Portugal”, Lisboa, Edições culturais da Marinha, 2009.
14. Soares, Mário – “Português e europeu”, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
15. TV gov. Brasil – “Chegada da família real ao Brasil marca início da abertura dos portos nacionais”, in Youtube, 2014, consultado em 2021.

Anexo 3 – Esquema criado para finalizar a aula problematizada

Uma nova expansão marítima?

1. 1415 – 1ª Pedra dos Descobrimentos ;
2. 1498 – Grande desígnio da chegada à Índia;



- Inovações tecnológicas de navegação;
- Alargamento do território nacional;
- Monopólio das especiarias e outros recursos;
- Adoção da opção estratégica Atlântica;

1. 1997 – 1ª Pedra do renascimento marítimo;
2. 2009 – Submissão da Extensão da PC portuguesa ;



- Inovações tecnológicas de prospeção de recursos;
- Alargamento do território nacional;
- Exclusividade de novos recursos marinhos;
- Adoção da opção estratégica euro-atlântica;

O mar é uma importante parte do passado Porém, deve ser visto também como o futuro do que se considera uma “Nação predominantemente marítima”

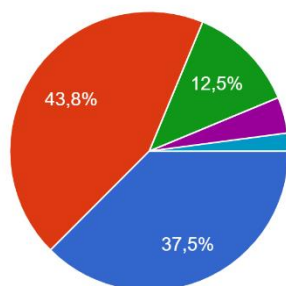
(Virgílio de Carvalho, 1995)

Anexo 4 – Inquérito posterior à aula

48 respostas

1 - Como caracterizas o tema da aula?

48 respostas



- O tema era importante.
- O tema era interessante.
- O tema não teve interesse.
- O tema era importante mas não interessante.
- Importante e interessante
- O tema era importante e interessante

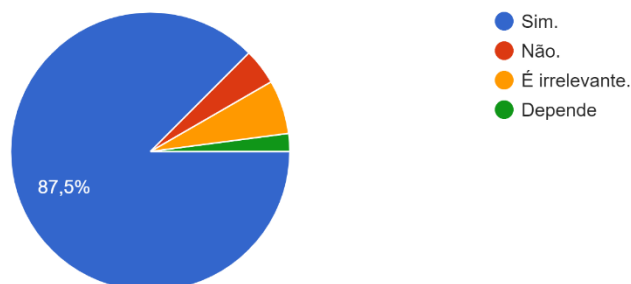
O tema era importante -18

O tema era interessante - 21

O tema não teve interesse - 0

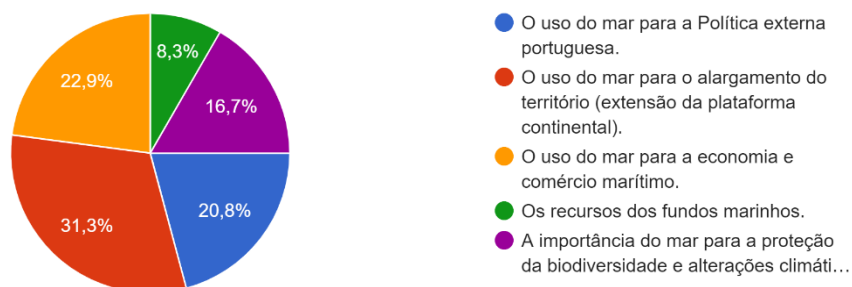
O tema era importante, mas não interessante - 6
 O tema era importante e interessante - 3

2 - Consideras que é importante que os 'assuntos do mar' sejam mais abordados na escola?
 48 respostas



Sim – 42
 Não – 2
 É irrelevante - 3
 Depende – 1

3 – Em relação à aula, o que consideras ter sido mais importante/interessante?
 48 respostas



O uso do mar para a Política externa portuguesa -10
 O uso do mar para o alargamento do território (extensão da plataforma continental) - 15
 O uso do mar para a economia e comércio marítimo - 11
 Os recursos dos fundos marinhos - 4
 A importância do mar para a proteção da biodiversidade e alterações climáticas – 8

4 – Consegues imaginar-te a viver num país sem mar? Justifica a tua resposta.

- Não
- Não, pois o mar é fundamental para todos, e eu gosto de ir á praia ver o mar, todos os fim-de-semana
- Acho que iria ser muito mau pois o mar é uma coisa muito importante para o comercio
- Não, porque adoro o mar traz me paz interior
- Não, porque se o país não tivesse mar a história provavelmente era completamente diferente, e eu não consigo imaginar outra história sobre portugal
- Já tive uma experiência dessas, por pouco mais de um mês mais ou menos, isto deu-me uma visão um tanto diferente, agora acho que conseguiria já que estou acostumado com isso duma certa forma.
- Não, mar é coisa linda
- Não, porque eu não consigo viver sem o mar
- Não, pois o clima ia ser diferente
- Não, pois acho o mar um elemento importante em qualquer território
- Não, o mar é uma importante parte do comércio
- Não, pois o mar é um bem essencial
- Não, pois iríamos perder um grande recurso que nos possuímos
- Sim, pois mesmo sem mar deve ter rios ou lagos
- Não, pois o mar é um fator importante na vida de todos nós
- Não conseguiria viver, principalmente no verão porque quando estou no mar fico tranquilo e relaxado... e o som do mar acalma
- Não me imagino a viver sem mar porque além de nos transmitir paz é de lá que vêm o nosso passado
- Iria ser muito difícil, visto que o mar para além das praias é muito importante para as trocas comerciais entre países
- Não, porque acho que o mar é essencial tanto para comércio marítimo, para irmos a praia entre outras
- Não, adoro o mar
- Não sei nunca pensei nisso numa conversa ninguém pergunta “olha gostarias de viver num país sem mar”
- Não porque é um utensilio a qual eu fui habituado a conviver e é fundamental para alegria do povo português o mar e as suas origens, como eu sou fiel ao meu país e amo o português, não conseguia viver sem mar
- Não, pois é algo que eu gosto e que esconde muitos segredos, para além da importância nas importações e exportações.
- Não, pois o mar é um sítio calmo em que posso relaxar
- Não porque é muito importante para o comércio e para relaxarmos na praia
- Sim, porque não me agrada o mar.
- Eu acho que sim, porque se existem pessoas que vivem em países que não tem mar, eu se fosse uma dessas pessoas acho que sim
- Não, porque o mar transmite tranquilidade
- Não, pois o mar é importante para quase tudo da nossa vida
- Não, o mar é muito importante
- Não porque adoro ouvir as ondas do mar e o mar acalma me imenso

- Não porque assim não teria nenhum lugar para passar férias
- Não PQ o mar e MT importante para nós e para a nossa saúde
- Não
- Não, pois o oceano atlântico é de Portugal maioria
- Acho que não, porque sem as fronteiras marítimas se calhar o país poderia não estar tão desenvolvido como ele é agora.
- Não, porque os peixes são uma parte das maravilhas do mar e sem eles o mar não seria tao magnético como é.
- Não, porque necessitamos de água para sobreviver e além disso é fundamental haver mar.
- Não, devido à possibilidade de um acesso mais dificultado do comércio externo
- Não, porque acredito que o mar é um meio de tranquilização e inspiração para muitas pessoas

Classificação das respostas por temáticas

Não: 5

Sim: 5

Não, pela paz e tranquilidade que transmite: 9

Não, pelas suas atividades económicas e comerciais: 9

Não, porque é a nossa História e Identidade: 4

Não, pela sua influência climática: 1

Não sabe: 1

Não, pelas atividades de recreio: 1

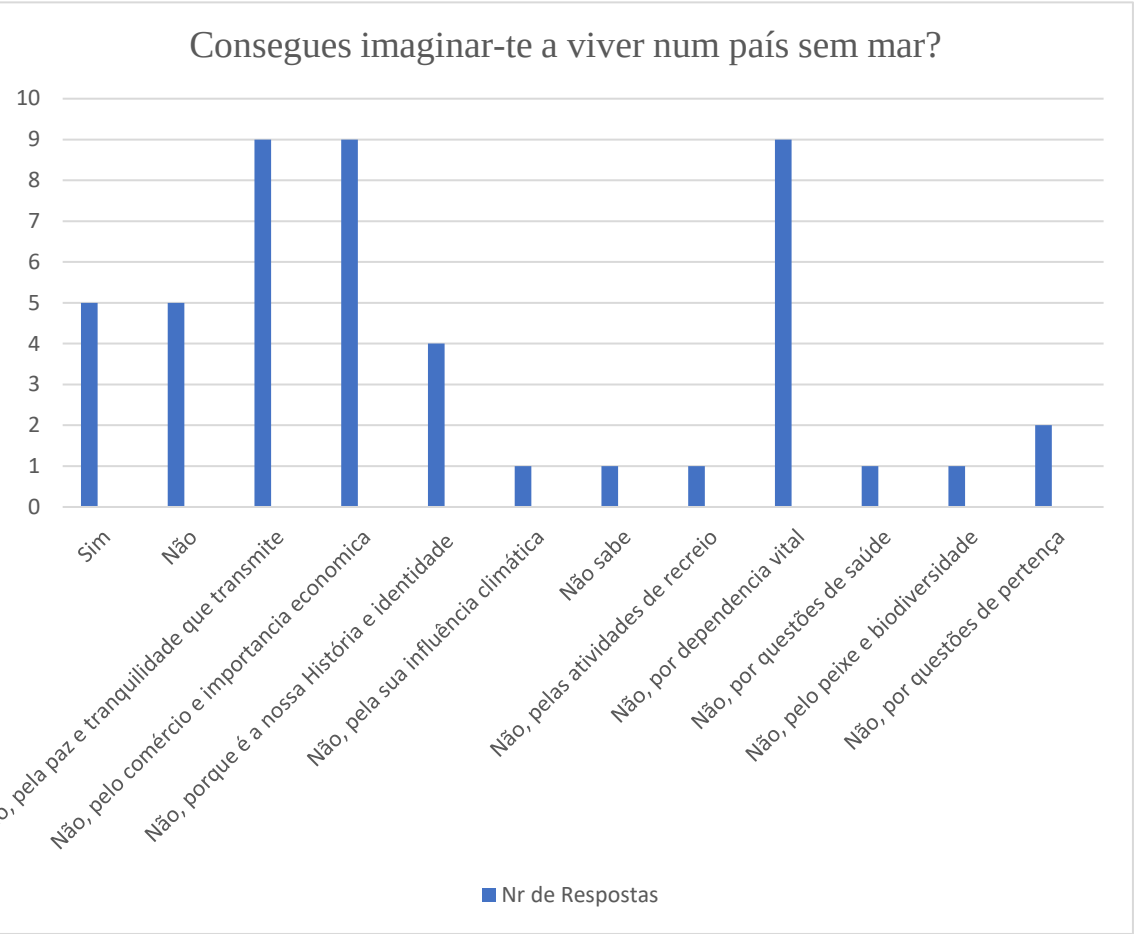
Não, pela interdependência vital com o mar: 9

Não, por questões de saúde: 1

Não, pela sua biodiversidade: 1

Não, por questões de pertença: 2

Total: 48 respostas



Anexo 5 – Análise das Aprendizagens Essenciais 1.º, 2.º, 3.º ciclo e secundário

(De acordo com variáveis e componentes agregadoras de consciência marítima na educação)

Tabela 1 – Análise das Aprendizagens Essenciais: 1.º ciclo

1.º ciclo	Referência ao mar ou oceano	Ecologia do mar	Economia do mar	Estratégia, Soberania, Segurança	Cultura histórica, consciência e literacia marítima	Relevo, geofísica, ciência e inovação
Português 1.º ano	não	não	não	não	não	não
Português 2.º ano	não	não	não	não	não	não
Português 3.º ano	não	não	não	não	não	não
Português 4.º ano	não	não	não	não	não	não
Estudo do meio 1.º ano	não	não	não	não	não	não
Estudo do meio 2.º ano	não	não	não	não	não	não
Estudo do meio 3.º ano	sim	- “Distinguir diferentes formas de interferência do Oceano na vida humana (clima, saúde, alimentação, etc.)”;	não	não	não	não
Estudo do meio 4.º ano	sim	- “Reconhecer de que forma a atividade humana interfere no oceano (poluição, alterações nas zonas costeiras e rios, etc.)”;	não	não	- Destacar “a formação de Portugal, a época da expansão marítima”;	não
Inglês 3.º ano	não	não	não	não	não	não
Inglês 4.º ano	não	não	não	não	não	não
Matemática 1.º ano	não	não	não	não	não	não
Matemática 2.º ano	não	não	não	não	não	não
Matemática 3.º ano	não	não	não	não	não	não
Matemática 4.º ano	não	não	não	não	não	não
Moral 1.º ano	não	não	não	não	não	não
Moral 2.º ano	não	não	não	não	não	não
Moral 3.º ano	não	não	não	não	não	não
Moral 4.º ano	não	não	não	não	não	não
Ed. Física 1.º ano	não	não	não	não	não	não
Ed. Física 2.º ano	não	não	não	não	não	não
Ed. Física 3.º ano	não	não	não	não	não	não
Ed. Física 4.º ano	não	não	não	não	não	não
Cidadania e desenvolvimento	não	não	não	não	não	não

2.º ciclo	Referência ao mar ou oceano	Ecologia do mar	Economia do mar	Estratégia, segurança, Soberania	Cultura histórica, consciência e literacia marítima	Relevo e geofísica, ciência e inovação
Ciências naturais 5.º	não	não	não	não	não	não
Ciências naturais 6.º	não	não	não	não	não	não
História e Geo 5.º	sim	- “Identificar conceito: erosão marinha”;	não	não	- “Localizar territórios do império português quinhentista; - Referir o contributo das grandes viagens para o conhecimento de novas terras, povos e culturas”; identificar/aplicar os conceitos: expansão marítima, rota, colonização, escravo, etnia e migração”.	Identificar/aplicar os conceitos: oceano.
História e Geo 6.º	não	não	não	não	não	não

Tabela 2 – Análise das Aprendizagens Essenciais: 2.º ciclo

3.º ciclo	Referência ao mar ou oceano	Ecologia do mar	Economia do mar	Estratégia, segurança, Soberania	Cultura histórica, consciência e literacia marítima	Relevo e geofísica, ciência e inovação
Ciências naturais 7.º	não	não	não	não	não	não
Ciências naturais 8.º	não	não	não	não	não	não
Ciências naturais 9.º	não	não	não	não	não	não
História 7.º	sim	não	não	não	- Relacionar o crescimento de Lisboa com o dinamismo comercial marítimo e urbano da Europa nos séculos XIII e XIV;	não
História 8.º	sim	não	- Identificar as rotas intercontinentais, destacando os principais centros distribuidores de produtos ultramarinos; - Identificar conceitos: Monopólio comercial; Feitoria; - Distinguir formas de ocupação e de exploração económicas implementadas por Portugal em África, Índia e Brasil, considerando as especificidades de cada uma dessas regiões; - Identificar conceitos: Capitalismo comercial; Companhia de comércio; Comércio triangular; Restauração.	- Compreender que as novas rotas de comércio intercontinental constituíram a base do poder global naval português, promovendo a circulação de pessoas e produtos e influenciando os hábitos culturais; - Identificar conceitos: Mare clausum; Mare Liberum;	- Identificar os conceitos: Navegação astronómica; Colonização; Capitão-donatário; Império colonial.	não
História 9.º	não	não	não	não	não	não
Geografia 7.º	sim	- Demonstrar a ação erosiva dos cursos de água e do mar, utilizando esquemas e imagens. - Identificar conceito: Abrasão marinha;	não	não	não	- Identificar conceito plataforma continental;
Geografia 8.º	sim	- Identificar conceitos: turismo balnear e sustentável.	- Identificar conceitos: Zona Económica Exclusiva (ZEE); sobre-pesca; quota de pesca; pesca (local, costeira, alto, longínqua); aquacultura;	não	não	- Identificar conceitos: corrente marítima;

			processos de criação de recursos piscícolas: intensivo e extensivo; upwelling; indústria transformadora; turismo balnear e sustentável.			
Geografia 9.º	Sim, indiretamente	- Identificar conceitos: fatores climáticos -proximidade e afastamento do mar;	não	não	não	- Identificar conceitos: correntes marítimas; climas temperados (Marítimo, Continental e Mediterrâneo).

Tabela 3 – Análise das Aprendizagens Essenciais: 3.º ciclo

Secundário	Referência ao mar ou oceano	Ecologia do mar	Economia do mar	Estratégia, segurança, Soberania	Cultura histórica, consciência e literacia marítima	Relevo e geofísica, ciência e inovação
Geografia A 10.º	sim	- Identificar conceitos de erosão marinha, abrasão marinha	- Identificar as oportunidades para Portugal da economia do mar; - Construir um quadro de possibilidades sobre a exploração sustentável dos recursos naturais de Portugal (minerais, energéticos, hídricos e marítimos), evidenciando reflexão crítica; - Discutir a situação atual da atividade piscatória; - Equacionar a importância da Zona Económica Exclusiva, identificando recursos e medidas no âmbito da sua gestão e controlo. - Relacionar a posição geográfica dos principais portos nacionais com a direção dos ventos, das correntes marítimas; - Energia dos oceanos	- Conhecer potencial de uma localização periférica na Europa, mas central no contexto das grandes rotas intercontinentais;	não	- Identificar as características da costa e do relevo do fundo marinho. - águas interiores, águas territoriais, zona contígua, Zona Económica Exclusiva (ZEE), talude continental, formas de relevo do litoral e fluvio-marinhas; - Nortada, recurso piscícola, tipos de pesca, quotas de pesca, upwelling, aquicultura, ordenamento da orla costeira;
Geografia A 11.º	não	não	não	não	não	não
Geografia C 12.º	não	não	não	não	não	não

História A 10.º	indireta- mente	não	não	- Demonstrar que o império português foi o primeiro poder global naval; - Reconhecer que o contributo português se baseou na inovação técnica e na observação e descrição da natureza, abrindo caminho ao desenvolvimento da ciência moderna; - Demonstrar que as novas rotas de comércio intercontinental promoveram a circulação de pessoas e produtos, influenciando os hábitos culturais à escala global;	não	- Identificar os conceitos: navegação astronómica; cartografia; experiencialismo; globalização.
História A 11.º	indireta- mente	não		- Interpretar as políticas económicas portuguesas no contexto do espaço euro-atlântico;	não	não
História A 12.º	não	não	não	não	não	não
História B 10.º	não	não	não	não	não	não
História B 11.º	não	não	não	não	não	não
História, culturas e democracia 12.º	não	não	não	não	não	não
Ciência política 12.º	não	não	não	não	não	não
Cidadania e desenvolvimento	não	não	não	não	não	não
Biologia e Geologia 10.º	não	não	não	não	não	não
Biologia e Geologia 11.º	não	não	não	não	não	não
Economia A 10.º	não	não	não	não	não	não
Economia A 11.º	não	não	não	não	não	não
Economia C 12.º	não	não	não	não	não	não

Tabela 4 – Análise das Aprendizagens Essenciais: Secundário